



Assembleia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

Trabalho e Emprego



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

Trabalho e Emprego

índice

23.08.1999	003
29.03.2000	045
18.05.2000	112
30.06.2000	180

Trabalho e Emprego

23.08.1999

- Arnaldo Jardim - Deputado. Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21
- Davi Zaia – Presidente da Federação dos Bancários dos Estados de São Paulo e Mato Grosso; membro da Executiva Regional da CUT; dirigente do PPS
- Freddy Pessoa - Jornalista, assessor da Federação dos Bancários
- Carlos Aquiles – Diretor financeiro da Federação dos Bancários e Juiz do Tribunal Regional do Trabalho
- Antenor Joaquim Souza Júnior –Presidente da Juventude Popular Socialista
- José Carlos Bortolatto – Presidente da Associação dos Funcionários da Fundação para o Desenvolvimento Escolar
- Wilson dos Santos – Líder Comunitário
- Luciano Pinho - Assessor sindical
- Moacir Lopes – Secretário Geral do Centro de Estudos Raduan
- Hoffman - Dirigente estadual do PPS
- Domingos Lavagna - Representante do Deputado Marquinho Tortorello
- Francisco Pereira da Silva – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação, Presidente Estadual da Força Sindical
- José Augusto - Deputado. Co-Coordenador do grupo temático
- Luís Carlos Moura –Vereador da Câmara Municipal de São Paulo



SR. PRESIDENTE ARNALDO JARDIM – Peço a compreensão de todos pela demora e convido aqueles que chegaram para que sentem aqui conosco e fiquem mais próximos. Não oficializamos ainda o cerimonial, vou pedir um auxílio ao Sérgio Murilo para registrar a presença dos companheiros que aqui estão.

Para não retardar o início de nossas atividades, vou passar a palavra ao sindicalista Davi Zaia, que, como todos conhecem, preside a Federação dos Bancários dos Estados de São Paulo e do Mato Grosso e é membro da Executiva Regional da CUT, além de dirigente do PPS. Tem-se dedicado como militante político e líder sindical ao debate da questão do emprego. Recentemente a CUT formulou algumas premissas para discutir o mercado de trabalho formal e informal e Davi Zaia vai falar sobre essa questão. Aguardamos a presença do Diretor do Dieese, Dr. Sérgio Mendonça, do economista Márcio Hoffman e do professor Carlos Esteban Martins.

SR. DAVI ZAIA – Agradeço a iniciativa do PPS e do Deputado Arnaldo Jardim, que coordenou essa atividade aqui na Assembléia, em fazer esse debate sobre a questão do emprego ou do desemprego. Essa iniciativa pode significar mais uma atividade que a gente realiza, no sentido de fazer com que essa questão do emprego, então debatida por especialistas, por dirigentes e centrais sindicais, como a CUT e outras, e pelos partidos políticos, de fato se insira em caráter permanente na agenda da Assembléia Legislativa, do Executivo e dos diversos poderes, para que a gente possa fazer com que no debate político permanente, na ação do governo, dos sindicatos e da sociedade organizada, se priorize a questão do emprego.

Gostaria de destacar que é comum no momento em que estamos vivendo, e ouvimos isso muitas vezes do governo, colocar que o problema do desemprego ou diminuição do nível de emprego é conjuntural, ligado à situação do país, à flutuação ou variação da economia, a uma crise; alguns chegam a dizer que o problema do emprego não é tão sério, que talvez o problema mais sério hoje, com a introdução

de novas tecnologias, seja o da necessidade de um trabalhador mais qualificado. Portanto, estamos assistindo a um movimento em que os trabalhadores estão perdendo o emprego, mas à medida que se requalificarem poderão retomar os seus empregos. Todas as pesquisas têm mostrado que isso não constitui toda a verdade, embora esses fatos citados aconteçam de fato: há um avanço tecnológico, há mudanças no padrão de produção, e com isso temos necessidade de novos trabalhadores, talvez mais qualificados. Isso tudo é verdade, mas não é toda a verdade. O que é importante: todos os índices que medem o emprego no país têm apontado o crescimento do desemprego, bastante elevado. Pelos índices do IBGE, que tem uma metodologia diferente do SEADE e do DIEESE, o desemprego médio era de 4% e hoje já chega a quase 8%. Também pela metodologia do IBGE, o desemprego dobrou nesses últimos anos em números percentuais. Pelos índices do DIEESE, que medem o desemprego de uma forma mais ampla, também aconteceu o mesmo movimento: os índices médios variavam de 10% a 12% e hoje estamos chegando a 20%, que é o último número divulgado pelo Dieese-Seade, pesquisa que é feita aqui na Capital de São Paulo e na Grande São Paulo. Este é o primeiro ponto importante a ser destacado. Apesar de todos os outros movimentos, que também são verdadeiros, existe esse número, que mostra o aumento do número de desemprego e que o processo econômico que se vem dando, com ausência de crescimento econômico há vários anos ou crescimento econômico muito limitado e, ao lado disso, a introdução de novas tecnologias, tem gerado uma massa de desempregados que não encontra colocação e não tem perspectiva de encontrá-la imediatamente.

O processo de requalificação, de treinamento, supre uma necessidade importante, pois temos um sistema educacional precário, a formação geral das pessoas não é da qualidade desejada e, além disso, esse processo de mudanças faz com que não se tenha o trabalhador de que no momento precisamos. Se não cresce o emprego, se, pelo contrário, como mostram as estatísticas do IBGE, Dieese-Seade, o desemprego cresce, ao treinar os trabalhadores procuro oferecer

uma qualidade de mão-de-obra melhor no mercado, em que os melhores vão conseguir se colocar e aqueles menos qualificados vão perder o emprego. Então, provavelmente, vai-se ter um processo, que é o que tem ocorrido, em que o mais qualificado que perde o emprego numa área vai para outra na qual se exige uma qualificação menor, e aquele trabalhador, um pouco menos qualificado, que estava lá, acaba perdendo o emprego, até que alguém vai sobrar. E esse alguém, aqui em São Paulo, pelos números do DIEESE, são 1 milhão e 700 mil pessoas. É um número bastante elevado. Em cima dessa perspectiva, queremos aliar a essa discussão do emprego a necessidade de que se discuta uma série de medidas emergenciais que possam gerar crescimento econômico, mas ao mesmo tempo a preocupação com o crescimento do emprego. É fundamental que isso passe a fazer parte, de maneira constante e permanente, de todas as atividades governamentais e dos programas de financiamento e de crédito que se abrem, porque se não houver essa preocupação, iremos continuar explicando que existe esse processo conjuntural e que quando o país voltar a crescer... – e assim o processo vai aumentando. Além disso, as pesquisas têm mostrado que, se o país crescesse 6% ao ano teria a possibilidade de empregar todos os novos trabalhadores que chegam à idade de integrar o mercado de trabalho.

Dá para perceber a dimensão do problema que temos, já que a previsão da economia para esse ano é não crescer – se crescer alguma coisa, será em pequena proporção.

É dentro desse marco que temos procurado levantar essa questão e essa discussão do emprego e o problema que se coloca para o conjunto dos trabalhadores.

O problema da tecnologia, do avanço da ciência e do conhecimento faz com que se consiga produzir os bens necessários para a sociedade cada vez mais com menor utilização da força física do trabalhador, porque o trabalho é incorporado pela tecnologia, pela máquina – é um problema do mundo todo. Várias vezes, a gente assiste, na imprensa, à reunião dos Ministros do Trabalho dos Sete países mais

ricos do mundo para discutir o problema do emprego, que é uma preocupação fundamental nesses países. Lá, com mais razão do que aqui, talvez se justifique a preocupação que eles têm colocado, porque são países onde o processo industrial é bastante desenvolvido, bastante avançado, são países que não têm fronteiras agrícolas para ampliar. A produção desses países, do ponto de vista da Agricultura, da Indústria e do Comércio, já atingiu níveis elevadíssimos. Não é o nosso caso.

O nosso país tem uma produção agrícola totalmente insuficiente e perde longe pelo potencial que tem de desenvolvimento. A nossa produção industrial está estagnada, não tem crescido, temos um comércio de produtos que também é bastante pequeno. Aqui no nosso país, diferente dos países do primeiro mundo, existe a possibilidade concreta de se desenvolver políticas de crescimento econômico que gerem emprego e mudem o perfil dessa situação que estamos vivendo, apesar de sabermos que o crescimento econômico também se vai dar incorporando-se novas tecnologias e o que se tem de mais moderno. Existe espaço para o crescimento da economia com aumento do nível de emprego justamente por essa situação que temos: nossa agricultura produz muito pouco – existe portanto uma fronteira enorme a ser expandida, com a possibilidade de avançar nesse sentido e aumentar a produção de bens. Vivemos em uma sociedade na qual a renda é altamente concentrada, o mercado interno de consumo é desigual, poucos têm acesso àquilo que o nível da nossa sociedade pode oferecer, pelo grau de produção e comercialização que ela pode ter. Esses pontos é que reforçam a necessidade de discutirmos políticas concretas e imediatas de geração de emprego, senão vamos cair em um processo em que se diz: “é impossível, a economia não vai gerar emprego”, como se costuma ouvir por aí. Queremos ressaltar o contrário: existe todo um campo para crescimento econômico, e existe, em função dos estágios que temos nos diversos segmentos da nossa economia, possibilidade de muita geração de emprego. Mas isso precisa ser prioritário e a questão do emprego deve ocupar o devido lugar para, a partir daí, fazer com que todas as ações do

governo se voltem para isso. Não temos espaço no governo, mas temos a mobilização da sociedade que pode avançar nesse sentido.

O nosso esforço e o objetivo de estar aqui discutindo é, em conjunto com outras entidades, poder levantar propostas concretas que possam significar um programa de geração de empregos e inverter esse processo que aí está colocado. As questões que estamos colocando dizem respeito a uma política econômica que priorize isso e não única e exclusivamente a estabilidade econômica, como temos visto, ou até um superávit primário para pagar juros da dívida, seja interna, seja externa.

É preciso que haja um investimento produtivo e se vincule mecanismos concretos de geração de emprego. Não queremos diminuir o papel dos cursos de treinamento, do FAT, que tem gerado recursos para isso, porque também é preciso preparar a mão-de-obra para que seja qualificada; aliás, não podemos nos limitar a esses cursos de requalificação, precisamos passar por um amplo processo de ampliação e melhoria da educação em geral, principalmente da educação básica, o que pode facilitar a atualização constante do trabalhador em um mundo que muda muito mais rápido do que no início da Revolução Industrial ou até a alguns anos. Hoje, pelas mudanças serem muito rápidas, essa necessidade se reforça, e com isso poderíamos estar completando um processo que atingiria as duas fontes: de um lado, a política de geração de empregos, e de outro, a preparação de trabalhadores para que eles possam suprir a necessidade do mercado, que a gente espera que se estenda.

SR. PRESIDENTE ARNALDO JARDIM – Quero agradecer à manifestação do companheiro Davi Zaia, representante da Federação dos Bancários do Estado de São Paulo e do Mato Grosso, dirigente estadual do PPS e da CUT.

Aproveito este instante para anunciar a presença de algumas pessoas entre nós: Freddy Pessoa, jornalista, assessor da Federação dos Bancários; Carlos Aquiles, diretor-financeiro da Federação dos Bancários e Juiz do Tribunal Regional

do Trabalho; Antenor Joaquim Souza Júnior, Presidente da Juventude Popular Socialista; José Carlos Bortolatto, Presidente da Associação dos Funcionários da Fundação para o Desenvolvimento Escolar; Wilson dos Santos, Líder Comunitário; Dr. Moacir Lopes, Secretário-Geral do Centro de Estudos Raduan; Luciano Pinho, assessor sindical, e companheiro Roffman, dirigente estadual do PPS, a quem pediria para nos ajudar a compor a Mesa e a coordenar os debates. Quero destacar também a presença do Sr. Domingos Lavagna, que representa aqui o Deputado Marquinho Tortorello. Estamos tratando de questões estruturais, ou seja, o velho debate sobre o desemprego estrutural, conjuntural a que se referiu Davi Zaia; estamos falando sobre a questão da falência do Setor Público, na sua capacidade de empregabilidade, de geração de oportunidades. Embora muito abrangente, proporia que nos concentrássemos nos seguintes pontos:

1º – Discutir como conjugar ações emergenciais com ações de mais profundidade; temos uma base para essa reflexão – o pronunciamento feito há duas semanas, no Congresso Nacional, pelo Presidente do PPS, o Senador Roberto Freire, que questionou a proposta enviada pelo Senador Antônio Carlos Magalhães no chamado imposto sobre a pobreza, que tanta celeuma causou. O Senador Roberto Freire, ao mesmo tempo em que citava a necessidade de ações concretas e emergenciais, alertou para o risco de que isso não se confundisse ao se tratar das questões mais estruturais, do desemprego e das dificuldades econômicas do país. Queria propor esse primeiro tema e pedir que os companheiros falassem sobre isso: como conjugar ações emergenciais com ações mais profundas no que diz respeito à questão do desemprego.

2º – Algo que foi citado pelo Davi: as agências públicas de financiamento. Temos o caso, eloqüente por si só, do BNDES. Dentro de uma dotação orçamentária de 9 bilhões de reais – dotação do BNDES para o exercício passado – cerca de 6 bilhões, ou seja, aproximadamente dois terços do conjunto de recursos do BNDES, foram consumidos em empréstimos dentro do Programa de Privatização e Concessão. Qual é o perfil dos empréstimos? Estou falando do BNDES, mas isso

vale também para outras atividades de financiamento do Estado. Qual o perfil desses empréstimos e que políticas poderíamos contrapor a essa capacidade que têm as agências governamentais de fomento e financiamento?

3º – Vamos propor conversar sobre os setores de uso intensivo de mão-de-obra. É notório que os recursos aplicados na agricultura, na construção, no turismo, apareçam em todas as estimativas oficiais como os recursos que geram o maior número de postos de trabalho e que têm um prazo de maturação mais rápido. Será que esses setores a que me estou referindo são setores que deveriam merecer a prioridade de nossa atenção?

Desse modo fica sempre crucificado o setor das chamadas montadoras, o setor automobilístico. É eloqüente que, ao lado do setor de química fina, é o que exige maior número de investimentos e menor número de postos gerados. Alguns economistas dizem que isso se justifica e se compreende perfeitamente porque, apesar do número de empregos ali gerados, segue-se uma cadeia produtiva que justificaria isso. É correto? Deveríamos discutir também isso.

Exceto algumas questões tributárias de incremento do uso intensivo de mão-de-obra, estamos discutindo a questão da Reforma Tributária e temos defendido que a reforma que virá deverá ter um aspecto indutor à produção e também simplificador e desburocratizador. Como associar esse debate da Reforma Tributária em torno do debate sobre a questão do emprego? Queria propor de uma forma provocativa esses itens para que pudessem ser discutidos.

SR. HOFFMANN– Tanto o Davi como o nosso Deputado puseram os pingos nos is. É muito importante uma questão colocada pelo Davi: só poderemos encaminhar a questão do emprego, ou do desemprego, por meio de uma mobilização. Para mobilizar, temos de ter uma visão analítico-crítica de um lado, e propostas que mobilizem as pessoas, de outro.

O objetivo deste nosso encontro é chegar a um consenso sobre qual é a questão real do problema do desemprego e, por outro lado, como diz o Deputado,

chegar às propostas conjugando as questões que visam uma modificação estrutural da nossa economia, a começar pela nossa política, com a que se refere às questões emergenciais, essa quantidade imensa a que o Davi se referiu, um milhão e oitocentos mil aqui no Estado de São Paulo. Se pensarmos em 20% da mão-de-obra no Brasil inteiro, a população economicamente ativa na ordem de 70 milhões, chegaremos a um número assombroso, que resulta direta ou indiretamente nesse quadro de violência e de miséria no país.

Queria colocar algumas questões na Mesa: por um lado, temos de entender bem que esse problema é importante. As pessoas pensam que é circunstancial, vai mudar, e que com o crescimento, o problema do desemprego vai-se resolver. Não é assim.

Segundo um artigo de Delfim Neto, só para absorver a mão-de-obra que vai entrando no mercado de trabalho, precisaríamos crescer a uma taxa de 6%. Se quiséssemos absorver a que está desempregada, em um horizonte de 10 anos, teríamos de pensar em crescer à taxa de 15% a 20%, o que é impraticável. Se formos pensar em investimento e manutenção mais investimento e desenvolvimento, vamos chegar a valores incompatíveis com a nossa taxa de poupança, mesmo com a melhor das condições possíveis em termos de investimento externo. Temos de entender bem que esse problema não é conjuntural, é crítico, está-se agravando, e infelizmente não está sendo resolvido. As estatísticas do IBGE têm aumentado sistematicamente nos últimos seis meses. Não se trata de problema inocente, em que todos estão de acordo. Ninguém está de acordo. O Sr. Delfim Neto acha que a única forma de resolver é deixar a economia totalmente liberada, interna e externamente. Essa posição de deixar tudo livre na economia vai na direção de aumentar o desemprego. Ou esse problema é encarado como responsabilidade do governo, da política econômica, ou ele não tem horizonte para a sua solução. E mais do que isso, temos de entender bem: é um problema que envolve grandes interesses. É claro que o empresário – consciente ou não

disso – não está interessado no problema do desemprego, a não ser que depois isso repercuta como violência na vida pessoal dele e de sua família.

Do ponto de vista do trabalho concreto e da produtividade, é a melhor coisa: sou Professor da Escola de Propaganda e Marketing e observo que essa juventude se esforça para aprender, para competir, porque senão não há emprego, não se consegue trabalho; é um esforço na base do terror de ficar desempregado, não é em uma base construtiva. Na minha geração, a gente se esforçava porque tinha uma perspectiva de fazer algo; aqui a perspectiva é de sobreviver. Isso acontece com a juventude em qualquer condição social, em qualquer lugar do país, ou seja, o desemprego constitui uma forma de estimular a subserviência, favorece o autoritarismo dentro e fora da empresa, é o modo de transformar o homem em um escravo da eficiência e do lucro.

Uma coisa que poderia ser boa, como a Informática, que aumenta a produtividade e a eficiência das pessoas, possibilitaria pensar em trabalhar 6 horas por dia. Façam os cálculos: uma jornada de trabalho de 6 horas acaba com o desemprego. E poderíamos ter tempo para nos dedicar à música e à leitura. A sociedade está organizada ao contrário: quanto mais desemprego, mais as pessoas que têm emprego trabalham, e já não se cobra hora extra no país. Perguntem à liderança sindical. A jornada de trabalho aumentou, enquanto o pessoal que está na rua, está desempregado. É um problema de organização da sociedade e a responsabilidade cabe ao Estado: organizá-la de forma que tenhamos condições de absorver a grande quantidade de gente disposta a trabalhar e a ajudar a construir o país e a criar riqueza.

Como diz o Deputado, temos de pensar nas medidas mais estruturais e mais emergentes. E entender bem: deve fazer parte da política econômica uma visão de que a questão do emprego tem de perpassar todos os níveis do nosso Estado, da Federação ou do município, e passar por todos os tipos de questão, desde a agrária até a industrial, desde saneamento até educação. Temos de encarar isso do ponto de vista principal, que não é crescimento e produção, mas emprego. De que adianta

uma fábrica do tipo Mercedes-Benz, se não dá emprego para nossa gente? Que vantagem levo eu, brasileiro, em ter a Mercedes-Benz aqui? “Você de Mercedes”, diz a propaganda, mas, e daí, se o nosso povo está desempregado, passando as piores condições?

A visão tem de ser invertida. Acho incrível que o nosso Ministro do Desenvolvimento esteja na mesma linha do Franco – em um documento de 60 páginas não falou nenhuma vez da questão do emprego. A preocupação agora é com as fusões, 900 milhões para emprestar às empresas, para que aumentem a sua internacionalização, o que vai significar mais eficiência. As cervejas estão fundidas porque estão em negociação com a empresa americana Miller. Como vamos pretender exportar cervejas para outros locais, onde a Miller já ocupa o mercado? É uma grande divisão internacional de mercado, é a internacionalização da produção.

A gente tem de entender bem isso. É o papel deles. O papel do Estado. E o nosso, como sociedade, é nos organizarmos para evitar que esse lado, que é o do lucro, seja predominante e domine todas as iniciativas e decisões que estão sendo tomadas. A política econômica e a política em geral têm de passar pelo emprego, em todos os níveis. É problema crítico, crucial, o problema social mais importante que temos pela frente. Aqui entram as questões que o Deputado colocou: Será que vale a pena deixar de apoiar a indústria automobilística Ford? Para quê? Se não dá emprego nenhum. Temos de financiar mesmo aqueles setores que dão emprego: construção, turismo, pequena e média empresa, agricultura. Essa Reforma Agrária, que está avançando aos trancos e barrancos, é fundamental, porque pelo menos dá subsistência para as pessoas. Tem esse papel. A terra já não vale nada, o que vale é o investimento tecnológico. Temos um país que produz 100 milhões de toneladas de grão e o nosso povo não tem como consumir porque não tem dinheiro para pagar. E uma grande parte vai ser exportada. É uma ironia que todo esse esforço tecnológico tenha de ser levado para fora porque não temos renda para pagar o nosso próprio alimento.

A agricultura brasileira, do ponto de vista da produtividade e produção, conquistou um nível excelente. O que temos de fazer agora é aproveitar essas terras de segunda, para fazer uma distribuição, uma reforma agrária, a fim de que a pequena propriedade agrícola absorva pelo menos o emprego e a subsistência de nossa gente.

Estou encarando realística e friamente esse problema da política e da produção agrícola. Refiro-me de modo específico à pequena propriedade familiar, cuja produtividade é baixa – contudo, do ponto de vista do emprego, pode ampliar muito a participação que já tem hoje na absorção da mão-de-obra, sem falar em todas as outras produções.

Por exemplo, nosso amigo, Nelson Nicolau, que conheci quando era Prefeito de São João da Boa Vista, acabou de vender as últimas 40 vacas leiteiras, porque já não tem sentido continuar com elas. Vai criar gado para engorda, que não precisa de mão-de-obra alguma.

Dentro da própria agricultura, temos de ver quais são aqueles setores importantes para financiar, fomentar e estimular.

Eu ainda pertenço a uma geração que falava assim: “temos de ter uma política industrial”. Depois passei por uma fase em que se falava: “política industrial é coisa antiquada, do velho Celso Furtado”. O Brasil vai ter um pouco de desenvolvimento esse ano, devido a uma política de substituição de importações. Por causa da crise da taxa cambial, da subida do dólar, estamos começando a substituir as importações, a fazer no Brasil o que sabemos fazer, finalmente é econômico produzir no Brasil para satisfazer a nossa demanda e para exportar.

Concluindo essa intervenção, devemos ter uma visão crítica, não ter ilusões, ser duros em relação a essas posições que vendem uma certa ilusão quanto ao problema, que é crítico ao extremo, exige política geral, não apenas econômica. Toda a visão de desenvolvimento e ação do Estado tem de estar concentrada no social, como primário, e na produção, como secundário. Portanto, temos de ter uma visão do que é o problema social mais importante – a criação do emprego – e

fomentar setor por setor, ter política de desenvolvimento, priorizando aqueles que nos levariam à maior taxa de absorção de emprego. Evidentemente, se estamos falando de desenvolvimento, vamos crescer 6%, que é possível, sempre que essa preocupação seja efetiva do governo. Paralelo a isso, temos de assumir a posição de encarar os bolsões de miséria no curto prazo; existem várias alternativas propostas. Por exemplo, o governo do Distrito Federal dá uma ajuda de custo à família que põe o filho na Escola. Essa distribuição de renda, que deveria ter um caráter transitório, é uma forma de estimular a demanda. A única forma de crescermos, entendam bem isso, é um crescimento voltado para satisfazer a demanda interna. Não vamos ter a ilusão, como o governo Alemão vem fazendo na última década, ou seja, desenvolver para exportar. Estou citando informações de um gráfico: a demanda interna crescendo lentamente, os salários estagnados por causa do alto desemprego, a produção crescendo a uma taxa de 5% a 6%, para exportar, ou seja, a possibilidade de colocar a oferta na demanda externa. Não podemos ter essa possibilidade. Temos de entender bem que nosso desenvolvimento tem de ser fundamentalmente dirigido para o mercado interno, portanto para dentro do nosso próprio país.

SR. PRESIDENTE ARNALDO JARDIM – Obrigado a você, Hoffman, pela participação. Vou abrir o debate à participação de todos e peço que o façam de uma forma telegráfica, para que o maior número de pessoas participem, mas antes vou conceder a palavra ao Sr. Francisco Pereira da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação, Presidente Estadual da Força Sindical.

SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA – Discutindo em torno do assunto que foi colocado, a questão do emprego e o ponto a que chegou merece mais atenção daqueles que estão envolvidos em qualquer instituição ou entidade.

Sou presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, uma categoria que parecia que ia demorar a ser atingida pela questão do desemprego, por se tratar do

principal alimento do dia-a-dia de todas as pessoas. O que assistimos foi uma situação bastante cruel, porque este setor começa a ser atingido fortemente, dezenas de padarias estão sendo fechadas. Essa questão está muito ligada à política maior, reservada para o país.

Sou também Presidente da Força Sindical do Estado de São Paulo, e lá o assunto hoje quase se resume basicamente à questão do emprego: como fazer para tentar diminuir um pouco a questão dos reflexos causados pelo desemprego. Temos uma série de propostas que vêm sendo discutidas e algumas colocadas em prática, do ponto de vista de situações mais emergenciais. Contudo sabemos que isso não resolve o nosso problema, mas é uma tentativa de minimizar a questão. Devemos levar essa situação a uma discussão um pouco mais politizada. Está claro para nós que a situação social do país é muito grave, e não vai ser uma tentativa aqui, outra acolá, que vai colocar o problema em vias de solução. A questão é muito mais profunda e esse debate é exatamente nessa linha. Começamos a colocar um partido como o PPS, por exemplo, dentro de uma discussão que pode estar oferecendo rumos. Hoje à tarde, terminou a reunião na Força Sindical na qual estávamos tratando, como um dos pontos importantes na questão do desemprego, da avaliação da marcha dos 100 mil rumo a Brasília. Avaliamos tanto que, às vezes, determinados movimentos, centrais sindicais, sindicatos ou algumas instituições, acabam se perdendo e perdendo o rumo das coisas. O desespero é tão grande que você começa a ver fantasmas e a achar que o problema do desemprego está ligado a pessoas ou ao governo, quando, na verdade, a questão é bem mais profunda. Por isso, como uma das pessoas diretamente envolvidas nessa questão, que tem de ajudar a procurar respostas, ou pelo menos encaminhar início de soluções, queria saudar e dar as boas-vindas a todos que estão preocupados com a questão do desemprego e tentar dar a nossa contribuição, porque cabe a nós essa responsabilidade. Assim como, no primeiro momento, analisamos e avaliamos os movimentos, de certa forma equivocados, nessa mesma direção, temos de ter a responsabilidade de dizer: “se não é por aqui, por onde é?” Esse debate começa a

ter importância e poderá avançar muito mais à medida que tenhamos condição de repetir esse tipo de discussão mais vezes, envolvendo outros setores, outros segmentos – mais pessoas têm de assumir a responsabilidade. Não podemos ficar de braços cruzados reclamando da vida, da situação. O problema é como se encontra resposta para isso.

Os partidos, em particular o PPS, começam a dar uma contribuição importante. Não podemos perder de vista a amplitude necessária para a questão do debate. Estou trazendo para o debate a Força Sindical e a Central a que pertenço, porque também há, nas suas discussões internas, muito equívoco quanto à interpretação das causas que têm levado o país à situação que estamos vivendo hoje. Devemos encarar esse problema já não em relação à perda de um posto de trabalho, mas em relação à violência, do desmantelamento de famílias inteiras. Participamos de um trabalho ligado ao SOS Criança e temos oportunidade de acompanhar, por conta do sindicato dos padeiros, diversas famílias cujos filhos acabam parando naquela instituição, no Brás. Há um trabalho de pesquisa e avaliação do que motivou aquela situação e geralmente a causa começa pela perda do trabalho do pai, depois da mãe. Essa situação tem aumentado, e é preciso debater com profundidade e tentar dar um pouco mais de amplitude a isso: procurar envolver outros segmentos, chamá-los à responsabilidade, porque a situação é muito grave e começa a levar algumas instituições a movimentos equivocados que, em vez de dar uma contribuição via solução, poderão complicar ainda mais o processo.

É nessa direção que quero me situar e peço desculpas, porque peguei a discussão em andamento e talvez esteja um pouco fora de sintonia com o que já foi apresentado, mas vamos ver se no decorrer dos debates a gente se encaixa e consiga dar uma solução para o problema.

Insisto na questão do debate. Não haverá saída mágica se nós não procurarmos envolver toda a sociedade nessa discussão, corrigirmos os rumos tomados pelos nossos governantes e colocarmos as coisas no trilho certo para

conseguirmos respostas. Mesmo que se encontre solução, só o efeito causado pelo período de agravamento dessa questão do desemprego e os estragos causados ainda vão repercutir por muito tempo, mesmo que a economia venha a crescer.

Considero essa situação extremamente grave e é por isso que devemos valorizar esse tipo de debate e ampliá-lo cada vez mais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE ARNALDO JARDIM – Vou passar a coordenação dos trabalhos ao nosso Líder, o Deputado José Augusto. Vou fazer o trabalho de secretariar os debates e as pessoas que queiram inscrever-se para participar da nossa discussão.

SR. PRESIDENTE JOSÉ AUGUSTO – Quero agradecer a honra que o meu companheiro de Bancada, Deputado Arnaldo Jardim, me concede e dizer que os trabalhos conduzidos por ele satisfaziam muito mais a essa platéia, mas assumo a tarefa que me foi dada e procurarei fazer com que este debate tenha a seqüência já programada. As inscrições estão abertas para quem quiser fazer perguntas.

SRA. ANA MARIA – Gostaria de perguntar aos Sindicatos o seguinte: observamos uma tendência de investimento na área de informática, com custo de requalificação de pessoal, e essa tendência é forte em todos os segmentos do Sindicato. O que preocupa em relação a esse grupo grande de pessoas requalificadas é saber se vai haver equipamento para todas elas, se não daria para usar um pouco mais a criatividade e diversificar as áreas de requalificação.

SR. PRESIDENTE JOSÉ AUGUSTO – Como são específicas as perguntas, o Sr. Francisco Pereira da Silva poderia responder a essa pergunta e depois passarmos para outra.

SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA – Na realidade, o que está colocado é: há necessidade de requalificação? Sim, isso é uma verdade. Hoje, no mercado de trabalho, o trabalhador precisa passar por um processo de preparação – um balconista de padaria, por exemplo, se não souber manusear um computador, não consegue um emprego de balconista, porque tudo está informatizado. O estoque dessa padaria já é controlado por meio do computador. Contudo, a pergunta já está no ar: estamos requalificando para quê? Por mais que se requalifique, não se consegue os postos de trabalho. Para um grupo sim, para outros, não. Daqui a pouco essa onda vai acabar, temos realmente de usar a criatividade e buscar outras saídas. Neste momento, é o que dá para fazer.

Eu diria, com o pouco de experiência que tenho no meio sindical, se não fizermos isso, esse trabalhador vai ficar muito prejudicado, porque as exigências feitas pelas empresas que têm uma ou outra vaga a oferecer, começam por aí. Pelo menos, os cursos estão basicamente direcionados à questão da informática. Há outras coisas embutidas nisso, como o curso de cidadania, essa é a questão principal do nosso ponto de vista. Têm razão aqueles que questionam, e também estamos preocupados porque, daqui a alguns dias, não vamos saber o que fazer com quem está requalificado se não temos um posto de trabalho para colocá-lo.

SR. PRESIDENTE JOSÉ AUGUSTO – As pessoas que desejam inscrever-se, coloquem os seus nomes, porque estamos sendo televisionados e isso facilita depois a montagem da fita. Queria registrar a presença do ex-Vereador da Câmara Municipal de São Paulo, Sr. Luís Carlos Moura.

SR. LUCIANO – Queria ressaltar uma questão, que é o problema de São Paulo estar passando por uma transformação no que se refere à mão-de-obra – hoje São Paulo é uma cidade de prestação de serviços.

A idéia da reunião é o que podemos oferecer ao governo Covas, em termos de emergência. Sabemos que não é possível resolver, mas temos de ter uma

solução de emergência. Vamos analisar as contradições: o governo Covas abre frente de trabalho para pessoas que estão trabalhando em limpeza pública de trilhos, ferrovias etc. Isso não abre posto de trabalho. O governo poderia usar esse dinheiro para isso. Por exemplo, saneamento: todo o lodo do esgoto não é aproveitado como adubo, é jogado fora.

Por que o governo não investe nisso? Num primeiro momento, pode ter prejuízo quanto ao custo-benefício, mas cria postos de trabalho devido a uma reciclagem. Há um problema de direcionar a política de empregos do governo. Segurança: O governador Covas disse ao Jornal da Tarde que já fez o que pôde em relação à Segurança. As prisões estão caindo aos pedaços e os presos sem fazer nada dentro de uma cadeia. Transportes: O governo Pitta tira a catraca, o cobrador, e não consegue criar postos de trabalho. Em toda a Av. 23 de Maio, não se tem onde comprar um tíquete de catraca eletrônica. Nessa constatação geral da crise do desemprego, o PPS teria alguma coisa a oferecer no sentido de procurar uma solução emergencial e direcionar a abertura de trabalho. Não, necessariamente, é preciso ser qualificado em alta tecnologia ou indústria de ponta, mas tem de ser um posto de trabalho para dar emprego. Corre-se o risco de ficar na mesmice, ao colocar os problemas. É preciso mais do que fotografar os problemas, precisamos de exemplo, a reforma fiscal nesse sentido: o que pode gerar emprego. O problema é gerar trabalho e postos de trabalho, não importando a qualificação técnica, tecnológica, desse posto.

SR. PRESIDENTE JOSÉ AUGUSTO – Essa questão me preocupa. A região do ABC é uma das mais atingidas pelo desemprego, principalmente porque tínhamos as grandes montadoras, toda uma estrutura de indústrias de autopeças que davam sustentação às grandes montadoras, e houve um processo de importação muito grande de peças. De que forma foram boicotadas as barreiras que se colocaram contra a importação de peças? As empresas de outros países compraram algumas empresas da região do ABC e trouxeram seus produtos,

colocaram essa marca e passaram a ser vendidos, de tal forma que o ABC, hoje, vive uma das maiores crises.

Preocupa-me muito o desemprego e devemos trazer uma proposta para o governador Covas, mas o eixo central é a política do governo federal. Ele tem de mudar a sua política. É uma questão de mercado, mesmo que aumentemos a produção, não poderemos competir com produtos que são muito mais baratos do que o nosso. Temos de ter propostas, não podemos ficar parados. Essa questão da qualificação já foi feita. Temos um grande problema dos nossos contingentes de trabalhadores que vieram do campo e não têm formação. Aí é necessário que o governo estadual e as prefeituras possam estar qualificando. Qualificar esses profissionais tem vários objetivos:

1º) – As empresas vão diminuir seus custos. Uma ação do governo para melhorar a qualificação é a ajuda às empresas.

2º) – A outra questão é a construção de cooperativas. A sociedade, em todos os momentos de dificuldade, busca saídas. Posso citar vários momentos que vivemos aqui em São Paulo diante do desemprego. Os grupos de trabalhadores sempre constroem as suas cooperativas, as associações de moradia, que foi uma forma de a população se organizar para reduzir custo e produzir casas. Na minha cidade, temos algumas cooperativas que entregam casa para os trabalhadores com a renda menor do que a exigida pelos projetos do governo, com um tempo menor e com possibilidade de se ter uma casa de boa qualidade. Tenho exemplos em Diadema que traduzem isso. Que ações imediatas o nosso partido pode ter, na orientação dos seus militantes, de suas prefeituras, e com propostas para o governo Covas?

A primeira questão é essa da qualificação. A segunda é criar cooperativas. Existe muita restrição às cooperativas pela vinculação delas com o Estado. Uma alternativa seria ter associações de prestação de serviços, por parte do Estado e das prefeituras, que poderiam criar essas instituições e trabalhar diretamente com elas, eliminando os intermediários. Hoje se diz que São Paulo constrói uma nova

vocação – as empresas de serviço, constituídas por alguns cidadãos que as constroem e vendem essa força de trabalho de forma barata, liquidando a possibilidade de esse cidadão se inserir no mercado.

O Estado tem de efetivar essa iniciativa, sem que seja lucrativa. Hoje, continuam as empresas que qualificam o cidadão e oferecem-no para as empresas, ganhando uma parte do salário. O Estado tem de intervir, a curto prazo, no sentido de quebrar essa cadeia perversa que explora essa situação.

É difícil falar de desemprego numa cidade como São Paulo, mas existe saída. A Itália, por exemplo, viveu um período de desemprego intenso no pós-guerra, e lá a estrutura de cooperativas é diferente da nossa. Aqui o Estado impediu porque criou uma legislação que inviabiliza a formação de cooperativas, mas podemos vencer essa intromissão, criando associações. O que salvou grande parte dos trabalhadores na Itália foi a criação de cooperativas, isso deu um peso político muito grande. O trabalho coletivo de grupos que se articulavam para prestar serviço ajudou a ampliar a consciência crítica dos trabalhadores. Estive na Itália e vi a organização das cooperativas em todos os setores, tanto no campo, na produção de alimentos, como na cidade, na construção de casas (inclusive, as cooperativas disputavam com as grandes empresas a entrega de casas), no setor de saúde e no comércio (os pequenos trabalhadores se organizavam em cooperativas para se defender da crise).

A Itália hoje está vivendo também uma crise de desemprego. A nossa situação é muito parecida e vamos ter de buscar saídas. São Paulo tem condições de fazer isso, porque, apesar de ser o epicentro da crise dessa globalização, é o Estado mais desenvolvido, tem condições de conseguir um mercado, que é o mercado nacional. Se o Brasil atualmente vive a crise, existem regiões em que podemos disputar esse mercado, levar os nossos produtos de cooperativa e assim por diante.

Observei que em Brasília o governador Christovan Buarque fez o seguinte: criou a agroindústria na região da periferia da capital federal, garantiu o mercado,

colocou técnicos para que esses produtos tivessem uma qualidade garantida e conseguiu introduzir esses produtos no mercado, produtos esses que eram de pequenas propriedades e foram colocados nos supermercados da cidade; enfim, foi criado um programa de desenvolvimento. Podemos também fazer esse tipo de articulação com a sociedade, em especial no setor agrícola, que tem um potencial muito grande. São Paulo tem condições de trazer propostas, que embora não resolvam a questão do desemprego, vão melhorar esse primeiro momento para a gente se fortalecer politicamente e exigir mudanças mais sérias por parte do governo federal. O mercado brasileiro está disputado por grandes nações; precisamos ter o nosso mercado para que, pelo menos, possamos resolver o problema do desemprego em nossa sociedade.

SR. ANTENOR – Como falou o Deputado sobre a questão agrícola, o país tem hoje a Resolução 2.148, que depois foi transformada na Resolução 2.167. Aquela resolução dá um financiamento de capital externo, isto é, o Brasil capta e depois empresta para o campo. A Resolução 2.167 dá o direito de as *tradings* e as cooperativas operarem com esse dinheiro. Os bancos estaduais nunca operaram com essa Resolução; o Banco do Brasil só opera com grandes produções, como o café e a soja. Isso precisaria ser aberto ao pequeno produtor. O CPR deveria ser uma cédula voltada para o pequeno produtor, e não para o grande produtor, ao gerar cooperativas. Fica mais fácil operar no campo e manter a produção agrícola, por exemplo, um programa de financiamento da agricultura para todas as áreas, citricultura, soja, algodão. Com o financiamento, é possível subsidiá-las e colocá-las mais facilmente no mercado.

Atualmente esta Resolução está suspensa. Há alguns meses, as *tradings* compravam o produto com um deságio muito grande, elas mesmas traziam o dinheiro de fora, colocavam no Banco do Brasil, este emprestava, mas já com a garantia de compra pela *trading*. O fato de ela comprar com um deságio muito grande facilitava-lhe a exportação e prejudicava a produção do produtor, na questão

fazenda com porteira fechada. Essa questão poderia ser mais bem discutida, ou seja, o Estado deveria ter um programa de financiamento para o produtor rural, mas mantendo-se a Resolução 2.148 e não a 2.167, segundo a qual o produtor teria o direito de vender tanto para o mercado local como para o mercado externo. Essa é a questão mais séria, manter o homem no campo, subsidiar a agricultura hoje, no Estado, o que não vem acontecendo.

SR. MOACIR – Gostaria de falar a respeito de uma questão que foi só citada de modo residual: a questão da jornada de trabalho. A crise é muito grande, são necessárias medidas emergenciais, como frentes de trabalho e outros recursos utilizados pelo Estado; contudo, se não tratarmos da questão crucial – o intenso desenvolvimento tecnológico que ocorre nos últimos 10 anos -, vamos apenas postergar a resolução da crise.

Sabemos que desde a revolução industrial há uma luta permanente entre trabalhadores e patrões, que discutem a questão das jornadas, as condições de trabalho, a questão do salário. Ao longo deste século, foram melhorando as condições de trabalho, mas a partir década de 80, esse processo começou a retroceder. Toda vez que se coloca essa questão, quem a coloca é ridicularizado, não tem sentido falar em diminuir as jornadas de trabalho. Só que existem iniciativas, por exemplo, na França, Leonel Jospin colocou essa questão do ponto de vista eleitoral, houve pressão intensa da Confederação dos Empresários Franceses, no sentido de rechaçar e ridicularizar essa proposta, e parece que, bem ou mal, ela está sendo colocada para ser resolvida nos próximos 2 ou 3 anos. Parece que diminuiu a tendência ao desemprego, que existe na França. Uma proposta que foi um pouco diferenciada das dos governos inglês e alemão, e até agora não foi lembrada no Brasil. Aqui, a indústria automobilística, que está no pólo industrial mais desenvolvido, apresenta uma jornada de trabalho de 42 horas semanais de trabalho. Todos reclamam do mau atendimento nos bancos e do pequeno número de trabalhadores. Todas essas questões não são colocadas.

Acho que o PPS, pelo perfil político e ideológico que apresenta, deveria levantar essa bandeira. Não é questão de curto prazo, mas o PPS tem de explicitar sua proposta e isso tem de fazer parte do nosso programa.

Gostaria de ouvir quem conhece a questão internacional, quem ouviu falar do processo na França e qual a proposta do PPS em relação a essa área.

SR. PRESIDENTE JOSÉ AUGUSTO – Davi, você quer responder a essa questão? Vamos então ouvir a Nádia.

SRA. NÁDIA – Gostaria de ouvir a resposta do Davi para não perder a seqüência do meu raciocínio sobre o que o Moacir falou.

SR. DAVI – O Luciano provocou porque estamos em negociação salarial com a Federação dos Bancos (FEBRABAN) nesse momento, e a proposta deles é definir uma jornada de 8 horas. O bancário tem uma jornada de 6 horas desde 1934 e há uma exceção no § 2º do artigo 224 da CLT, que permite que cargos de confiança não estejam subordinados à jornada de 6 horas. O gerente de agência poderia fazer 8 horas e os Bancos agora querem limitar: só tem direito a 6 horas o caixa e o escriturário. O restante do pessoal que trabalha nos bancos, seja supervisor, seja técnico, teria jornada de 8 horas. Isto mostra o seguinte: se esse debate ficar na questão puramente econômica, vão argumentar que não podem reduzir a jornada, porque reduzir a jornada sem reduzir o salário significa um aumento de custo da produção, ou do custo do trabalho, e portanto o país perde competitividade. Esse é o argumento que os economistas têm usado para liquidar essa questão da hora. Dizem que o país está produzindo, já existem o custo-Brasil e os encargos, que de fato existem, mas isso precisa ser mais bem equacionado. Não podemos esquecer que os trabalhadores conquistaram a jornada de 8 horas já faz mais de 100 anos, portanto, no início da Revolução Industrial, quando a capacidade de produção era muito mais limitada do que hoje. Todo o ganho de produtividade, que a tecnologia

ou o avanço da ciência ou do conhecimento propicia, está sendo apropriado só por um lado. Na verdade, é isso o que está acontecendo.

A França é um dos únicos países onde o governo (Jospin) assumiu com bandeira eleitoral e depois com ação de governo a questão da redução da jornada de trabalho, e colocou concretamente todo um cronograma que levasse a isso, como forma de resolver o problema do emprego.

Acho que, para nós, aqui no país, é fundamental colocar a questão da jornada como um processo de redução, buscar adequação disso para poder estabelecer um novo paradigma e ampliar concretamente a possibilidade de as pessoas trabalharem. No momento atual, já não há necessidade de tanto trabalho físico das pessoas para se produzir tudo o que a sociedade precisa, como havia antes. Poderemos trabalhar menos, produzir até mais e desenvolver outras atividades, como lazer e cultura, que também gerariam outro tipo de emprego, porque seria preciso mais gente para dar conta do lazer e para produzir atividades culturais. Isso volta ao que tentamos colocar no início do debate: a questão do emprego se resolve por uma decisão política. Em todos os momentos, na história da humanidade, em que a questão do emprego ocupou um espaço central e se avançou numa tentativa de melhorar essa equação, foi porque a sociedade impôs isso como uma necessidade e o fez politicamente. Podemos citar a Europa no pós-guerra: houve em todos os seus países uma ação econômica no sentido de criar quase a sociedade do pleno emprego, período que abrange desde 1945 até 10 anos atrás. Por quê? Isso foi feito por uma decisão política tomada pelos governos vigentes instalados e respaldados na sociedade, traumatizada pela guerra e consciente de que grande parte do desenvolvimento do fascismo e do nazismo se fez em cima de massas desempregadas. A sociedade traumatizada sabia que a continuidade daquela situação de desemprego poderia levar à tragédia que foi a 2ª Grande Guerra. Por outro lado, da guerra tinham saído os blocos socialistas e comunistas, com o modelo da União Soviética, dizendo que era possível ter uma sociedade com pleno emprego.

Foram decisões políticas que não acabaram com o capitalismo, pelo contrário, todas as sociedades continuaram capitalistas, mas não com o mercado ditando qual era o rumo. O mercado vai ditar isso que estamos assistindo: você tem um ganho de produtividade e quem se apropria é unicamente o capital, não propiciando uma sociedade melhor. Esse é o dilema que está colocado.

A questão da redução da jornada de trabalho deve ser uma das nossas propostas. É um processo que se mostra possível. As montadoras constituem um exemplo disso. Tínhamos uma jornada de 48 horas, a Constituição avançou para 44 horas. Os jornais da época da Constituinte mostram que muitos economistas – todos os que defendiam a posição oficial – afirmavam: “aprovar isso é uma catástrofe, vai ser o fim do mundo, vão aumentar as férias, aumentam os encargos.”

Lembro-me de que alguns debates em que isso parecia o fim do mundo. Deve ser o mesmo debate que aconteceu quando se falou em acabar com a escravidão. Diziam que o país estava liquidado, nada disso aconteceu. Passou a jornada de 44 horas e não aconteceu nenhuma tragédia. A indústria automobilística, que é mais moderna e na qual o ganho de produtividade é mais avançado, já reduziu, em acordos coletivos, a jornada para 42 horas, em alguns casos para 40 horas, e, não oficialmente, para 38, 36 horas. Uma grande quantidade de trabalhadores está em contrato suspenso, banco de horas, o que no fundo equivale a uma redução de jornada. A Ford está com cerca de 1.000 trabalhadores em casa, há 3 ou 4 meses, não está pagando salário integral. Isso mostra que é possível uma redução da jornada. Se não lutarmos e se a sociedade não impuser, não vai acontecer, porque significa um ganho de produtividade enorme que as empresas têm. Precisamos construir a vontade política na sociedade para impor isso.

SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA – Na minha opinião, o Moacir tocou bem na questão da redução da jornada de trabalho, colocada nessa linha de resolver o problema do desemprego. Esta deveria ser o centro da discussão, não é a curto prazo, todos temos consciência disso, mas hoje é a questão principal. Se

não trabalharmos nessa direção, isso não vai ter solução. Até o próprio movimento sindical brasileiro está, de certa forma, meio atrapalhado, envolvido pela crise, pela globalização, e não sabe definir com clareza o significado disso. Portanto, fica muito fácil ser envolvido com o nome de crise do governo A ou do governo B. Se não entendermos que se trata apenas de uma nova fase do capital que está colocado, e se não estudarmos essa questão com calma, e não procurarmos aprofundar, se nos assustarmos com o desenvolvimento da crise do desemprego, se ficarmos nos apegando a paliativos, vamos ficar numa situação complicada. Por mais que se trabalhe na direção de querer minimizar a questão do desemprego, criando fontes de trabalho A, B ou C, isso traz um problema muito sério, que é o empobrecimento da população de uma forma brutal.

Nas frentes de trabalho, profissionais com curso universitário se candidatam a uma vaga para um trabalho precário. Não diminuindo a importância desse trabalho, a pessoa que fez uma faculdade, investiu tantos anos para exercer aquela atividade. Isso tem de ser respeitado. Será que vale a pena continuar estudando? Coloco esse exemplo porque não podemos ficar iludidos nessa discussão.

Querer imaginar que se vai frear o processo tecnológico é tolice, isso não vai acontecer nunca. A discussão tem de ser o inverso. Temos de discutir na seguinte direção: o avanço da ciência, da tecnologia, dos meios de comunicação, veio em benefício da maioria ou não? Quem é que fica com o resultado desse avanço? Fica nas mãos de quem? Sempre ficou nas mesmas mãos, nas mãos daqueles que sempre dominaram, sempre comandaram. É essa questão que tem de ser rediscutida.

Tenho procurado discutir a questão da jornada de trabalho dentro da área sindical, setor que deveria estar levando esse problema com grande preocupação mas que, determinados momentos, entende pouco. Tenho insistido que essa é uma das únicas formas que pode, de maneira efetiva, vir a resolver o problema ou pelo menos minimizar a questão do desemprego a médio e longo prazo. Não é questão de agora. Se não começarmos a discutir isso com urgência, não sei o que será de

um país como o nosso, porque essa é uma situação-tema do mundo inteiro. Se, no passado, tivemos algumas guerras provocadas para tentar resolver isso, mais do que nunca a teoria de Marx está presente. No Estado de São Paulo, o partido (PPS) deveria trabalhar com duas propostas concretas: uma, ligada à questão das frentes de trabalho, deveria questionar duramente o modelo econômico adotado para nosso país. Digamos que se leve 100 mil a Brasília para pedir a renúncia de FHC, ou Pedro Malan; não é questão de trocar um homem por outro, o que vai dar no mesmo. Temos de entender bem isso. O partido deveria estar trabalhando nessa direção.

São Paulo é um país à parte e, portanto, essa questão deve ser discutida levando-se em conta nossas particularidades. A receita de São Paulo não será diferente da do Brasil; por isso, deveríamos estar trabalhando tanto com as frentes emergenciais na questão do desemprego, mas também a médio e longo prazo, e, além disso, com o questionamento do modelo adotado. Sem dúvida alguma, é preciso aprofundar a discussão da redução da jornada de trabalho no meio sindical, assim como em outras instituições. Desse modo, vai ser possível elaborar propostas e tentar oferecer alguma coisa como contribuição.

SRA. NÁDIA – A minha opinião é diretamente vinculada à Reforma Tributária. Os encargos são tão grandes para fazer esse giro de mão-de-obra que se evita, ao máximo, diminuir a jornada de trabalho. Isso também está atrelado à pequena e média empresa; toda Reforma Tributária, se for bem feita, vai ajudar bastante, e é o que estamos aguardando. Do ponto de vista da política governamental, lutamos tanto para conquistar a democracia política, sabíamos quem era o nosso adversário, fomos aprendendo ao longo do caminho e conseguimos. A grande alavanca para a conquista da democracia política foi o poder legislativo. Aprendi na escola que primeiro deveríamos conquistar a democracia política, depois a econômica e depois a social. Segundo um senador do Rio de Janeiro, em uma entrevista, a China ainda não faz democracia política, mas já está fazendo democracia econômica. Aqui no

Brasil, como já conseguimos a democracia política, acho que a econômica é o próximo passo. A democracia econômica é responsabilidade do poder executivo. A democracia social compete ao poder judiciário. Tenho muito respeito pelo poder legislativo, assessorei a Constituinte aqui, sou grande defensora do poder legislativo, é o poder mais democrático que existe e é o único que faz algo com clareza. Acompanho as Comissões do Congresso; se o Congresso hoje não faz mais, é devido a tantas demandas do poder executivo. Tive decepção com a social democracia deste governo, depois fiquei triste e agora sinto vergonha. Esse governo que aí está não tem o menor compromisso com a social democracia e muito menos com a democracia econômica.

Queria sair daqui hoje com uma resposta: quem está ganhando com isso?

Na época da ditadura, a gente sabia quem ganhava e quem perdia. Se eu sair daqui sabendo quem está ganhando com essa crise, “quanto pior melhor, salve-se quem puder”, como disse o Mangabeira ontem, em entrevista a que assisti, e acho que é por isso que estou aqui. Já havia perdido as esperanças, ouvi o Mangabeira e me contaminei. Já gosto muito do Ciro pela sinceridade dele, pela transparência, não tem medo de falar o nome das pessoas. É isso o que eu quero saber: quero nomes que vão para a mídia, que apareçam, que os coitados saibam quem os está perseguindo, quem não quer o bem deles. Estou preocupada com a miséria absoluta.

Vivi aqui uma época em que vi professores que moravam em bairros como Lapa e Mooca; depois foram para as favelas, onde os encontrei em invasão na Zona Leste, e, depois, foram para o Centro, na Praça da Sé, com os filhos, sem casa para morar. Não adianta falar em educação, em qualificação de mão-de-obra, se essas pessoas não têm como voltar para casa.

Sou extremamente qualificada. A crise que estamos vivendo é mais de classe média qualificada do que de gente desqualificada. Tecnologia? A quem interessa? Parece que estamos caindo em uma armadilha da mídia, de computação, de Internet, de globalização. Na Zona Leste, na Zona Sul, ninguém ali nunca viu

computador, nem sabe, nem se interessa, e não depende dele para sobreviver. Estamos vivendo uma crise de sobrevivência: ou a gente busca a auto-suficiência ou vamos ficar nas mãos deles, não sei até quando.

Esperava desse governo o seguinte: o que importa é a sociedade humana e não o Estado. O que importa é a verdade e não a tática. Ele, por conta de sanear o Estado, desqualificou as pessoas e deixou todos de joelhos. O Estado tem patrimônio e tem crédito; eu, desempregada ou qualquer um de vocês, não tenho crédito nem patrimônio. Um governo que manda embora 180 mil pessoas e acha que isso é bandeira de seriedade, e depois dá desconto para montadora não mandar embora 2 ou 3 mil – não contem com esse governo. Temos de ter consciência de que não podemos contar com ele e ter uma proposta de se defender de quem está ganhando com isso. Queria que alguém me dissesse: quem está ganhando, são os bancos?, e desse nomes, assim eu iria saber contra quem lutar, porque até agora não sei, tampouco o que dizer para as pessoas. Desculpem-me socializar a minha angústia. Temos de conquistar essa democracia econômica que não temos com a mesma seriedade e proposta de luta, como fizemos com a democracia política, só que agora, tendo como alavanca o poder executivo.

SRA. MARLENE – Queria acrescentar que além dos três poderes, não devemos deixar de fora a questão da sociedade civil. Sentimos um imobilismo muito grande: a questão do modelo privatizante e a queda do mundo socialista. Existe uma conjuntura que favorece tudo isso e a sociedade civil está imobilizada, não sabe para onde vai, mas com certeza tem um papel muito importante.

SRA. NÁDIA – Desculpe, mas foi essa parte que faltou. Se existe algo que está dando certo, é o que está sendo feito pela sociedade civil: as organizações, as iniciativas, a sociedade está começando a criar leis novas, está parecendo a jurisprudência do Direito, está indo à frente do Poder Executivo, à frente da legislação. O Estado tem de se adaptar, porque o que importa é a sociedade, e não

o Estado; ele existe para primeiro servir à sociedade. O que está dando certo é o que está partindo da sociedade.

SR. PRESIDENTE JOSÉ AUGUSTO – Vou colocar uma questão para a gente se situar: o que você traz, todos colocando uma angústia muito grande e tendo dúvidas do que propor.

Ouvi um debate muito inteligente sobre essa questão que estamos vivendo.

Em 1897, tivemos a Revolução Burguesa, tivemos 100 anos para amadurecer o processo da Revolução Industrial e o processo da industrialização do mundo. Os cientistas sociais, os políticos, os sociólogos, todos os iluminados começaram a pensar como seria esse processo, e se passaram 100 anos; surgiram Marx, Engels, que dão umas coordenadas, então tivemos esse espaço todo.

O que está acontecendo conosco hoje? Estamos vivendo um momento novo, que é o seguinte: de repente, as diversas revoluções industriais se esgotam em um processo rápido, em 10 anos, alguns países colocaram algumas questões que dificultam quaisquer raciocínios. Até 10 anos atrás, o grande debate da sociedade perdurava sobre 3 aspectos: o capital, o trabalho e a matéria-prima. Para se entender como essas coisas mudaram, o trabalho valia 40%, o capital, 30% e a matéria-prima, 30%. O dono da empresa tinha os dois últimos, o trabalhador tinha 40% e essa luta se dava, o conflito ia e voltava, ora os trabalhadores avançavam, ora os empresários conseguiam avançar.

Surge um quarto elemento hoje e modifica essa situação: a tecnologia de ponta, a organização de sistemas, a comunicação, o mercado globalizado. Isto modifica de tal forma essa questão que os valores para cada um desses elementos são diferentes: a mão-de-obra já não tem mais 30% de valor, tem 8% a 10%, o capital tem apenas 10%, a matéria-prima também já não tem o mesmo valor. Esse quarto elemento modifica tudo.

Junte-se, a isso, um documento que Celso Furtado lança para analisar a questão do plano real no mundo globalizado. Ele coloca o seguinte: primeiro, o



Brasil não viveria esse plano real porque o custo social do Brasil impediria isso; segundo, as medidas de que se falaram na França podem agüentar uma diminuição da jornada, porque é um país de primeiro mundo que ampliou o seu mercado e paga esse custo social. Um país de terceiro mundo não tem condições de fazer isso.

É incoerente dizer que o homem não nasceu para trabalhar; vamos ter de encontrar uma nova sociedade em que as máquinas produzam e a gente vai voltar para o paraíso. É essa a lógica que vamos ter de descobrir.

No terceiro mundo, de que faz parte o Brasil, qual vai ser a lógica? Primeiro, não dá para abrir e globalizar, porque vamos perder nosso mercado; segundo: ao contrário de diminuir a jornada, vamos ter de trabalhar em dobro para manter a nossa economia fechada e pagar o custo social, que é alto. Esse é o grande problema que estamos vivendo. Houve uma época em que raciocinávamos com o modelo de Estado, que é esse modelo, que tem de intervir na economia, definir as regras; é um modelo perverso. Se eu tivesse ido ao encontro dos bancários que aconteceu no Guarujá, teria sido apedrejado, porque eu teria dito que o grande problema hoje é o setor financeiro. O comércio no Brasil cresceu 6% nesses últimos 10 anos, a indústria, 8%, e o setor financeiro, que não produz e não gera emprego, cresceu 25% a 30 %. Essa é a grande distorção que estamos vivendo hoje, e o Davi sabe disso. Atualmente ficamos com essa angústia: o que fazer, por onde caminhar? Redução de jornada de trabalho só se faz se a sociedade tiver força política. Quando se fala em propostas avançadas, que são instrumentos de ações governamentais, temos de compreender, antes de tudo, que alguém hegemôniza do lado deles e não temos força de fazer isso avançar. Tem de haver uma grande articulação da sociedade, que está dividida.

A social democracia e Fernando Henrique Cardoso eram uma referência para todos nós. Qualquer partido sabe que, ao assumir, o Executivo permite que ele possa definir a sua política com ações. Fernando Henrique Cardoso negou todas elas. Sabemos decidir isso e tirá-lo do nosso rol de referência, mas existe muita

gente que se pergunta: não era ele que estava lutando contra a ditadura, que estava lutando pelas diretas? Onde é que eu fico? Quanta gente dividida entre nós. O José Gregori, que hoje está no governo, como é que fica esse pessoal? Você e eu enxergamos essa contradição, e eles, que estão ali? Será que estão acreditando que alguma coisa pode ser feita? Essa é a grande crise que estamos vivendo. Nós, que vivemos os sonhos de um mundo socializado, de um mundo melhor, estamos diante dos piores resultados de um final de século para nós. Cito um filósofo de minha cidade, que fugiu da civilização e foi morar na Serra do Bacamarte, chama-se Banchu, é nome chinês, mas é pernambucano, e diz: “Uma cobra obra um ovo bem menor que o da ema, mas todos os dois têm sua gema que começa a ser de novo, porque é da natureza recomeçar.” Vamos ter de recomeçar a organização da sociedade.

Quando falei em cooperativas, associações, temos de entender que isso é tático, não é estratégico, é a forma com que vamos organizar a sociedade, para passar esse tempo difícil e construir uma força capaz de mudar essa roda, essa divisória que nos oprime, e conseguir construir nossa história. Era isto o que eu queria colocar.

SR. FRED – É muito rápido o que desejo falar. Primeiro, a questão da França, que foi colocado aqui. No episódio da guerra da Iugoslávia, foi o único país europeu diretamente envolvido na guerra, onde a questão foi debatida no país inteiro, de todos os lados, envolvendo toda a mídia, emissoras de rádio, televisão, jornal, governo, movimento sindical. O grande feito do governo Jospin, na questão do emprego, na França, poderia ser uma proposta nossa. É muito conhecida apenas a questão da redução da jornada de trabalho, mas é apenas um elemento do amplo programa governamental de geração de emprego, que envolve subsídios para as empresas manterem e ampliarem o quadro de seus empregados, principalmente para as pequenas e médias empresas, com empréstimos para ampliar a produção e uma série de coisas.

O governo Jospin enviou, em todos os níveis, uma medida para absorver jovens que ingressam no mercado de trabalho. Nada disso surgiu do bolso do colete do partido socialista. O grande mérito de Jospin é convocar toda a sociedade francesa para um grande debate, envolvendo todos os níveis de governo: patrões, empregados, toda a sociedade civil, na busca de soluções para a questão do emprego, desde as questões paliativas e imediatas até as de longo prazo, o que resultou naquele grande debate, no dia 17 de outubro de 1997, no qual a França parou um dia inteiro para discutir respostas para a questão do emprego. Se existe algo que este governo ou qualquer outro precisa fazer é isso: convocar a sociedade em todos os níveis. Neste governo é difícil fazer isso, porque o tucanato só age debaixo do palco. O Secretário do Trabalho Barelli, que é incapaz de negociar com o funcionalismo público a questão da Previdência e baixa um pacote em cima do funcionalismo; não consegue articular minimamente uma negociação.

A outra questão é a seguinte: existe um estudo de Márcio Pochmann, divulgado há alguns meses, que mostra que o desemprego no Brasil, em teoria, poderia acabar, em breve tempo. Existem pelo menos 15 milhões de pessoas ocupando o mercado de trabalho de maneira indevida: os 6 milhões de aposentados que estão no mercado de trabalho porque o que ganham como aposentados não dá para viver; as crianças, os jovens e os adolescentes com menos de 17 anos de idade; as milhões de horas-extras a mais que estão sendo feitas ultimamente e impedem que sejam realizadas por novas pessoas.

O estudo coloca também a questão da queda de renda da população. O que o governo tem feito vai na direção contrária a tudo isso. Ele cria uma lei para que a pessoa continue a trabalhar mais tempo sem se aposentar. Em um país com problemas de desemprego, o governo quer que as pessoas não se aposentem, continuem ocupando o mercado de trabalho.

A política de emprego envolve a questão de investimento na educação. Em um país que tem uma escolaridade média de 4 anos não é com um programa de requalificação profissional que se vai resolver o problema. Em relação à

requalificação, o governo negocia com o FMI e corta a metade da verba do FAT para requalificação. As centrais não protestaram: 400 milhões deveriam ser investidos na requalificação profissional e o governo resolveu tirá-los.

Na questão da Saúde, o governo criou um programa de privatização com o argumento de que quer investir na infra-estrutura e não tem dinheiro. As ferrovias foram privatizadas e nenhum dos novos donos cumpriu os contratos de investimentos na infra-estrutura, nem na ampliação e modernização da ferrovia.

E o que faz o governo? O que fazem os deputados, inclusive desta Assembléia, que aprovaram a privatização das rodovias estaduais?

Aprovada a federalização e eventual privatização do Banespa, qual foi a medida adicional, tomada pelos mesmos deputados, na questão do crédito agrícola, pelo qual o Banespa responde fundamentalmente, já que crédito agrícola não interessa para banco privado?

Se o Banespa for transformado em banco privado, como ficam os milhares de produtores rurais do Estado de São Paulo? Como ficam as agências das pequenas cidades? Vão ser fechadas?

Os Estados Unidos têm muita coisa ruim, mas também muita coisa boa. Cito sempre este exemplo: há dois ou três anos, foram privatizadas as concessionárias de energia elétrica dos Estados do Texas e da Califórnia. O poder legislativo do Texas e o da Califórnia aprovaram que durante 5 anos os novos donos não podem embolsar um único centavo de lucro. Todo lucro tem de ser investido na expansão e modernização daquelas empresas, já que não ter dinheiro foi o argumento para privatizar. No 6º ano, podem embolsar 20%, no 7º, 40%, e assim por diante. E só serão donos plenos do lucro dessas empresas a partir do 11º ano. Nos primeiros dois anos, não se pode demitir um único funcionário, porque essas equipes não se formam do dia para a noite.

O que foi feito aqui, quando se privatizou a Cesp, a Eletropaulo etc.? Aqui o governo tem uma política de desemprego e, muitas vezes, coonestada pelo poder legislativo, que, em teoria, representa a sociedade. Antes de querer descobrir quais

as medidas contra o desemprego, vamos tratar das questões básicas que sabemos quais são: investir na infra-estrutura, na Saúde, na educação, no saneamento básico, na habitação popular, na agricultura. Temos de ter uma política para isso, e direcionar o crédito. Não existe solução mágica em relação ao desemprego. Essa é a questão.

SR. JOSÉ CARLOS BORTOLATO – As duas ou três últimas falas abordaram o aspecto mais importante. Vou fazer alguns comentários em relação ao que foi discutido sobre reduzir a jornada de trabalho. Existe um segmento tacanho do empresariado que quer ampliar a jornada.

Acho possível produzir um discurso com certa legitimidade, de modo que a discussão seja um pouco mais séria. No caso da libertação dos escravos, havia um segmento moderno que apoiava e possibilitou um avanço. A mesma coisa aconteceu na questão da redução da jornada de trabalho.

Parece-me que temos de formular uma política de Estado, na qual devem estar aliadas essas questões emergenciais, que são propostas assistenciais. A política de Estado tem de estar aliada a uma proposta mais estrutural, a produção do saber, do conhecimento científico, não só do ponto de vista da produção industrial mas do entendimento da nossa própria sociedade, de modo que possamos agregar forças e aliados nos vários setores que pensam a sociedade de forma diferente. Essa questão da reciclagem de mão-de-obra vem sendo discutida desde a década de 70 e começo da década de 80. Sabe-se que formação profissional não gera posto de trabalho, o que gera posto de trabalho é política de investimentos. Aí se discute a questão do sistema educacional voltado para a situação de preparar estrategicamente a mão-de-obra para determinado segmento, em uma aliança com a própria empresa. A empresa também deve ter responsabilidade sobre essa mão-de-obra, mas o sistema educacional tem muito mais responsabilidade de preparar o cidadão. Talvez seja essa a questão de incorporar no sistema educacional o segmento médio da sociedade.

Concordo com o Mangabeira, quando disse em entrevista, ontem, que vivemos uma certa discriminação do sistema educacional e, como não incorporamos setores do segmento médio da sociedade, essa discussão ampla que se tenta colocar fica inviável.

Em relação a essa política de investimentos, o partido que se propuser a isso e tiver vocação para o poder, terá de formular uma proposta coerente com ações imediatas e de longo prazo, que envolvam a questão do conhecimento científico e a legitimidade do saber. O saber só vai ser legítimo quando conseguir perpassar não só aqueles segmentos que são nossos aliados históricos mas os que nos inquietam em relação à conjuntura. Acho que nessa aliança teremos setores empresariais; talvez seja esse o desafio dessa discussão.

Quanto à questão da habitação, não é a minha área, mas, historicamente, é um absurdo, tanto do ponto de vista da mão-de-obra, como do desperdício na construção civil.

O que nossas universidades têm feito para isso? Devemos investir numa área que seja produtiva. Isso não é negar o investimento em setores de ponta, temos de investir também nesses setores, porque é a partir deles que acumulamos o conhecimento científico e incorporamos o que se desenvolveu no mundo. Não é compatível nem excludente investir em setores estratégicos; do ponto de vista da mão-de-obra, damos respaldo em uma situação emergencial, e também procuramos desenvolver setores de ponta. Talvez seja este o grande desafio: produzir um discurso político integrado entre os vários setores, formular uma política de investimentos que perpasse setores significativos ou importantes da sociedade, como a questão da educação, que está muito ligada à questão do emprego, a do conhecimento, da ciência, da pesquisa. Se não conseguirmos formular isso, não conseguiremos fazer um projeto que nos dê possibilidade de disputar o poder do Estado. Esse discurso agregador é muito importante.

SR. RUBENS – Queria falar rapidamente o que entendo da política nacional hoje. Até os 14 anos, o jovem não pode trabalhar, por lei. Dos 14 aos 19 anos, ele passa por um processo de não ter emprego, nem experiência, ou, então, trabalha como office-boy. Aí entra a fase do serviço militar para os homens. Em relação às mulheres, nessa fase elas ainda não têm qualificação, experiência de serviço, o que reduz bastante o campo de batalha. Dos 19 aos 24 anos, aqueles que podem, tentam terminar a faculdade. Os que não podem, tentam um subemprego, porque não existe emprego de verdade. Dos 25 aos 35 anos, uma pequena parte está capacitada e trabalhando. A grande maioria não tem qualificação. Aos 36 anos, perde-se o emprego, é o que está acontecendo em geral. Só que tem de se aposentar após 35 anos de trabalho corrido, ou aos 55 anos de idade. Na verdade, só podemos trabalhar durante 10 anos, isto é, os qualificados, porque os que não têm qualificação nenhuma, não têm onde trabalhar, ou vão para a economia chamada informal, que ninguém sabe bem o que é. Resumindo, em 10 anos de trabalho, você se capacita, perde o emprego aos 36 anos e aí só entra na fase da reciclagem, reciclagem... e não vai chegar a nada.

O que falta de fato – e já foi colocado aqui por dois companheiros – é uma vontade política de verdade. Enquanto não tivermos vontade política, enquanto a população, em todos os segmentos, não for envolvida na questão de: “Primeiro o Brasil, primeiro os brasileiros”, não iremos conseguir chegar a lugar algum.

A situação é muito difícil, porque dos 14 aos 18 anos, a nossa juventude, pelo menos a segunda geração, já se está perdendo por uso de droga e sem nenhum objetivo de vida. Não se tem uma política para isso, a não ser de algumas ONGs (organizações não-governamentais) que têm a capacidade de investir um pouco na juventude. É com tristeza que encaro tudo isso, porque, nas Olimpíadas, dava gosto de ver os nossos poucos atletas competirem com a Argentina e vê-los chorar com a bandeira brasileira; de fato, precisam de uma nacionalidade, de uma identidade e de ter orgulho de seu país. Temos tudo neste país, só não temos como lutar por nossos direitos.

Sou ex-sindicalista, passei uma boa fase de minha vida como sindicalista. Concordo plenamente com uma crítica colocada aqui sobre as centrais sindicais, que nesses últimos 10 anos têm o seu pecado e deveriam começar a se purificar para poder apresentar algo de fato ao trabalhador e ao povo brasileiro. Volto a citar: o fato primordial é a vontade política; com vontade política, a população vai ter identidade com seu país, orgulho do seu país, e, portanto, vai lutar por ele.

SR. PRESIDENTE JOSÉ AUGUSTO – Queria registrar a presença do Sr. Sérgio Mendonça e dizer que vamos fazer um próximo debate. Vamos ouvir o último inscrito, que é o Sr. Antenor, e depois tentar concluir e tirar uma proposta daqui, para continuarmos nosso trabalho.

SR. ANTENOR – Não é só de vontade política que precisamos, mas também da vontade da sociedade como um todo. Nós, da juventude, vamos promover um fórum universitário de projetos para o desenvolvimento da Capital, São Paulo, com a finalidade de detectar os problemas regionais da cidade.

Em relação à questão do trabalho propriamente dito, acho que temos de passar para uma política de investir na microempresa, onde é gerado um maior número de empregos.

O país não tem uma política muito séria nessa área, é preciso dar incentivo ao mercado informal como aconteceu na Itália, onde as microempresas tiveram um incentivo de \$ 1.500 dólares, sendo que \$ 1.000 dólares foram investidos na parte de montagem da empresa e \$ 500 na parte de capital de giro. Isso gerou o emprego do proprietário, no mínimo. É necessário ter uma política nessa área, porque gera emprego na área sindical – a empresa vai estar ligada a alguma central sindical por precisar de um subsídio maior. Isso não existe no país.

As pequenas e microempresas estão soltas, existem alguns investimentos, mas não chegam a atingir a pequena empresa de fundo de quintal. Hoje, 1 milhão e 800 mil desempregados, em São Paulo e na Grande São Paulo, estão vivendo do

mercado informal, trabalhando de alguma forma. Isso precisa ser formalizado e trazido para a sociedade, mas tem de partir do Estado para a sociedade. Além disso, temos um problema muito sério na área do ensino, como disse o Sr. Bortolato: boa parte da sociedade não chega até o nível universitário; poderíamos estar investindo na área de cursos técnicos, no 2º grau, em mudança de *currículo*. Antigamente, a intenção do jovem era ter um diploma universitário, hoje é sair e ter um emprego. Mudar o *currículo* de 2º grau, por exemplo, o curso de formação em administração, cursos técnicos que façam com que o jovem que está entrando no mercado saia preparado, ou então possa montar algum negócio paralelo, atualmente constitui o grande perfil da sociedade. A expectativa já não é a carteira assinada, e sim ter um negócio próprio. Com isso, o jovem já chegaria preparado para tocar o seu próprio negócio, e não para ser um funcionário.

Com o avanço tecnológico, dificilmente vamos ter um grande espaço para recolocação de todos os jovens que estão entrando no mercado e para os desempregados do país. É mais fácil preparar para quem está chegando e manter o que está aí. Isso é questão de novas leis. A questão do campo é séria, porque o pessoal no interior tem de ir para o campo, e hoje não há incentivo, o que é muito prejudicial. Era preciso uma política adequada na área do campo, também.

SR. PRESIDENTE JOSÉ AUGUSTO – Queria fazer a seguinte proposta: primeiramente, tirar uma comissão que pudesse sintetizar o que foi discutido aqui e tentar ver algumas propostas em uma próxima reunião, para refazer a nossa discussão com pessoas que pudessem contribuir para o nosso debate. Estamos aqui pensando que proposta podemos fazer ao governo Covas, somos da base de sustentação, estamos no Parlamento e queremos fazer uma proposta para ele. O Fred falou que o tucanato é difícil. Concordo. Fui prefeito, sei o que é: quando você é um executivo, tem de responder, tem de ter uma ação concreta que seja vista pelas pessoas. Um governo tem de ter cara, ação.

O que este governo está fazendo pela Segurança? Quem é governo, tem de demonstrar que está preocupado com a situação e dar respostas.

Desemprego é questão séria, mas existe uma questão pior: a segurança. Se você fizer uma pesquisa hoje em São Paulo, a questão principal do paulistano é a segurança. Deve haver uma resposta para isso. E a questão da educação? Será que ninguém está vendo?

Como executivo que fui, considero que o maior pecado de Fernando Henrique Cardoso e provavelmente do governador Covas foi resolver colocar a questão do Estado atrofiado pelo lado contrário, como forma de resolver problemas que só vão ser resolvidos dinamizando a economia, produzindo mais. Só se faz proposta de rompimento se existirem contrapartidas. Se eu sou governo e quero mudar alguma coisa na educação, tenho de ter contrapartida. Por exemplo, o meu amigo da Universidade, a USP está vivendo uma crise. Como posso tirar algumas coisas que ele tem, sem oferecer outra? Tenho de oferecer boas condições de trabalho, pesquisa, melhorar o salário. Então, posso dizer: agora vou tirar a sua aposentadoria especial, porque você mesmo não vai querer se aposentar, vai querer ficar mais tempo aqui. Tenho certeza de que vai ser possível negociar; mas não dar nada e ainda tirar o que se tem, não é política.

Tem de ter ação, ser um político, compreender que com a sociedade temos de conversar. Lutamos durante muito tempo pela democracia e os tucanos se colocam como parte desse processo de construção da democracia que estamos vivendo hoje. Têm de continuar dialogando com a sociedade.

O Fred falou aqui o que o governo francês conseguiu fazer. É lógico que qualquer governo que pense em mudanças sérias, tem de ouvir a sociedade e fazê-la participar, porque a mudança não vai ser dele, vai ser da sociedade, é um acordo, tem de haver um pacto com a sociedade, que deve ser construído.

SR. – Senhor Deputado, uma coisa que me preocupa: a proposta de Reforma Tributária, nesse jogo de forças, de Estado mínimo. O tamanho do nosso Estado é o

de qualquer outro país do mundo. Uma massa de recursos da economia, que é alocada para o Estado em torno de um serviço, esse é um critério entendido como universal, que é o tamanho do nosso Estado. A reforma tributária deve ser feita para racionalizar a arrecadação, porque, do contrário, não vamos ter recursos para implementar uma política social. A obrigação é não só da sociedade, mas do legislativo, dos parlamentares, que devem estar alertas a esta questão. Não adianta discutir política de investimento, e ao mesmo tempo, ficarem tramando atrás da gente uma política de diminuição do tamanho do Estado e da sua participação na economia.

SRA. NÁDIA – Se vocês pretendem continuar essas reuniões, para racionalizar, proponho temas específicos, por exemplo, o desemprego e a segurança pública, desemprego e a saúde. Queria fazer uma proposta revolucionária sobre a segurança e a saúde, que é um problema que a educação não tem. A educação está melhor do que a segurança e a saúde porque a educação não tem plantão. O professor está lá hoje, amanhã, depois de amanhã; isso cria nele um comprometimento, não apenas um compromisso como servidor público, mas um comprometimento social com o bairro, com a sociedade, com a família do estudante que lá está. O funcionário da Segurança Pública e o da Saúde não têm vínculo algum, não criam comprometimento. Se acabassem os plantões e fosse criado mais um turno de trabalho, diminuiria muito a corrupção, que é muito grande na Saúde e na Segurança Pública. Sei que é absurdo, mas pensei nisso.

SR. PRESIDENTE JOSÉ AUGUSTO – Entre os setores sociais no Brasil, o que mais se desenvolveu foi a Saúde. A formulação do SUS é um avanço. A Educação está bem atrás. O SUS constitui um avanço porque, em primeiro lugar, parte do município a construção do sistema e, em segundo lugar, estabelecer o controle da sociedade. O SUS se contrapõe ao modelo de plantão. Quando você

cria a unidade básica de saúde, a porta de entrada do sistema com pessoas que fazem ambulatório, isso muda. Considero preocupante essa questão do plantão.

SRA. NÁDIA – Principalmente na Segurança Pública, que sofre um problema muito grave: a privatização da Segurança Pública pela própria Segurança Pública. A maioria dos delegados tem empresa privada, e quando se procura uma prestação de serviço público, encaminham para uma empresa privada.

SR. PRESIDENTE JOSÉ AUGUSTO – Vou fazer uma proposta de encaminhamento: criar uma comissão para ver isso. Você poderia fazer parte dessa comissão, e o Hoffman, com a finalidade de tentar sintetizar, organizar essa discussão e marcar uma próxima data, para termos aqui a presença do Sérgio e de outros que também viriam. Sairemos daqui com a data de 13 de setembro, segunda-feira. Podemos tentar marcar uma reunião da comissão. Em nome do Arnaldo Jardim, dos palestrantes, dos sindicalistas, em nome do PPS, do Hoffman, da Mesa, queria agradecer a presença de todos. Foi uma boa terapia, colocamos nossas angústias para fora. Este momento é de muita angústia e isso é bom, porque vamos começando a encontrar um caminho. É necessário que o encontremos juntos. Obrigado.

29.03.2000

- Jamil Murad – Deputado. Coordenador do grupo temático Trabalho e Emprego
- Vanderley Siraque – Deputado. Relator do grupo temático Trabalho e Emprego
- Márcio Pochmann – Professor titular do Instituto de Economia, da Unicamp
- Alex Loloian – Representante do Secretário de Emprego e Relações do Trabalho, Dr. Walter Barelli
- Marco Aurélio Bede – Gerente de Pesquisa Econômica do Sebrae
- João Alves – Presidente do Sindalesp
- Roberto Nicolau Ghea – Vice-Presidente da Fiesp
- Ermínio – Sindicato dos Metroviários
- Sinésio Pires Ferreira – Gerente de Análises e Estudos Especiais do SEADE
- Joana Darc – Sintratel
- Edmundo Alves dos Santos – Representando do Sindicato dos Hoteleiros de São Paulo
- Samanta Conioque – Representante da Associação dos Trabalhadores da Vasp
- Eusébio – Sindicato dos Frentistas do Estado de São Paulo
- Nílson do Carmo Pereira – Sindicato dos Gráficos
- Gislaine – Escola de Enfermagem da USP
- José Pilón – Presidente da Associação dos Produtores de Açúcar e Alcool e Conselheiro do Fórum
- Otávio Iatsu – Sindicato dos Frentistas
- João Batista – Sindicato os Frentistas de Osasco

- Paulo Santos – Sociedade Jardim Icarai
- Wilson André Rodrigues – Representante da USP
- Edivaldo Soares de Melo – Sindicato dos Frentistas
- Sandra Chagas Brandão – Fundação SEADE
- Sra. Lúcia Gonçalves – Gabinete do Deputado Paulo Teixeira
- Nivaldo Santana – Deputado. Presidente da Comissão de Relações de Trabalho da Assembléia Legislativa

- Marta Zenha – PUC-Campinas
- Marcos Emílio – Presidente do Sintratel Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing

- Flávio Moreira – Núcleo de Ação Política e assessor parlamentar da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

- Carlos Aparecido Clemente – Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco
- Carlos Rodrigues – Representante do Prefeito de Piracicaba
- Maria Piedade – Pesquisadora do Instituto Biológico
- Sebastião Rodrigues – Comunidade Regina
- Raquel Guisone – Sindicato dos Educadores do Município de São Paulo

- Wagner Farjado – CUT de São Paulo
- Robson Ramos Branco – Diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio-Ambiente do Estado de São Paulo

- Flávio Godoi - Diretor do Sindicato dos Metroviários Altamiro Borges – Presidente do Centro de Estudos Sindicais

- Nivaldo Santana – Deputado. Presidente da Comissão do Trabalho da Assembléia

- Francisco Pereira da Rocha – Apeosp de São Paulo

- Alcides Araújo Santos, o Amazonas – Secretário-geral do Sindicato dos Motoristas de São Paulo
- Ivan Carlos Duarte – Vereador de Vinhedo
- Firmino Alves Rosa – Federação Nacional dos Dentistas
- João Araújo – Líder da comunidade de bairros de São Paulo
- Amaro Gomes – Sintratel
- Sr. Antônio Cláudio da Silva – Representante do Sindicato dos Bancários do ABC
- Júlio César Silva – Sindicato de Laticínios
- Conceição – Sindicato de Laticínios
- Waldir Silva Souza – Sindicato de Laticínios
- Muniz – Sintratel
- João Sobrinho – Sindicato dos Condutores de São Paulo
- Luiz Assis Silva – Secretaria de Agricultura e Abastecimento
- Holanda – Imprensa Oficial
- José Rubens – Sinsprevi
- Firmino Alves Rosa – Vice-presidente da FINAES
- Marcos Aurélio Pereira - Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo
- Sandra Maria Antunes – Sindicato dos Aeronautas
- Godói – Vice-Presidente do Sindicato dos Metroviários
- Reinaldo – Sindicato dos Correios
- Júlio César – Sindicato de Laticínios
- Arnaldo – Sociedade Amigos Unidos de Vila Remo

SR. JAMIL MURAD – Fazemos parte do Fórum Século 21, uma instituição criada para debater grandes temas, não só de imediato, mas olhando o futuro do nosso Estado por algumas décadas. Falar que é para o Século 21 é muita pretensão, porque ninguém sabe o que acontecerá daqui a 50 ou 80 anos, mas pelo menos tentaremos discutir os problemas de hoje, com perspectivas por algumas décadas.

Agradecemos a presença dos Conselheiros deste Grupo Temático de Trabalho e Emprego, cujos nomes citaremos à medida que os trabalhos forem transcorrendo. Sou o coordenador deste grupo e o Deputado Vanderlei Siraque, formalmente, é o relator. Desde o início, nós trabalhamos, conjuntamente, como coordenador e relator para cumprir esta missão extremamente importante. Tendo em vista que o desemprego hoje é uma tragédia. Temos visto muitas bobagens através da imprensa, principalmente por parte dos governantes, dizendo que o desemprego se deve pelo que acontece pelo mundo afora e que não tem nada a ver com a política interna e que o pior já passou e é só aguardar para que tudo se desenvolva e melhore. Temos ouvido isso particularmente do nosso Presidente da República, que está sempre tentando acalmar os desesperados.

Queremos muito agradecer a presença dos companheiros debatedores, pessoas de alta relevância da nossa sociedade, representando instituições respeitadas. Convidamos para comporem a mesa o Dr. Roberto Nicolau Géia, vice-Presidente da Fiesp e que representa a Federação das Indústrias no Estado de São Paulo, conhecido, respeitado e admirado, porque não diz amém à política neoliberal vigente no país; o Dr. Márcio Porchmann, Professor titular do Instituto de Economia, da Unicamp, um jovem que tem prestado relevantes serviços à nossa sociedade, polemizando, levantando e estudando essa problemática do desemprego; Dr. Sinésio Pires Ferreira, Gerente de Análises e Estudos Especiais do SEADE, instituição muito importante que estuda a realidade do nosso Estado e do nosso país. Estamos aguardando também a presença do Professor Dr. Luiz Gonzaga

Beluzzo, da Unicamp, que deve morar em Campinas e que, provavelmente, está atrasado por causa do trânsito.

Agradecemos as presenças do Sr. Alexandre Nonoian, amigo nosso há muito tempo, representante do Conselheiro Walter Barelli, Secretário de Emprego e Relações do Trabalho; do Sr. Marco Aurélio Bede, Gerente de Pesquisa Econômica do Sebrae; do Sr. Edmundo Alves dos Santos, representando o Sindicato dos Hoteleiros de São Paulo; do Sr. João Alves, Presidente do Sindalesp; da Sra. Samanta Conioque, representando a Associação dos Trabalhadores da Vasp; do Sr. Ermínio, do Sindicato dos Metroviários; do Sr. Eusébio e outros diretores do Sindicato dos Frentistas do Estado de São Paulo; da Sra. Joana Darc, do Sintratel; da Sra. Gislaine, da Escola de Enfermagem da USP; do Sr. Nílson do Carmo Pereira, antigo amigo nosso do Sindicato dos Gráficos; do Sr. José Pilón, Presidente da Associação dos Produtores de Açúcar e Alcool e Conselheiro do Fórum; do Sr. Otávio Iatsu, do Sindicato dos Frentistas; do Sr. João Batista do Sindicato os Frentistas de Osasco; do Sr. Paulo Santos, da Sociedade Jardim Icaraí; do Sr. Wilson André Rodrigues, representante da USP; do Sr. Edivaldo Soares de Melo, do Sindicato dos Frentistas; do Sr. Brandão, do SEADE; da Sra. Sandra Chagas Brandão do SEADE; da Sra. Lúcia Gonçalves do gabinete do Deputado Paulo Teixeira.

Percebemos também a presença de sindicalistas, tais como do Sindicato dos Metroviários; da Associação dos Médicos do Iamspe; do Sindisaúde; do Dr. Nélon, da Associação dos Pesquisadores do Estado de São Paulo. Depois, vamos registrando as presenças de todos e renovando os agradecimentos. Também estão presentes diretores da Apeoesp.

Gostaríamos de propor, para hoje, a seguinte ordem: Dr. Sinésio dando um quadro de como o SEADE vê esse problema do desemprego. Depois o Professor Márcio Porchmann. Estive discutindo com o Deputado Vanderlei Siraque, que também está de acordo com esta opinião. Depois teríamos o Dr. Roberto Géia, fazendo a sua exposição. Cada um vai falar em torno de 20 minutos.

Posteriormente, abriremos para o debate. Se o Professor Beluzzo chegar, será o quarto expositor. Posteriormente, pretendemos fazer uma nova reunião com os Conselheiros, para dar continuidade ao nosso Fórum São Paulo Século 21 sobre trabalho e emprego. Existem boas sugestões, que tomaremos na reunião do Conselho. Hoje vamos falar sobre as causas e as suas conseqüências e a tendência do desemprego no Estado de São Paulo. Como homem público, acostumado ao debate cotidiano nesta Casa, sei que essas coisas não são estanques. Então, os senhores expositores ficam à vontade para falar das causas, conseqüências, tendências do desemprego e, também, quais seriam as saídas, as perspectivas e que medidas mais imediatas poderiam ser tomadas, além das medidas mais de fundo. Os senhores têm a liberdade de usar os 20 minutos para expor sobre esse tema.

Tem a palavra o Dr. Sinésio.

SR. SINÉSIO – Bom-dia. Quero cumprimentar a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pela iniciativa de constituir este Fórum São Paulo Século 21, uma vez que aqui é o lugar mais adequado para se debater o futuro do Estado de São Paulo, nas suas várias dimensões.

Agradeço também, em particular, o convite feito à Fundação SEADE, para participar deste evento. Pretendo mostrar um trabalho que fizemos na Fundação SEADE, a pedido deste Fórum, com algumas informações sobre a situação do mercado de trabalho na região metropolitana e no interior do Estado de São Paulo.

As informações disponíveis para o interior do Estado de São Paulo são muito escassas, uma vez que todas as pesquisas, anuais ou mensais, feitas no Brasil, são centradas nas regiões metropolitanas. Existe um certo desconhecimento do que está acontecendo no interior de todos os Estados brasileiros, inclusive do Estado de São Paulo. Há uma certa tendência a se acreditar que a situação, particularmente no interior do Estado de São Paulo, é muito melhor do que a situação que temos na região metropolitana. Há uma certa sensação de que os problemas mais graves, no

que diz respeito ao mercado de trabalho, são muito centrados na região metropolitana do Estado de São Paulo por conta das suas características econômicas e que seriam muito afetadas pelas mudanças que estão ocorrendo na ordem econômica e que o interior do Estado de São Paulo estaria sendo capaz de continuar com um dinamismo muito grande sendo que os problemas do mercado de trabalho, ali, seriam menores.

Vou tentar mostrar, de forma muito rápida, que a situação que se encontra no interior do Estado de São Paulo é muito heterogênea, ou seja, não é uma situação comum a diversas sub-regiões deste interior. Portanto, falar do interior, em seu conjunto, explica muito pouco do que está acontecendo. Em segundo lugar, ainda que em uma ou outra região conseguimos identificar um maior dinamismo na geração de emprego, na maioria das regiões, o problema do desemprego é muito grave. Em uma região, em particular, até mesmo mais grave do que na região metropolitana do Estado de São Paulo. Pretendo mostrar, de forma muito rápida, alguns números, que nós, da Fundação SEADE, levantamos, a partir da “Pesquisa e Condições de Vida” realizada em 1998, em todos os municípios com mais de 30 mil habitantes do Estado de São Paulo.

Vamos mostrar alguns números na tela. A primeira coisa a ser mostrada é mais ou menos a dimensão do mercado de trabalho, dos principais municípios do Estado de São Paulo. Na verdade, estamos falando de todos os municípios com mais de 30 mil habitantes, que representa quase 90% da população do Estado.

Os principais indicadores: a dimensão da população em idade ativa, ou seja, o conjunto de pessoas com 10 anos de idade ou mais é da ordem de 21 milhões de pessoas. Dessas, mais ou menos 13 milhões, em 1998, faziam parte da população economicamente ativa, ou seja, estavam no mercado de trabalho, seja como ocupados, nesse caso, quase 11 milhões, seja como desempregadas, nesse caso, com mais ou menos 2 milhões de pessoas. No conjunto do Estado de São Paulo, pelo menos nos principais municípios, tínhamos, em 1998, mais de 2 milhões de

pessoas na situação de desemprego. A taxa de desemprego, em 1998, era de 16,8%, bem maior do que observamos em 1994, que era de 13,8%.

Dando uma olhada nesses dados, notamos que a oferta de trabalho cresceu nesse período praticamente 10% para a população economicamente ativa, ou seja, para as pessoas que estão no mercado de trabalho, isto é, entraram no mercado de trabalho, entre 1994 e 1998, mais 1 milhão e 171 mil pessoas. Isso significa que para a taxa de desemprego ficar no mesmo nível que estava, deveriam ter sido gerados os mesmos 1 milhão e 200 postos de trabalho. Na verdade, foi gerado somente a metade disso, ou seja, 622 mil postos nesses quatro anos, no Estado de São Paulo inteiro. Portanto, o número de desempregados cresceu em 548 mil pessoas, o que representa uma taxa de crescimento de 33% nesses quatro anos.

Esses números já nos dão algumas informações, de forma muito sintética, do que está acontecendo no Estado de São Paulo. Ou seja, a economia está sendo incapaz de gerar postos de trabalho suficientes para incorporar as pessoas que estão ingressando no mercado de trabalho. Como já partimos de uma taxa de desemprego elevada, em 1994 até 1998, diante dessa incapacidade de geração de empregos que se observou no Estado de São Paulo, a taxa de desemprego cresceu substancialmente nesse período, com uma variação da ordem de 22%. Desse primeiro quadro o que merece ser retido é essa incapacidade, que estamos observando no Estado de São Paulo, de gerar postos de trabalhos suficientes para incorporar, não só as pessoas que já estavam desempregadas, mas mesmo aquelas que estão entrando no mercado de trabalho mais recentemente.

Isso aqui é uma informação da “Pesquisa de emprego e desemprego”, que a Fundação SEADE faz junto com o Dieese, desde 1985, específica da Região Metropolitana de São Paulo, que mostra com mais detalhes aqueles indicadores para a essa região.

Isso aqui é um indicador de comportamento da população economicamente ativa, ou seja, da oferta de trabalho. Essa linha verde é o indicador do nível de ocupação. E essa diferença é o indicador do desemprego. Notamos que na Região

Metropolitana de São Paulo em particular, a capacidade de geração de empregos, indicada pela linha verde, vem declinando, praticamente ao longo da década de 90, especialmente nestes últimos anos e em 99 esse indicador ficou, praticamente estável, mas num nível muito baixo. Em compensação, a força de trabalho vem mantendo uma tendência levemente ascendente e até mesmo se acelera neste último ano.

Se pegarmos os anos 1994 e 1998, que vamos considerar para o conjunto do Estado de São Paulo, notamos que na região metropolitana vem acontecendo uma redução da capacidade de geração de empregos, enquanto que a população economicamente ativa, nesse período mais recente, manteve-se praticamente estabilizada e até mesmo cresceu um pouco no último ano, de modo que a taxa de desemprego teve uma tendência permanente de crescimento.

Esse quadro mostra uma tentativa de representar o que vem acontecendo em cada uma das regiões do Estado de São Paulo. É mais ou menos aquele indicador que mostrei anteriormente, da região metropolitana, referente apenas aos anos de 1994 e 1998. Esse quadro já mostra, de certa forma, aquilo que falei no início, a heterogeneidade do comportamento do mercado de trabalho nas várias regiões do Estado de São Paulo. Só para se ter uma idéia dessas regiões, informo que a região central está polarizada pelos municípios de Bauru e Sorocaba; a região leste fica em torno de Campinas; a região norte inclui os municípios de Ribeirão Preto, São Carlos e Franca. O litoral é basicamente a região em torno de Santos. O Vale do Paraíba é a região em torno de São José dos Campos e a região oeste inclui Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Aqui, temos um mapa das principais cidades do Estado de São Paulo e o comportamento do mercado de trabalho nos últimos quatro anos. Só quero lembrar que essa distância é o indicador de desemprego, o amarelo é o indicador da oferta de trabalho e o verde é o indicador da oferta de empregos. Notamos, de maneira geral, que o desemprego, primeiramente, tende a crescer em todas as regiões. Essa distância entre as curvas vem se elevando, com exceção feita a região central, onde essa elevação é menor.

Notamos, também, que a única região que tem crescimento do emprego, no período, é a região leste – Campinas, onde houve um crescimento do emprego mais acentuado. Aqui, há uma relação dos dois indicadores, que, de certa forma, indica a variação da capacidade de geração de empregos sendo que a região de Campinas parece ser a mais dinâmica de todo o interior do Estado. Mas, mesmo assim, a força de trabalho cresceu numa velocidade ainda maior, de modo que houve um crescimento do desemprego nessa região, embora o nível de ocupação também tenha crescido. Ou seja, mesmo numa região, aparentemente a única, com elevado dinamismo no que diz respeito ao mercado de trabalho e esse dinamismo tem sido insuficiente para incorporar as novas pessoas que estão entrando no mercado de trabalho.

Essa idéia de que o interior teria uma capacidade de gerar empregos, muito expressiva, ao contrário da região metropolitana, parece que só foi verdade, nesse período, para a região em torno de Campinas. Em todas as demais regiões houve diminuição desse indicador de ocupação. O comportamento da peça foi variável, para cada região, mas de maneira geral foi declinante para essas três regiões, praticamente estável para essas duas e de um crescimento expressivo na região leste.

O resultado disso, em termos de desemprego, desses comportamentos diferenciados, desses dois grandes indicadores, estão mais ou menos expressos nesse quadro. Observamos que a taxa de desemprego é menor do que na região metropolitana, à exceção da região do Vale do Paraíba, que está polarizada em torno de São José dos Campos e que tem uma taxa de desemprego ligeiramente maior do que a taxa de desemprego da Região Metropolitana de São Paulo.

Esse grupo de regiões do litoral norte de São Paulo e oeste estão com taxas de desemprego pouco abaixo da região metropolitana do Vale do Paraíba, mas muito elevadas. As situações menos desfavoráveis são dessa região central e da região leste. Aqui temos um indicador do comportamento da taxa de desemprego, neste período. Temos crescimentos muito elevados na região norte e na região

oeste da taxa de desemprego, fazendo com que elas passassem das mais baixas para as mais elevadas e situações menos desfavoráveis, como é o caso da região leste que fica em torno de Campinas que, aparentemente, é a mais dinâmica do Estado de São Paulo, mas, mesmo assim, com uma taxa de desemprego crescendo 15 a 16% nesses quatro anos.

Conseguimos ver, com uma certa clareza, nesse quadro que o desemprego é um problema geral no Estado de São Paulo e não um problema específico da região metropolitana. No Vale do Paraíba, esse problema é tão ou mais grave que na Região Metropolitana de São Paulo e nesses últimos anos isso só foi sendo agravado. A maioria das regiões, porque não houve geração de empregos, de forma expressiva, e mesmo onde houve, como é o caso da região leste, foi incapaz de incorporar as novas pessoas que ingressaram no mercado de trabalho.

Aqui também é um indicador de desemprego, que diz respeito ao tempo médio em que as pessoas ficaram desempregadas na várias regiões do Estado de São Paulo, entre 1994 e 1998. Percebemos, de novo, que a região leste tem uma situação que esse indicador não aumentou o tempo que as pessoas ficam desempregadas e todas as demais regiões, nesse tempo e meses, no caso, cresceu de forma substancial. Temos várias regiões do Estado de São Paulo em que as pessoas estão tendo grandes dificuldades de obter trabalho, como é o caso do Vale do Paraíba e da região central, onde as pessoas ficaram, em média, 20 meses em situação de desemprego, em 1998, maior mesmo do que na Região Metropolitana de São Paulo, que está calculada em 17 meses.

Um das características da população seja economicamente ativa, seja da população ocupada, que se alterou de forma expressiva nos últimos quatro anos, foi o nível de escolaridade. Seja na peça, seja no nível de ocupação, em praticamente todas as regiões do Estado de São Paulo, a participação das pessoas com o ensino fundamental incompleto diminuiu de modo muito expressivo. Hoje, uma pessoa que não tenha completado sequer os 8 anos no ensino fundamental, está praticamente expulsa do mercado de trabalho. Esse indicador mostra, não só essa expulsão de

peças, com ensino fundamental incompleto, do mercado de trabalho, como também aumentou, substancialmente, o tempo médio de escolaridade de todas as pessoas, de modo que a queda de participação das pessoas, com ensino fundamental incompleto, reflete também essa melhoria geral que houve no nível de escolaridade das pessoas. E reflete, também, os maiores requisitos de contratação das empresas que exigem o ensino fundamental completo para contratar novos trabalhadores. Observamos, nessas colunas amarelas, o crescimento importante da participação de pessoas que tinham, pelo menos, o ensino médio completo. De um lado, isso reflete, como falei, o crescimento da escolaridade da população, e, portanto, é um indicador de progresso social que se verificou nesses últimos anos. Mas por outro lado, também reflete maior exigência das empresas na hora da contratação e que praticamente eliminam as possibilidades das pessoas menos escolarizadas de obter trabalho. O comportamento é mais ou menos homogêneo para todas as regiões. Percebemos que houve crescimentos muito expressivos dessa participação de pessoas, com pelo menos o médio completo, especialmente no Vale do Paraíba e no norte do Estado de São Paulo.

Um outro elemento que merece atenção é a perda de capacidade da indústria, em particular, de gerar empregos que esse gráfico está pretendendo mostrar. De maneira geral, na Região Metropolitana de São Paulo e em quase em todas as regiões do Estado de São Paulo, a indústria perdeu importante participação na geração de empregos do Estado de São Paulo. Em compensação, aumenta, de maneira generalizada, a participação no setor de serviços. A única exceção é a região norte, onde houve um crescimento da participação da indústria, mas, no movimento geral, foi a queda da importância da indústria e o aumento da importância no setor de serviços. Interessante observar que, mesmo o comércio, que, no início da década, teve um papel relevante para compensar essa queda do emprego industrial, não teve um desempenho positivo ao longo desses anos.

Esses outros setores, aqui, basicamente compostos pela construção civil e pelo emprego doméstico, tiveram um comportamento um pouco melhor nessas três

regiões, mas nas demais tiveram, também, um comportamento bem desfavorável. A mudança da estrutura setorial do emprego, com a queda da importância da indústria e o aumento da importância do setor de serviços, é um fenômeno praticamente geral nas várias regiões que compõem o Estado de São Paulo, à exceção da região oeste.

Um outro elemento que também apresentou mudança foi a composição do emprego, que estamos chamando de “Por posição na ocupação”, ou seja, o tipo de vínculo trabalhista que se mantém entre o empregador e os empregados ou que as pessoas mantêm no mercado de trabalho. Aqui, também, podemos perceber uma coisa mais relevante que é essa queda da participação do emprego assalariado com Carteira de Trabalho assinada, que seria um emprego de melhor qualidade, mais protegido socialmente e, em geral, com remunerações mais elevadas. O emprego, com Carteira de Trabalho assinada, praticamente diminuiu em todas as regiões, à exceção do Vale do Paraíba. O Vale do Paraíba foi a única região que conseguiu ampliar a participação do emprego assalariado com Carteira de Trabalho assinada. Em todas as demais regiões, esse tipo de vínculo trabalhista diminuiu de forma expressiva. Também o assalariamento do setor público que, normalmente, é um emprego de boa qualidade, diminuiu de forma generalizada para todas as regiões, à exceção da região norte. Algo que aconteceu em todas as regiões foi o crescimento do assalariamento, sem Carteira de Trabalho assinada. Em todas as regiões, algumas com mais intensidade, outras com menos, houve um crescimento do assalariamento sem Carteira de Trabalho. Em algumas regiões, como a região leste, a Região Metropolitana de São Paulo cresce o emprego doméstico. Nessas duas regiões e mais a região norte cresce também o emprego autônomo. De maneira geral, o que se gerou de empregos, nas várias regiões do Estado de São Paulo, foi o assalariamento sem Carteira de Trabalho, o emprego doméstico e o trabalho autônomo. É incrível que, na maioria das regiões do Estado de São Paulo, nesses quatro anos, aquela pequena geração de empregos se assentou em bases tão frágeis, com empregos de baixa qualidade,. A única exceção foi o Vale do

Paraíba, onde o emprego de melhor qualidade cresce bastante, mas como vimos no início, foi a região onde menos houve geração de empregos. Portanto, foi a região onde teve um crescimento expressivo da taxa de desemprego. Mas os poucos empregos gerados, pelo menos, foram empregos de boa qualidade. Na região de Campinas, onde teve um desempenho muito bom em relação ao resto, em nível de ocupação, vemos que a qualidade desses empregos foi muito precária a partir desses indicadores de posição ocupacional.

Um outro elemento que levantamos nesta pesquisa são os principais requisitos que os empregadores têm imposto na hora de contratar novos trabalhadores. Isso foi perguntado para as pessoas, trabalhadores no caso, e notamos, de maneira geral, que são elevados os requisitos de contratação. O mais mencionado de todos foi a necessidade de que as pessoas saibam trabalhar em equipe, que atinge níveis elevadíssimos na região do Vale do Paraíba. Também foi mencionado por um grande número de trabalhadores a necessidade de ter o ensino médio completo. Este requisito também é o mais expressivo no Vale do Paraíba. Um grande número de pessoas também mencionou a necessidade de saber operar microcomputadores. O Vale do Paraíba também é a região onde, aparentemente, esse requisito é um dos mais freqüentes. A idéia que esses dados revelam é a dificuldade das pessoas que não tenham esses requisitos, ou seja que não tenham completado o ensino médio, que não saibam operar microcomputadores, de obterem emprego. Essa possibilidade é muito pequena, especialmente em algumas regiões, como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo e o Vale do Paraíba, o que explica, talvez, aquela característica do mercado de trabalho do Vale do Paraíba, que conseguiu gerar muito poucos empregos, porém de melhor qualidade.

Aqui dá uma idéia, na visão dos trabalhadores, qual é o perfil do trabalhador que as empresas estão desejando, hoje na hora da contratação.

A respeito dos rendimentos, notamos, pelas informações das várias regiões sobre os níveis de rendimento médio dos ocupados, que existe uma diferença em relação à região metropolitana, que paga rendimentos do trabalho mais elevados,

da ordem de 900 reais, só comparável à região do litoral que paga 871 reais. As demais regiões pagam níveis de rendimentos mais baixos, em especial a região oeste, onde a média dos rendimentos é de 683 reais.

Percebemos também que, ao longo desses quatro anos, em média, o nível de rendimento se elevou na maioria das regiões. Em algumas regiões se elevou substancialmente como este caso aqui, que cresce 26,4% na região do litoral. A única região onde houve queda do nível de rendimentos foi a região leste que compreende Campinas que também foi, como falei, a única região onde houve um crescimento mais significativo do nível de ocupação. Aparentemente, o fato de os empregos gerados nessa região terem sido de baixa qualidade, explicam essa queda do nível de rendimentos na região de Campinas, sendo a única onde houve crescimento expressivo do nível de ocupação. Ao contrário do Vale do Paraíba, onde o pouco emprego que se gerou foi de boa qualidade, houve um crescimento, bem expressivo, do nível médio de rendimentos pagos pelo trabalho.

Aqui demonstra como foi o comportamento do rendimento por posição ocupacional. Então, aquele rendimento médio que estava no quadro anterior é este verde aqui, que é a queda de Campinas. Aqui estão as variações que aconteceram. Notamos que foi bastante diferenciado regionalmente o comportamento do nível de rendimento. Foi bastante diferenciado também por posição ocupacional. Cada região tem um padrão de comportamento diferente. O que parece mais equilibrado é o Vale do Paraíba, onde todas as posições ocupacionais investigadas cresceram à taxas semelhantes e Campinas onde todas diminuíram à taxas semelhantes. Nas demais regiões, observamos comportamentos muito diferenciados por posição ocupacional.

Aqui são alguns indicadores, agora não da pesquisa de condições de vida, mas do Ministério do Trabalho, conforme informações da RAIS que mostram as regiões do Estado de São Paulo entre 1994 e 1998, segundo a variação do emprego formal. Aqui são as regiões de governo. Essas zonas azuis foram as regiões onde houve queda mais intensa do nível de emprego formal. Essas zonas

verdes são regiões onde houve queda menos intensa do emprego formal. Essa zona amarela mostra regiões onde houve um pequeno crescimento do emprego formal. A zona rosa mostra as regiões onde houve crescimento mais intenso, ou seja mais de 10% no período do emprego formal.

Aqui dá também uma idéia clara da heterogeneidade da situação do mercado de trabalho em várias regiões do Estado de São Paulo.

Só para completar, retomando a minha fala inicial, notamos, com essas informações apresentadas, primeiro que o interior do Estado de São Paulo não é uma região homogênea no que diz respeito ao mercado de trabalho e as diferenças são muito grandes no comportamento dos principais indicadores desse mercado para cada região. Em segundo lugar, que o desemprego é um problema quase que generalizado no Estado. Pode-se dizer um problema grave em quase todas as regiões do Estado, particularmente na região do Vale do Paraíba e na região metropolitana, embora todas as demais regiões também sejam muito importantes. E que essa idéia de que o interior teria um dinamismo muito grande no que diz respeito à sua capacidade de geração de empregos, aparentemente só tem algum traço de verdade no caso da região leste compreendida por Campinas, mas que, mesmo tendo apresentado algum dinamismo, foi incapaz de incorporar as pessoas que ingressaram no mercado de trabalho.

De maneira geral eram essas as informações que eu queria apresentar. Poderemos discutir melhor, na hora em que formos debater esses dados. Obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Queremos agradecer a brilhante exposição do Dr. Sinésio, do SEADE. Antes de passar a palavra para o próximo expositor, registramos e agradecemos a presença do ilustre companheiro, Deputado Nivaldo Santana, meu líder na Assembléia Legislativa, que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio–Ambiente, de São Paulo. O assunto que tratamos hoje é muito conhecido do nobre Deputado.

O Deputado Siraque está registrando que hoje o Deputado Nivaldo Santana assume a presidência da Comissão de Relações de Trabalho da Assembléia Legislativa. Nossos cumprimentos em nome de todos os presentes.

Rapidamente registramos e agradecemos as presenças da Sra. Marta Zenha, da PUC, de Campinas; do Sr. Marcos Emílio, Presidente do Sintratel – Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing; do Sr. Flávio Moreira, do Núcleo de Ação Política e assessor parlamentar da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; do Sr. Carlos Aparecido Clemente, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; do Sr. Carlos Rodrigues, representando o Prefeito de Piracicaba; da Sra. Maria Piedade, pesquisadora do Instituto Biológico; do Sr. Sebastião Rodrigues, da Comunidade Regina; da Sra. Raquel Guisone, do Sindicato dos Educadores do Município de São Paulo; do companheiro Wagner Farjado, da CUT de São Paulo; do Sr. Robson Ramos Branco, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio-Ambiente do Estado de São Paulo; do Sr. Flávio Godoi, Diretor do Sindicato dos Metroviários; do Sr. Altamiro Borges, Presidente do Centro de Estudos Sindicais e do companheiro Alcides Araújo Santos, o Amazonas, secretário-geral do Sindicato dos Motoristas de São Paulo.

Neste momento, passamos a palavra ao Professor Márcio Porchmann, da Unicamp, um dos intelectuais de mais destaque nesta questão de economia relacionada com o emprego e o desemprego, que está sempre polemizando pela grande imprensa, ajudando a esclarecer a nossa sociedade, porque, muitas vezes, por parte dos órgãos oficiais tenta-se jogar areia no olho do povo. O Professor Márcio Porchmann, tenta limpar a nossa visão para ver se as coisas estão realmente melhorando ou se é só um marketing governamental.

Com a palavra o Professor Márcio Porchmann.

SR. MÁRCIO POCHMANN – Deputado Jamil Murad obrigado pelas suas palavras, Deputado Vanderlei Siraque, Dr. Roberto, Dr. Sinésio e, ao mesmo tempo, cumprimento os membros da mesa. Quero parabenizar a Assembléia Legislativa

pela criação do Fórum São Paulo Século 21, sobretudo os Srs. Parlamentares envolvidos diretamente nesta questão temática, bem como todos os participantes.

É uma satisfação poder participar da discussão tão bem colocada pelo Dr. Sinésio, do SEADE, com um estudo da maior importância, uma radiografia acerca das informações referentes à evolução do mercado de trabalho, sobretudo o desemprego no Estado de São Paulo, chamando atenção para a hipótese que tem sido levantada de que o desemprego seria um problema quase que, exclusivamente, das regiões metropolitanas. Pelos dados aqui demonstrados, isso não seria verdade. Foi, mais uma vez, uma das teses que, lamentavelmente, tem sido difundidas, mas sem consistência na realidade.

Durante o meu tempo, vou fazer uma breve apresentação, discutindo um pouco mais a problemática do desemprego, diferentemente dos dados que o Dr. Sinésio apresentou, cuja metodologia, talvez seja a mais consistente no Brasil, do ponto de vista de dimensionamento da dinâmica no mercado de trabalho e o desemprego. Vamos fazer uma retrospectiva de um período mais amplo, que seria justamente os 10 anos da década de 90 e seus efeitos do ponto de vista do mercado de trabalho no Estado de São Paulo, usando os dados do IBGE. Por incrível que pareça, o número de desempregados apresentados em 98 pelo SEADE é praticamente idêntico à do IBGE. Precisamos saber como foi tão parecido, porque isso não é tão comum. A estimativa da Fundação SEADE é de 2 milhões, 176 mil e pelo Pinade, do IBGE a estimativa de desemprego é de 2 milhões, 157 mil.

Antes de entrar na discussão mais quantitativa, gostaria de lançar algumas idéias a respeito dessa problemática maior que, de certa maneira, é uma realidade no Brasil, isto é, essa produção e reprodução do excedente de mão-de-obra. Quer dizer, nas duas últimas décadas o Brasil tem acumulado excedente de mão-de-obra, as necessidades da dinâmica econômica, de uma forma sem paralelo na história deste país. Desde 1929, o país não via uma situação tão grave quanto esta que está vivendo do ponto de vista do mercado de trabalho. Estamos terminando um estudo sobre a evolução do trabalho na cidade de São Paulo. Depois de um

esforço quantitativo e analítico, podemos perceber que apenas em 1930, a cidade de São Paulo, até onde os números permitem fazer alguma consideração, chegou a ter uma taxa de desemprego perto de 29,5%. Pelos dados da Fundação SEADE a taxa de desemprego chegou a atingir em torno de 20% e hoje está em torno de 17%. Tirando a crise de 1929, hoje, certamente, é o momento em que os paulistanos e, sobretudo, os brasileiros vivem um quadro sem paralelo, do ponto de vista da quantidade de excedentes de mão-de-obra. Este é o maior número de desempregados já registrado dos anos 30 para cá. Do ponto de vista nacional, temos um universo de desempregados que nos coloca entre os três países de maior desemprego do mundo. O Estado de São Paulo seria o responsável por 31% do desemprego nacional. Ou seja, quase um terço do desemprego nacional é de responsabilidade do Estado de São Paulo.

Mais importante do que afirmar que estamos vivendo uma grave crise do emprego, é chamar atenção para um aspecto importante, que é a mudança no perfil do desempregado. A apresentação do Dr. Sinésio já possibilitou perceber que o desemprego hoje já não é um mal que atinge exclusivamente as pessoas pouco escolarizadas, com experiência profissional no chão de fábrica, sem experiência profissional generalizada, mulheres, jovens e negros. Mais ou menos este era o perfil do desemprego até o final dos anos 80. O emprego era um fenômeno praticamente homogêneo no Brasil. Mesmo no Estado de São Paulo, o grosso do desemprego dizia respeito a esses segmentos sociais. Nos anos 90 o desemprego mudou o seu perfil, atingindo praticamente todos os segmentos sociais. Ou seja, já não há um segmento social imune ao desemprego. Ele tem descido muito mais para as pessoas com maior escolaridade, do que para as pessoas com menor escolaridade. Concentra-se sobre as pessoas com nível técnico de ensino, tem crescido mais para pessoas acima de 40 anos de idade, e para as que possuem experiência anterior em níveis hierárquicos superiores. Assim sendo, hoje temos o fenômeno do desemprego muito mais heterogêneo, não apenas atingindo

indistintamente as diferentes regiões geográficas, mas também diferentes segmentos sociais.

Essa é uma característica nova e importante para a qual se deve chamar atenção, porque as políticas públicas implementadas, mais ou menos homogêneas do ponto de vista nacional, tendem a ter cada vez menos eficiência, porque tratam o desemprego como um fenômeno homogêneo. As nossas políticas públicas não diferenciam o fenômeno desemprego. Por exemplo, temos um seguro–desemprego que não leva em consideração o nível de escolaridade do cidadão desempregado, a sua idade, se é chefe ou não de família. Obviamente, essas distinções são absolutamente importantes para aqueles que devem tomar decisões em relação a um enfrentamento do desemprego.

Chamando atenção para esse problema de ordem geral, é necessário destacarmos aqui quais poderiam ser as principais causas dessa realidade. Estamos um pouco atrasados, porque no Brasil não temos nenhum diagnóstico sobre o desemprego. Pelo fato de existirem diferentes diagnósticos acerca do desemprego, temos diferentes políticas para enfrentar o desemprego. Do ponto de vista histórico talvez nunca tenhamos tido um momento em que tantas políticas foram direcionadas ao mercado de trabalho, cujo efeito, cada vez mais, é de menor eficácia. Se olharmos a experiência das políticas públicas, temos um conjunto enorme de políticas públicas que vão desde a formação profissional, não apenas o sistema tradicional, as escolas técnicas federais, estaduais e municipais, mas também um conjunto de outras medidas que diz respeito à formação com recursos públicos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador que na verdade a empresa ainda ganha os 10% que se gasta hoje com formação profissional.

Mais do que isso, temos tido medidas que visam alterar a regulação e a flexibilização do mercado de trabalho, através da introdução de novos contratos de trabalho, etc.. Por fim, o conjunto de outras medidas voltadas para a democratização do crédito público, através do Banco do Povo, Progeia, BNDES–trabalhador, etc. Há um conjunto grande de medidas voltadas exclusivamente para

o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que tem crescido rapidamente o desemprego. Talvez isso seja um elemento importante para avaliarmos se de fato as medidas que estão sendo tomadas estão de acordo com os fatos geradores de desemprego. Diria que 80% do desemprego paulista dizem respeito a duas razões. A primeira razão é o quadro de estagnação ao qual este Estado está submetido. Estamos vivendo, talvez, as duas décadas piores em termo de desenvolvimento deste Estado. Basicamente a recuperação econômica que tem tido nessas duas últimas décadas mal acompanha a expansão da população, de tal forma que a renda *per capita* tem permanecido praticamente estagnada nessas duas últimas décadas. Esta é a mais grave crise no Estado de São Paulo. Um Estado, que sempre foi considerado a locomotiva deste país, vive hoje um quadro de estagnação.

O segundo fator responsável pela geração de desemprego é que o país não cresce. Se não cresce, obviamente não tem condições de gerar emprego. No Estado de São Paulo ingressam anualmente cerca de 330 mil pessoas. Mas apenas 138 mil conseguem algum posto de trabalho. Quarenta por cento apenas das pessoas que ingressam no mercado de trabalho paulista conseguem algum posto de trabalho. Sessenta por cento estão cada vez mais fazendo parte do estoque de desempregados do excedente de mão-de-obra. Então, se o país não crescer, não tem condições de gerar postos de trabalho.

Em termos de Brasil, temos a estimativa do ponto de vista chamado elasticidade produto-emprego, isto é quanto o país tem que crescer para poder gerar postos de trabalho, levando em consideração não apenas as 330 mil pessoas que ingressam no mercado de trabalho paulista, mas um milhão e meio de pessoas que ingressam no mercado de trabalho brasileiro. O Brasil precisaria crescer 5,5% ao ano, em média, para poder absorver, pelo menos, os que vão ingressar anualmente no mercado de trabalho. Como na média da década de 90 o país tem crescido 1,7% ao ano, aí está o déficit do desemprego. O país precisa crescer 5,5%

ao ano para gerar emprego para todos que ingressam no mercado de trabalho, mas cresce 1.,7% ao ano.

A primeira razão, a meu juízo, é este quadro de letargia, de estagnação do país e do Estado de São Paulo que ficam marcando passo no mesmo lugar. A segunda razão diz respeito ao novo modelo econômico que estamos vivendo. Todos sabem que o Brasil a partir de 1990 entrou na construção de um novo modelo econômico, que não diferencia mais o mercado interno do mercado externo e tem um forte apelo à modernização econômica, à competição, à integração internacional, etc. Esse novo modelo econômico é solidário com o desemprego. Mesmo nos momentos de maior êxito desse modelo, que foi o período de 1993 a 1997, quando o país acumulou uma recuperação de 23%, e o país cresceu, não houve geração de postos de trabalho, sobretudo no mercado de trabalho formal. Esta foi a primeira vez na história que a recuperação econômica não vem acompanhada de mais empregos. No passado, toda vez que havia maior produção, elevava o emprego. Isso porque o motivador dessa expansão, que foi o setor de bens e consumo duráveis, fundamentalmente setor elétrico, eletrônico, televisores, setor automobilístico, etc. que são os setores que aumentaram drasticamente o grau de importação. O Brasil aumentou a produção –esse setor cresceu em torno de 60% entre 1993 e 1997– substituindo a produção interna por produtos importados, de tal forma que a indústria nos anos 90 exportou 1 milhão e 200 mil postos de trabalho. Eram empregos que existiam aqui e foram transferidos para o exterior, porque o Brasil passou a importar, isto é substituir grande parte da sua produção interna.

No Estado de São Paulo, a perda no setor industrial, na década de 90, foi de 740 mil postos de trabalho. A indústria ficou menor em 740 mil postos de trabalho. Os dados aqui referidos são todos do IBGE, a despeito de achar que a metodologia do SEADE seja a mais adequada, mas estamos usando dados do Estado, produzidos pela Pinade, do IBGE. A indústria paulista exportou 450 mil postos de trabalho por força da substituição de importação. Mesmo no período em que houve recuperação econômica não foi capaz de gerar postos de trabalho. Obviamente

diante do baixo crescimento ao longo dos anos 90, quando há recessão, desaceleração econômica, aprofunda-se a queima de postos de trabalho. O Brasil, na década de 90, perdeu algo em torno de 3,3 milhões de postos de trabalho formais, isto é com Carteira de Trabalho assinada, que é, em geral, o melhor emprego que o capitalismo brasileiro gera, que é o emprego assalariado, protegido, assim por diante. O Estado de São Paulo teria perdido 1 milhão e 300 mil postos de trabalho durante os anos 90. Em torno de um terço dos empregos formais perdidos no Brasil foram de responsabilidade do Estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo, como já falei, é responsável por 31% do desemprego. O foco de atuação do desemprego passa certamente pelo enfrentamento aqui no Estado. São Paulo foi, na verdade, talvez o maior prejudicado pela política macroeconômica, porque é certo dizer que na primeira década de 90 o desemprego concentrou-se nas regiões metropolitanas. O fruto que resultou do novo modelo econômico foi a abertura comercial, a aplicação de taxas de câmbio desfavoráveis à produção, a presença de taxas cambiais valorizadas, favoráveis à importação e não à exportação, de tal forma que esse ingrediente da política macroeconômica atingiu, sobretudo, as regiões metropolitanas brasileiras, especialmente da Grande São Paulo, que são as regiões mais ricas e industrializadas que sofreram mais imediatamente o impacto do modelo econômico. Quem sofreu a recessão de 1990 a 1992, depois a mudança da política macroeconômica, foram justamente as regiões mais desenvolvidas. Ocorre que na segunda metade dos anos 90, é possível perceber que há uma movimentação de descentralização do desemprego. O desemprego está deixando de ser um problema exclusivamente das regiões metropolitanas, e passa a ser um problema do interior dos Estados. A pesquisa do SEADE mostra isto com percepção evidente. É difícil ser desempregado no interior do Estado, Numa cidade pequena., as pessoas se conhecem e sabe, por exemplo, que o João está desempregado há dois anos. É comum que o desempregado tenda a sair da sua cidade e ir para um centro maior, porque em geral as estratégias de sobrevivência são mais interessantes do que em

idades pequenas, cuja renda é menor. É comum essa transferência das pequenas cidades para as grandes cidades do ponto de vista do desempregado.

Mas diria que o movimento de descentralização do desemprego está cada vez mais presente na cidade do interior do Estado que, em geral, é menos desenvolvido que uma região metropolitana, está sofrendo um segundo evento, que diz respeito à política macroeconômica, não se acentua mais tanto sobre a indústria, mas sobre o setor público. Estamos acompanhando a Reforma Administrativa, a aprovação da Lei Camata, a Lei de Responsabilidade Fiscal que, de certa maneira, é um torniquete sobre a capacidade de gasto e de investimento do setor público, sobretudo das prefeituras municipais. Neste momento, o interior do Estado passa a sofrer problema mais sério do ponto de vista do desemprego, porque há um processo em curso de redução do emprego público. Estimamos que a Reforma Administrativa, a Lei Camata e a Lei de Responsabilidade Fiscal implicarão em demissão de 900 mil funcionários públicos no país. Já temos um acúmulo de 250 mil funcionários demitidos, apenas observando o quadro da União e do Estado de São Paulo. Certamente este feito não vai ser muito contundente neste ano eleitoral nos municípios, porque dificilmente os prefeitos demitem em ano eleitoral. Mas pressionados por estes três conjuntos de medidas que atuam sobre o setor público haverá, possivelmente, um aumento da redução do emprego no setor público. Obviamente, o emprego público é uma fonte de geração de outros empregos nas pequenas cidades do interior. Agora até se percebe uma redução da pressão do desemprego nas regiões metropolitanas, o que não é uma verdade do ponto de vista do interior dos Estados. Basta dizer que o desemprego das seis regiões metropolitanas no Brasil, hoje representa apenas 18% do desemprego nacional. Isto significa dizer que o grosso do desemprego brasileiro está concentrado no interior dos Estados e não mais nas regiões metropolitanas.

Para finalizar, gostaria de dizer que, lamentavelmente, o desemprego veio para ficar. Não há saída de curto prazo, se não imaginarmos um caminho diferente do que esse que está sendo conduzido. Em primeiro lugar, porque vamos ter uma

pressão demográfica ainda contínua, segundo os demógrafos, pelo menos até 2.010 de pessoas ingressando no mercado de trabalho. Em segundo lugar, temos uma pressão adicional sobre esse efeito demográfico decorrente do movimento de concentração de renda. Aqui no Brasil a concentração de renda estimula as pessoas a irem para o mercado de trabalho. Isto é, do ponto de vista da Previdência Social, temos hoje em termos nacionais –lamentavelmente não tenho dados para São Paulo– cerca de 19 milhões de aposentados e pensionistas. Ocorre que 5,3 milhões desses aposentados e pensionistas se mantêm no mercado de trabalho. Ora, o papel da Previdência Social é justamente contribuir para que as pessoas, após terem contribuído e atingido uma certa faixa etária, saiam do mercado de trabalho, passem a viver o tempo livre e, ao mesmo tempo, abra oportunidades para os que estão ingressando no mercado de trabalho. Isso cada vez está sendo mais difícil no Brasil. O valor estabelecido para o salário mínimo é certamente um estímulo para que o aposentado se mantenha no mercado de trabalho. Este é um problema sério que diz respeito à discussão de renda.

Ao mesmo tempo, temos um problema sério do ponto de vista do jovem. Nós temos problema sério de inserção ocupacional, que é o desemprego do jovem neste país. O jovem está, cada vez mais, com dificuldade de ingressar no mercado de trabalho. Mais do que isso, diante das novas tecnologias, diante dos requisitos de contratação, certamente seria necessário que o jovem tivesse maior tempo de inatividade voltado para sua preparação para o estudo. Ocorre que, no Brasil, 70% dos jovens estão no mercado de trabalho. Enquanto que na França 29% dos jovens, entre 15 a 25 anos de idade estão no mercado de trabalho. Nos países desenvolvidos está cada vez mais se postergando o ingresso do jovem no mercado de trabalho. Na França, a cada três jovens, um está no mercado de trabalho. No Brasil, a cada três jovens, mais do que dois, estão no mercado de trabalho. Esse jovem entra antecipadamente, sem ter uma preparação adequada. Há estudos demonstrando que, dependendo do momento que jovem ingressa no mercado de trabalho, isso pode comprometer a sua trajetória profissional, no futuro. Por que

aumenta a taxa de inatividade, ou seja por que não aumenta o tempo do jovem na escola? Porque, grande parte das vezes, há escassez de renda familiar para manter esse jovem na escola, já que o jovem torna-se, cada vez mais, uma unidade de absorção de renda. Então, existe esta questão chave, que é a distribuição da renda, que diz respeito ao emprego. Sem falar no evento que temos no Brasil, sobretudo em São Paulo, que é o do uso de horas extras. É um absurdo o número de horas extras que se usa neste país. São 29 milhões de pessoas que usam hora extra. O uso recorrente de hora extra inibe obviamente a ocupação. Existem justificativas para o lado dos trabalhadores, porque a hora extra é uma forma de complementação de renda. Ao mesmo tempo, para as empresas, é um mecanismo ajustável à oscilação da economia. Também, não está no horizonte a possibilidade do Brasil crescer 5,5% no ano, que seria necessário para se conter o desemprego. Estamos longe disso. Os otimistas acham que podemos crescer 4%. Acho isso difícil. Mesmo crescendo 4%, isso implica em mais desemprego absoluto, porque não se geram postos de trabalho para um universo, relativamente, alto de desempregados. Ou seja, o desemprego veio para ficar. Não tem saída a curto prazo, se não repensamos a centralidade do emprego nas nossas políticas, nas nossas decisões que dizem respeito aos setores sociais.

Para não sair com uma visão tão pessimista diria o seguinte. Do ponto de vista técnico, o Brasil certamente é um dos poucos países com melhor capacidade de enfrentar esta problemática. Primeiro porque é um país em construção, que ainda tem tudo para ser feito, com enorme carência da infra-estrutura. Não temos estradas adequadas, temos um déficit habitacional enorme. Não saberia dizer qual é o déficit no Estado de São Paulo, mas no Brasil, segundo dizem, há um déficit habitacional de 7,5 milhões de moradias. Imaginemos aqui um programa nacional de habitação popular, ou seja 7,5 milhões de moradias a serem financiadas. Qual seria o impacto do ponto de vista da cidadania, do ponto de vista da redução de custo das famílias, sobretudo do ponto de vista do emprego? Este é um detalhe.

Em segundo lugar, este país tem saída se pensarmos do ponto de vista das três reformas que são clássicos nos países de capitalismo avançado. Os países que chegaram ao nível de capitalismo desenvolvido, maduro, fizeram essas três reformas. Isso no século XIX ou no século XX. Nós não fizemos. Quais são as reformas? Primeiro, a reforma agrária. Pelo fato, de não termos feito uma reforma agrária, criamos um dos mercados mais flexíveis do mundo, porque é um mercado abundante em mão-de-obra. Temos hoje 70 milhões de pessoas que formam a força de trabalho nacional e apenas 22,5 milhões com Carteira de Trabalho assinada. Dois terços estão colocadas à selva, sem proteção alguma. Desses 22,5 milhões que tem proteção, 8,5 milhões são demitidos a cada ano. Uma parte estimulada pelo trabalhador, outra parte pelo empregador. De toda maneira, relacionando esses 8,5 milhões pelos 22,5 milhões com Carteira de Trabalho assinada, dá uma taxa de demissão em torno de 40%. Nos Estados Unidos que são identificados como país de mercado de trabalho flexível, a taxa de demissão é de 20%. A desigualdade salarial certamente é um indicador que mostra que o mercado de trabalho não é tão rico como dizem. Precisamos trabalhar melhor. Muitos falam, talvez, sem conhecer o Brasil. Conhecem bem a literatura internacional, falam inglês muito bem, mas não conhecem o Brasil, não conhecem o interior deste país, não conhecem o homem brasileiro. A reforma agrária é fundamental e deveria ter sido feita nos anos 50 e mesmo hoje, quando temos um trabalhador a cada cinco no campo. Se nada for feito, inexoravelmente esse pessoal vai continuar vindo para a cidade pressionando o mercado de trabalho. Talvez mais ainda vão vir, se tivermos uma desigualdade de salário mínimo que é uma possibilidade aberta na atual política..

A segunda reforma que não fizemos é a reforma tributária. Já temos uma concentração de renda primária, depois temos a concentração secundária de renda porque temos uma estrutura tributária regressiva. Paga mais imposto neste país, quem menos recebe. Quem ganha um salário mínimo paga 33% de impostos, enquanto quem ganha 6 salários mínimos paga 16% de impostos. Ora, com uma

estrutura tributária tal como esta, só vamos para um caminho de maior concentração de renda. Está comprovado que o país que tem melhor geração de renda tem melhor capacidade de geração de empregos. Isso vai desde os empregos pessoais, entretenimentos, lazer. Quem dos pobres tem a possibilidade de almoçar fora, ir a cabeleireiro, cinema, teatro e outras tantas atividades que poderia fazer. Só fazem os que têm renda. A reforma tributária é fundamental pensada do ponto de vista da justiça fiscal. Este é o elemento que lamentavelmente não está presente no debate na reforma tributária no país. Discute-se numa linguagem de contadores, isto é com quem vai ficar os recursos, com a União, Estado, Município. Mas do ponto de vista do cidadão, do que tem mais ou menos capacidade de renda, esta discussão está de fora lamentavelmente.

A terceira reforma que não fizemos é a reforma social. Não temos educação, não temos saúde, não temos transporte de boa qualidade para todos. Certamente esta reforma social é absolutamente fundamental do ponto de vista do emprego. Nos países desenvolvidos a cada 10 postos de trabalho gerados, seis são gerados por conta do gasto público. O gasto público é fundamental para gerar empregos. O setor privado não tem compromisso com emprego. O seu papel é com a produtividade e a lucratividade. Uma instituição não vai empregar porque acha que deve empregar. Vai empregar do ponto de vista da racionalidade econômica. A definição do emprego depende do papel do Estado, do ponto de vista de retirar as pessoas do mercado de trabalho e é preciso a transferência de rendas e, ao mesmo tempo, ser gerador de postos de trabalho, não apenas diretamente, mas indiretamente. Mas se olharmos o orçamento público vem a frustração. Gastam-se 16 bilhões de reais com saúde e de outro lado gasta-se 100 milhões com encargos financeiros que não geram empregos, não geram consumo e não geram produção. Alguma coisa precisa mudar. Certamente a reversão das prioridades é um passo fundamental para reverter a crise do emprego que estamos vivendo hoje. Se isso não for feito, possivelmente, no ano que vem estaremos discutindo aqui como é que o desemprego continuou tão grande e pouco foi feito.

Termino a minha exposição, parabenizando, mais uma vez, a Assembléia Legislativa por ter aberto esta caminhada conjunta e espero que o Estado de São Paulo possa ser, outra vez, a ponta de lança de um programa nacional. Muito obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Agradecemos ao Professor Márcio Porchmann que deu uma excepcional contribuição ao nosso debate e em 20 minutos esclareceu problemas fundamentais. Este trabalho intelectual do Professor Márcio Porchmann é extremamente importante. Como eu disse, meus companheiros, pela voz do Sr. Presidente da República ou do Sr. Pedro Malan e outros, é só termos calma, que o pior já passou. É só dar continuidade a essa política que o problema do emprego, do desenvolvimento vai se resolver. Pelo que o Professor Márcio Porchmann coloca, através do seu estudo e dedicação para ajudar o nosso povo, é preciso ocorrer profundas mudanças de rumo. Hoje a D. Teresa, do FMI, diz que é preciso termos cuidado ao aumentarmos o salário mínimo porque isso pode desequilibrar os ajustes, e ficamos submetidos a essa indignidade e ofensa de um salário mínimo decretado pelo Sr. Presidente da República.

Queremos registrar o nosso agradecimento ao Professor Beluzzo que, durante todo esse tempo, manteve, várias vezes contato conosco, sempre disposto a participar e a colaborar com o nosso debate, mas por motivo de força maior, não pôde comparecer hoje. Fica aqui o nosso agradecimento, porque nem sempre as coisas ocorrem como se quer e se planeja.

Temos um bom costume entre nós de convidarmos os Srs. deputados presentes para comporem a Mesa. Convido o meu companheiro, Deputado Nivaldo Santana, presidente da Comissão do Trabalho desta Casa, que nos honra com a sua presença, para compor a Mesa.

Passamos a palavra para o nosso companheiro, Deputado Vanderlei Siraque, relator e coordenador também deste Grupo Temático, porque aqui trabalhamos conjuntamente,

SR. VANDERLEI SIRAQUE – Bom-dia a todos. É com bastante satisfação que estamos promovendo este evento, com as ilustres presenças de todos vocês, especialmente dos componentes da Mesa, Professor Márcio Porchmann, Dr. Roberto Géia e Dr. Sinésio Figueira, do SEADE. Não se trata apenas de um debate, mas na verdade, é uma reunião de trabalho com conseqüências na Assembléia Legislativa e para a sociedade do Estado de São Paulo. Este trabalho tem que ser publicado, porque o objetivo do Fórum São Paulo Século 21 não é fazer propaganda dos Srs. deputados ou da Assembléia Legislativa, mas divulgar o conteúdo aqui debatido. Por isso, é de fundamental importância esta reunião de trabalho.

Queremos registrar as presenças do Sr. Ivan Carlos Duarte, vereador de Vinhedo; do Sr. Francisco Pereira da Rocha, da Apeoesp de São Paulo; do Sr. Firmino Alves Rosa, da Federação Nacional dos Dentistas; dos srs. representantes do MST – Movimento dos Sem-Terra; do Sr. João Araújo, líder da comunidade de bairros de São Paulo; do Sr. Amaro Gomes, do Sintratel; do Sr. Antônio Cláudio da Silva, representante do Sindicato dos Bancários do ABC; do Sr. Júlio César Silva, Sr. Waldir Silva Souza e Sra. Conceição, do Sindicato de Laticínios; do Sr. Muniz, do Sintratel; do Sr. João Sobrinho, do Sindicato dos Condutores de São Paulo; do Sr. Luiz Assis Silva, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; do Sr. José Rubens, do Sinsprevi; Sra. Holanda, da Imprensa Oficial e do Sr. Marcos Aurélio Pereira, do Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo.

Passamos à palavra ao Dr. Roberto Ghea, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

SR. ROBERTO GHEA – Deputado Jamil Murad, Deputado Vanderlei Siraque, Deputado Nivaldo Santana, Professor Márcio, Dr. Sinésio, meus amigos e minhas amigas, também quero começar a minha exposição, cumprimentando a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pela oportuna realização do Fórum São Paulo Século 21.

Sou industrial, temos uma empresa que tem duas plantas, uma que fica na Região Metropolitana de São Paulo e outra na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Sou vice-Presidente da Fiesp e coordenador do Grupo de Política Industrial da Fiesp. Só para vocês terem uma idéia sobre esta questão do desemprego, vou citar a nossa empresa. Trata-se de uma empresa média, que está enfrentando as terríveis turbulências nestes últimos 20 anos de crise. É evidente que tivemos, dentro do possível, que investir em produtividade. Concordo com o Professor Márcio, porque a obrigação do setor privado é de ser competitivo e não de gerar empregos. A obrigação de gerar empregos faz parte das políticas públicas do Estado. Em 1980, gerávamos 700 empregos na Vila Maria, com uma produção de 3 mil toneladas de embalagem de papel modulado. Hoje, com 450 empregos, temos uma produção de 6 mil toneladas de embalagem. Ou seja, com algo em torno de 60% do número de trabalhadores que tínhamos em 1980, estamos produzindo o dobro. É evidente que se não tivéssemos feito isso, estaríamos com zero emprego, porque teríamos quebrado. Conforme dados oficiais da Fiesp, nestes últimos 4 anos, do segundo semestre de 1994 –época do Plano Real, e olhem o que este plano fez com o emprego na indústria de São Paulo– até dezembro de 1999, a indústria do Estado de São Paulo perdeu 562 mil e 743 empregos. Não estou falando do setor de agricultura ou do setor de serviços. É uma situação dramática.

Não quero fazer uma exposição técnica, porque fui precedido por duas belíssimas exposições tanto do Dr. Sinésio, como também do Professor Márcio que conhecem profundamente a questão do emprego. Estou aqui como cidadão e como industrial, querendo dar uma visão totalmente política de como vejo a questão do desemprego no Estado de São Paulo, as suas causas e as nossas perspectivas. Sou paulista e estamos na Assembléia Legislativa de São Paulo, temos que pensar no século 21 para o Estado de São Paulo, mas quem pensa em São Paulo pensa no Brasil, porque São Paulo em termos industriais representa 45% do Brasil.. Basicamente entendo que o país está sem projeto algum. Engano. Há um projeto sim, ou seja de fazer superávit fiscal a qualquer custo, cortando verbas de saúde,

cortando verbas de educação, aumentando o desemprego, desnacionalizando o país para pagar juros para agiotagem internacional. Este é o projeto do país. É isto que temos que mudar

Disse bem o Professor Márcio, a crise de hoje no Estado de São Paulo é apenas similar à crise de 1929. Até 1930, este país era uma grande fazenda agro-pastoril. Lamentavelmente, estamos assistindo no fim deste século à repetição das políticas do Sr. Campos Sales, que hoje é o Sr. Fernando Henrique e do Sr. Joaquim Murinho, que hoje é o Sr. Pedro Malan que transformaram, que imobilizaram o país em nível do século XIX, enquanto os países industrializados, tais como Estados Unidos, Alemanha, Japão e a França faziam uma segunda revolução industrial. Em 1930, no desdobramento da crise de 1929, assume o Sr. Getúlio Vargas e, pela primeira vez na história deste país, faz-se um projeto que os neoliberais, e esses ex-ministros que agora viraram banqueiros, ganhando fábulas arbitrando a dívida pública, chamam de nacional desenvolvimentistas. Eles dizem também que aqueles que defendem este projeto são dinossauros. Pois bem, se defender o Brasil, se defender o crescimento econômico é ser dinossauro, eu sou dinossauro com muito prazer. Em 1930, o país estava quebrado, porque dependia de divisas que o governo conseguia com a exportação de café. Os recursos dessa divisa financiavam a renda suntuosa dos donos de fazenda que, em vez de investirem na produção, compravam artigos de luxo da França, da Inglaterra, muito parecido com o que aconteceu ultimamente.

Com Sr. Getúlio Vargas é feito aquilo que se chamou um projeto de substituição de importações. Já que não podíamos mais importar os bens supérfluos de consumo e mesmo de capital do exterior, passamos a fabricar no Brasil aquilo que dava para fabricar. As pequenas oficinas, como por exemplo oficina Bardela, a oficina Rome, acabaram tendo condições de se tornarem grandes empresas. Começou-se a dar espaço para a formação de uma burguesia industrial nacional. Ao mesmo tempo, os trabalhadores começaram a ser organizar, já que a urbanização foi muito grande. Naquele momento, ainda sob à égide da Carta del

Lavoro, começaram a se formar os sindicatos dos trabalhadores. Começou a haver uma urbanização na sociedade brasileira e isso começou a criar as condições para o mercado interno. Houve condições para a burguesia industrial se organizar. É evidente que esse projeto que foi de 1930 até o fim da década de 70, foi de crescer bônus, sem distribuir muito. É preciso que se reconheça isso. Mas de qualquer maneira, foi um projeto de crescimento. De 1930 a 1980, o Brasil não era nada na escala de nações. Só para terem uma idéia, na década de 1920 a Argentina era do primeiro mundo. Se tivesse uma reunião do Grupo dos Sete, como tem hoje, a Argentina participaria. O Brasil, como disse, era uma grande fazenda agro-pastoril. Nesses 50 anos, de 1930 a 1980 nenhum país no mundo cresceu como o Brasil. Nos transformamos de uma fazenda agro-pastoril na oitava economia industrializada do mundo, com um programa chamado de substituição de importações, conduzido pelo Estado nacional, sem políticas públicas. Sem a intervenção do Estado não há desenvolvimento. A burguesia não teve capacidade política para ser a classe dirigente, para fazer uma reforma agrária, para fazer uma reforma tributária, para fazer uma reforma social e para jogar este país no mundo industrializado. De qualquer maneira, ela foi uma classe dominante aliada ao Estado. Tivemos momentos importantes em que ficou claro que se não houvesse a posição desenvolvimentista, a posição de nacionalismo, teríamos ficado para trás. Um desses momentos, por exemplo, foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional. Nenhum país pode se industrializar sem ter a época. A época era a siderurgia que era o que é a informática hoje. Evidente que temos que voltar um pouco no tempo. Se não tivéssemos tido em 1940, uma atuação firme do governo de Getúlio Vargas, negociando com os americanos, que nos negavam uma certa tecnologia de siderurgia para a Companhia Siderúrgica Nacional, não teríamos completado o nosso processo de industrialização. Tivemos também grandes líderes industriais que hoje fazem muito falta. Tivemos uma figura gigantesca como o Sr. Roberto Simonsen, que defendia a industrialização, defendia o keynesianismo, defendia a ação do Estado, defendia as políticas públicas e conseguiu vencer, num

debate memorável, o Sr. Eugênio Godan, que é o avô do Sr. Gustavo Franco, que é avô do Sr. Maílson da Nóbrega e de toda essa gente que está entregando o país. Houve uma atitude firme da burguesia nacional, houve um projeto de desenvolvimento econômico, de substituições de importação. É verdade que não se distribuiu a renda como deveria ter sido feita. É verdade também que não houve a reforma agrária, não houve a reforma tributária e não houve a reforma social. Isto não tira o mérito do gigantesco trabalho que este país fez em 50 anos. É evidente que se criou empregos. Nem Stalin, na União Soviética, conseguiu fazer um processo de urbanização como foi feito no Brasil. Em 1929, 25% da população brasileira estavam na cidade e 75% estavam nos campos. É evidente que tivemos algumas ditaduras no meio, mas hoje temos 75% da população brasileira nas cidades e 25% nos campos, o que, conforme o Professor Márcio e o Dr. Sinésio colocaram, pressiona, cada vez mais, esta questão do desemprego. Por que nós hoje estamos nesta situação terrível? Porque quando termina a década de 70 acabam-se as condições de continuação do projeto de substituição à importações brasileiras e do projeto nacional desenvolvimentista brasileira, da maneira pela qual eles vinham sendo conduzidos. Duas grandes crises internacionais, que foram a crise do petróleo e a crise dos juros nos Estados Unidos, tiraram a capacidade do Estado brasileiro de financiar. Naquele momento, qual deveria ter sido o papel da burguesia industrial brasileira, que tinha sido a grande beneficiária desse processo de crescimento? Se tivéssemos uma burguesia consciente, que quisesse continuar com o projeto nacional desenvolvimentista, teríamos que ter feito uma aliança com os trabalhadores. Claro que isso era mais difícil, porque estávamos na ditadura militar. Mas a burguesia industrial, docemente constrangida, retira-se do palco e passa o cetro para o ramo da burguesia financeira, achando que estava fazendo um grande negócio ao tentar fazer arbitragem da dívida pública. A partir daí foi um desastre o que aconteceu no Brasil.

O professor Márcio disse que para gerarmos os 2 milhões de empregos que precisamos, temos que crescer 5,2% todo ano. Claro que isso está muito longe de

acontecer. Vou dar um exemplo. Por que não havia desemprego durante a década de 70? Quero que fique claro que não estou defendendo a ditadura, nem a falta de distribuição de renda. Porque o Brasil cresceu durante 10 anos seguidos à taxa de 7,5% ao ano. Crescer durante 10 anos à taxa de 7,5% ao ano, gera emprego. O que acontece na década de 80? É a década perdida, com crise, inflação, falta de crescimento, o desemprego aumenta, o desemprego explode, etc. Começa haver problemas com as indústrias nacionais e o país vai para trás. Em 1990, o país está de joelhos, depois da década perdida. O que acontece em 1990? A pior praga do Egito que poderia ter acontecido ao Brasil foi a eleição do Sr. Collor. Ou seja, o país já estava sem crescimento e nas mãos da burguesia financeira. Não vou citar nenhum companheiro meu, porque isto aqui é um debate e cada um fala o que quiser. O país já não tinha crescido durante a década de 80, já se pagava as maiores taxas de juros do mundo e aí entra o Sr. Collor que joga o Brasil para uma enorme e brutal recessão.. Nem Stalin ou Mao fez um confisco da poupança como a que o Sr. Collor fez. Em 1990, 1991 e 1992 explode o desemprego, a taxa de juros vai lá em cima e os sábios fazem a abertura da economia brasileira. No ano 2000, além da década perdida de 80, temos outra década desperdiçada de 90. Como é possível gerar empregos e sobreviver, se temos que pagar as maiores taxas de juros do mundo? Se temos uma estrutura tributária que, além de ser recessiva, é perversa para quem produz, se você abriu as tuas fronteiras sem pedir nada em troca? Moral da história: não poderíamos estar melhor do que estamos.

Eu sou uma pessoa otimista, não quero sair daqui com uma imagem de pessimismo. O Brasil é um dos poucos países do mundo que pode ter acesso ao primeiro mundo. O Brasil é um continente. Temos a maior costa oceânica do mundo. Nenhum país tem 9 mil km de costa oceânica. Temos a maior área agriculturável do mundo. Produzimos 30 milhões de toneladas de milho para um consumo de 33 milhões de toneladas. Vamos ter que importar milho este ano. Estaríamos produzindo 100 milhões, consumindo 70 a 80 e exportando vinte. Temos bem ou mal uma estrutura industrial que ainda não foi sucateada. A da Argentina foi

sucateada na década de 70. Temos uma classe trabalhadora muito boa. Temos aquilo que restou da área empresarial nacional que já deu o recado e que tem condições de assumir o seu papel. O que está nos faltando? Está nos faltando um projeto nacional de crescimento econômico sustentado e de redistribuição de renda.

Tenho uma fábrica de papelão de embalagens. A nossa empresa depende de bens de salário. A nossa empresa está numa situação terrível, evidentemente numa recessão como esta. Num momento que cada vez há menos salário e cada vez há menos empregos, cada vez menos bens de salários são vendidos. O que é bem de salário? É biscoito, arroz, feijão, margarina, óleo, etc. Só iremos para a frente se a população brasileira tiver acesso ao consumo. A população brasileira só vai ter acesso ao consumo, se mudarmos o nosso projeto, se fizermos as reformas, como o Professor Márcio se referiu, se tivermos efetivamente um Estado que faça políticas públicas, um Estado que privilegie o emprego e não um projeto como este, como bem disse o Professor Márcio, que é solidário com o desemprego. Temos ainda no país regiões como o Acre que ainda está na primeira revolução industrial. Na maior parte do Estado de São Paulo temos regiões que ainda estão na segunda revolução industrial. Temos algumas regiões privilegiadas e o trabalho do Professor Sinésio mostra isso, no Vale do Paraíba que, eventualmente seria o nosso vale do sinistro, que já está entrando na terceira revolução industrial. Não adianta querer nos empurrar goela abaixo um projeto que só pensa em internet, em telecomunicações, e em termos de tecnologia de ponta. Por que permitimos que se acabasse com a indústria de juta na Amazônia? Por que não implementamos o programa do álcool que é um gerador de empregos e uma alternativa estratégica? Porque esses mestres neoliberais que nos governam disseram que precisamos nos inserir na modernidade. Sim, precisamos nos inserir na modernidade e na globalização, mas com um modelo autônomo e nacional. Não com esse modelo subordinado que temos. Se quisermos resolver o problema do emprego e os problemas sociais no Brasil, é absolutamente fundamental termos políticas públicas. Temos que defender os interesses nacionais.

Vou dizer uma coisa que me alarma. De janeiro de 1991 a 31 de julho de 1999, nesse modelo neoliberal toda privatização feita no Estado brasileiro, Telebrás, Vale do Rio Doce, Companhia Bela, setor siderúrgica, enfim tudo, rendeu aos cofres públicos 100 milhões de reais, a uma taxa de câmbio em torno de 1,50 a 1,60. Sabem quanto se gastou de juros de 1º de agosto de 1998 a 31 de julho de 1999? 129 bilhões de reais. Ou seja, toda privatização feita deu para pagar 9 meses de juros. Enquanto isto, 16 bilhões vão para a saúde e 10 para a educação. Enquanto isto, nós estamos precisando desesperadamente de empregos e deveríamos construir 7,5 milhões de casas populares, porque há uma demanda social pré-existente, que permitiria empregar, conforme palavras do Dr. Sinésio, aquele pessoal que mais está sofrendo, porque não tem educação básica e que permitiria comprar matérias-primas nacionais, sem pressionar o balanço de pagamentos. Mas nada é feito. São feitos programas fantasiosos de fusões de Internet, etc. que, além de desempregar, de mandar recursos para fora do país não resolvem o grande problema do emprego.

Para terminar quero dizer que o Brasil tem tudo para vencer esta batalha, para recuperar os empregos, seja na agricultura, na indústria, no comércio ou no turismo. Mas para que isso aconteça, temos que mudar o projeto do país, temos que ter um Estado que faça uma aliança com a cidadania e não uma aliança com o sistema financeiro internacional, como ocorre hoje. Entendo que isso é perfeitamente possível. Depende de uma mobilização de todos os brasileiros na direção deste Brasil melhor que todos queremos. Muito obrigado.

SR. VANDERLEI SIRAQUE – Está inscrito o Sr. José Pilão, da Associação dos Produtores de Açúcar e Alcool. Vamos estabelecer um tempo de 3 minutos para a pessoa fazer a pergunta. A pergunta também poderá ser feita por escrito.

Ouvindo as palavras do representante da Fiesp e lembrei-me do Sr. Mário Amato que disse que 800 mil empresários sairiam do Brasil se o Sr. Collor não ganhasse a eleição. Eles não conseguiram sair porque a maioria foi à falência, em

decorrência da política neoliberal implantada na época. No Brasil poucos setores estão rindo, que é a Febraban, Anfavea e os setores de telecomunicação, que vivem às custas dos cofres públicos. Agora estão vindo algumas empresas que querem pegar o setor de água, porque o governo está querendo privatizar este setor. Foi um desastre o que se implantou no Brasil a partir de 1989.

SR. JAMIL MURAD – Peço licença para interromper e cumprimentar o Dr. Roberto Ghea, vice-Presidente da Fiesp, que veio em nome da Federação das Indústrias. Na semana passada o Dr. Géia me telefonou e disse: “Jamil, o SEADE, o Professor Márcio e o Professor Beluzzo vão falar e queria saber qual é a minha parte, porque eu não queria dar tantos dados”.. Respondi: “É só falar aquilo que você anda falando que já é uma grande contribuição.” O Dr. Roberto superou muito a minha expectativa porque a imprensa nem sempre publica o ponto de vista mais completo. A imprensa pinça uma ou outra coisa da entrevista e publica. A imprensa já estava publicando algumas opiniões do Dr. Roberto que são muito importantes para o nosso país e para o nosso povo. Hoje tivemos oportunidade de ouvir a sua palestra que enriqueceu muito o nosso tema e que vai marcar fundo. Como disse o Deputado Siraque, pretendemos fazer publicação de tudo que foi exposto aqui. Está tudo gravado, a TV Assembléia transmitiu por um bom tempo e também foi transmitido pela Internet ao vivo. Precisamos de homens e mulheres que ajudem a empurrar este país para o rumo certo. Se não for por aí, não pegamos rumo algum e vamos para o abismo.

SR. VANDERLEI SIRAQUE – Tem a palavra do Sr. José Pilón, Presidente da Associação dos Produtores de Açúcar e Alcool de São Paulo.

SR. JOSÉ PILÓN – Quero cumprimentar os Srs. deputados que realmente estão tratando de um assunto bastante importante. As três palestras foram ótimas. Acompanhamos esses números absurdos no dia-a-dia, mas não estávamos tão por

dentro deles. A palavra do Dr. Roberto realmente foi muito importante. Como o senhor falou de álcool tenho direito à réplica. Não vou fazer nenhuma pergunta, mas apenas uma contestação para ajudar o raciocínio do senhor.

Há pouco tempo assinamos um pacto com o nosso Governador, inclusive com a presença de dois ou três ministros da área que geralmente o açúcar e álcool dependem, como é o caso de Minas e Energia, Agricultura e assim por diante. Nesse pacto nos comprometemos gerar empregos. Acredito que o nosso setor é um dos que mais geram empregos em São Paulo. Geramos, hoje, em São Paulo, aproximadamente 600 mil empregos diretos e segundo, os economistas que multiplicam este número por quatro ou cinco, acabam dando dois a três milhões de empregos indiretos.

Se realmente dentro do assunto emprego e desemprego o nosso setor é bastante importante, existe uma entidade de promotores, por exemplo, que não deixa o pessoal cortar cana. Ficamos num impasse, porque assumimos um compromisso de não comprar máquinas para gerar empregos. Ou seja, eu seguro o setor para não comprar máquinas para dar esses empregos. De outro lado, os promotores ficam nos multando porque não podemos cortar cana. É muito complicada a situação que estamos passando hoje, porque o governo é o gerador de empregos e nós evidentemente temos que pensar em renda. Não estamos tendo apoio algum. Acho muito importante este assunto que está sendo tratado na Assembléia pelos Deputados Jamil Murad e Vanderlei Siraque. Está é a contestação que queria fazer.

SRA. RAQUEL – Bom-dia aos Deputados Jamil Murad e Vanderlei Siraque, junto com toda essa comissão que nos propiciou um momento muito importante. Os debates feitos contribuíram muito para aquilo que estamos vivendo hoje. Sou do Sindicato de Educação Municipal de São Paulo. No movimento sindical é uma grande preocupação a questão do desemprego. Ele de fato tem aumentado e, como

foi aqui colocado, as conseqüências da política e do tipo de modelo econômico desenvolvido, caem nas costas dos trabalhadores e trabalhadoras.

A minha intervenção é quanto a duas questões. Queria saber como é possível conseguirmos esse material do SEADE e também saber se neste estudo tem alguma diferenciação em questão de gênero. Por exemplo, na questão de desemprego como estão as mulheres em relação aos trabalhadores homens.

O Professor Márcio e também o Dr. Roberto, da Fiesp nos deram uma visão política da questão. Queria realçar que para mim o problema do desemprego do Brasil está vinculado com uma questão política mais geral. Precisamos ter outros governantes, porque esses governantes atuais são os responsáveis pela aplicação do modelo econômico colocado. O Professor Márcio disse que precisamos de reforma agrária, de reforma tributária e de reforma social. Na minha opinião, temos uma responsabilidade de primeiro acabar com esses governantes que estão por aí. Haja vista a cidade de São Paulo. Não podemos ficar desgovernados, porque não agüentamos mais a corrupção e a política aplicada. Uma forma de combater o desemprego é a luta política contra esses governantes que não vêem o desenvolvimento econômico do país, não vêem dentro de uma perspectiva nacional aquilo que o industrial Dr. Roberto colocou para a gente. Precisamos de fato dar um basta do ponto de vista político. O dia 1º de outubro vem aí e é importante já começarmos em nível da cidade de São Paulo.

SR. VANDERLEI SIRAQUE – Tem a palavra o Sr. João Crisóstomo.

SR. JOÃO CRISÓSTOMO —Sou líder de bairro, já fui candidato algumas vezes e quero parabenizar a Mesa por este brilhante trabalho. Senhores expositores, nobres Deputados Vanderlei Siraque e Jamil Murad, senhores e senhoras do movimento sindical, meus amigos, tenho vários projetos em casa e encaminhei para o Presidente da Assembléia Legislativa três minutas de projetos e gostaria de contar com o apoio desta Casa no sentido de que esses projetos sejam

aprovados. Pena que aqui não tenha um pedestal para podermos ter mais posição para colocar os pormenores.

Como o tempo é pouco vou falar por partes. O lema de alguns anos é que São Paulo não pode parar, mas está quase parando. Venho propor que seja criado, com urgência, uma confederação de indústrias em todos os Estados industrializados com os seus governos e Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso, para que seja estudada uma alternativa que venha por fim, de fato, o temeroso desemprego, com os governos facilitando a concessão e as indústrias sendo estimuladas a ampliarem os seus quadros de mão-de-obra. Com estas medidas poderemos levar o país a respirar aliviado.

Um outro projeto. Sabemos que o país no governo do Sr. Collor vinha com uma inflação galopante. Este trancou a poupança nos bancos, retendo o capital e com isso aborreceu todos os empresários que pagavam os seus empregados com o lucro da mesma. Aí começaram a demitir os seus funcionários, o que vemos nas estatísticas do dia-a-dia.

Temos que mudar este sombrio quadro nefasto, começando com o Fórum 2000 em São Paulo, transformando-o em uma alavanca propulsora, capaz de exterminar o nível de desemprego do Estado de São Paulo e como alternativa propõe que o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa elabore a criação de uma verba do capital disponível da própria Casa e o coloque à disposição das pequenas e microempresas a juros simples de 2% ao mês, sem correção monetária, pelo prazo de 3 anos a começar a pagar, contando com a parceria do Governo do Estado.

Lancei outro item também sobre a FEBEM. Gostaria de ter tempo para expor tudo, mas como o tempo é muito resumido, quero agradecer. Muito obrigado, meus amigos. Quero contar com o apoio de todos nessas idéias. Tenho muitos projetos em casa e gostaria que a Casa aceitasse esses projetos que eu encaminharia todo mês, toda semana, para que fosse algo aprovado para o bem da população brasileira.

Muito obrigado. O meu nome é João Crisóstomo de Araújo.

SR. (Coordenador) – O Deputado é Nivaldo Santana que está aqui junto conosco, que é o Presidente, a partir de hoje da Comissão de Relações do Trabalho da Assembléia Legislativa. Queira anunciar também a presença do Sr. Firmino Alves Rosa que é o Vice-presidente da FINAES. Está inscrito e pode já se pronunciar. Apenas lembrando que a Assembléia não pode financiar, essa é uma questão do Poder Executivo. E no Estado de São Paulo, temos entidades que recebem, inclusive, dinheiro público, por exemplo o SEBRAE, que pode fazer o financiamento a micro e pequena empresa, em vez de ficar financiando encontro de vereadores, por exemplo.

SR. FIRMINO ALVES ROSA – Bom-dia. Meu nome é Firmino, queria agradecer ao Shirap pelo convite, político da minha cidade, interior, Santo André, ao companheiro Murad que está à Mesa, ao representante da FIESP, que talvez seja um dos últimos empresários nacionalistas, só faltava ser um pouco mais socialista, mas já está bom, não vamos exigir muito, não vamos pedir tudo de uma vez só. Falar sobre o desemprego hoje, é uma tarefa muito hilariante. Porque de um lado temos os políticos de cartórios que não merecem sequer ser citados, do outro lado temos um empresariado tacanho que olha para o pé e não olha para frente e de outro lado temos os sindicalistas acomodados entre os quais estou incluído, lógico, evidente. Uma saída boa para o Brasil seria incentivar a agroindústria. Pouca gente sabe o que se faz com a fibra de coco. A fibra de coco até 1978/80 era usada para fazer os estofamentos de todos os automóveis brasileiros. E com isso emprega qualquer coisa em torno de 600 mil pessoas.

No Governo do Sr. Geisel, a Dow Química impôs ao Brasil que passasse a usar espuma de poliuretano, porque ela fabricava. Não sou do Partido Verde, não sou da turma do Gabeira, mas verdade seja dita, poliuretano é uma desgraça, é uma peste, não dá para reciclar, custa muito mais caro a reciclagem do que jogar no

lixão que demora 400 anos para se decompor. Além de tudo, quando pega fogo, libera uma fumaça amarela, que é dialosmoto, sumamente venenosa. No Metrô de Los Angeles matou muita gente no primeiro incêndio que teve devido à espuma de poliuretano. Aí, os senhores poderão dizer: então por que não voltam a usar a fibra de coco? Porque os nossos políticos não se mexem. Os sindicalistas não se mexem e as pessoas que trabalhavam com a fibra de coco não têm poder de mídia nenhum. Então, teríamos hoje, com o crescimento da indústria automobilística que está orbitando em 1 milhão e 600 mil veículos ano, cada veículo consumiria qualquer coisa em torno de 8 quilos de fibra de coco e mais uns 4, 5 quilos de látex natural, teríamos muitos empregos neste País. Mas aí esbarra em outro problema. O látex natural tem duas pontas, tem o “sobiário” que retira da Amazônia e tem o ladrão que distribui. Então, o peso dele é absurdo. Para os senhores terem idéia, o látex natural da Malásia chega mais barato no Brasil do que o retirado da Amazônia. Também, mais uma vez, gostaria que os políticos tomassem consciências desses fatos. Acabou por aí? Não.

Temos a indústria da juta. Acabaram com essa indústria do baixo Amazônia. Essa indústria emprega muita gente, era geradora de riqueza. Tivemos a ráfia, que mais uma vez, tem uma multinacional atrás. Onde estão os políticos? Também não estão se mexendo nisso. Os sindicalistas? Também não estão se mexendo muito. Aí sobra, a fibra que é chamada a fibra assassina, porque é aquela que come o braço dos homens no sertão da Bahia e da Paraíba, que é o sisal, mas que também emprega muita gente, mas que também não tem política de incentivo nenhum a esse respeito. Aí sobra, do nosso amigo aqui, o bagaço de cana. Tem duas indústrias alemãs importando bagaço de cana do Brasil. Para que será? Para fazer ração para o gado? Com certeza, não. Com o bagaço de cana se faz muita coisa. Ainda temos o riço do óleo, que para a linguagem Tupi-Guarani, é o óleo de mamona, do qual se faz o PA-11 e PA-12, que hoje é importado de uma subsidiária da “Eta Riossan da França. Tudo isso se produz no Brasil. Mas ninguém dá atenção

para esses fatos. Se não olharmos para isso, não teremos solução para o desemprego.

Muito obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Tem a palavra a Sra. Samanta, do Sindicato dos Aeronautas.

SRA. SANDRA MARIA ANTUNES – Sou comissária de vôo, tenho o nome de guerra de Samanta, sou conhecida como Comissária Samanta. Vou abordar o tema da privatização que foi abordado pelo Dr. Roberto. Fui comissária da VASP e hoje atuo no Sindicato Nacional dos Aeronautas. A privatização tem sido muito má direcionada e a VASP é um exemplo disso. Até hoje não conseguimos saber se o Sr. Wagner Canhedo pagou a VASP. E o Governo do Estado, Sr. Mário Covas, Sr. Angarita, eles lavam as mãos nessa discussão, não querem discutir a privatização. O Sr. Wagner Canhedo descapitalizou a empresa e desviou tudo o que produzimos dentro da empresa para capitalizar as outras empresas dele. E hoje, estamos vendo o BNDES prestes a soltar dinheiro nas mãos de um sujeito desses.

O emprego que o Sr. Wagner Canhedo gera hoje é o mínimo para funcionar a empresa. Ela não gera empresa, tem as pessoas lá simplesmente para funcioná-la. Então, temos que voltar à questão da privatização, fiscalizá-las, a exemplo da telefônica, por exemplo, a privatização fez o que? Hoje a maioria das funções especializada está nas mãos dos espanhóis. Eles demitiram todas as funções especializadas da telefônica, de brasileiros e trouxeram as pessoas de fora. Então, temos que ver seriamente essa questão da privatização.

O BANESPA está aí em vias de e todos temos que tomar conta do BANESPA. Os céus estão sendo abertos para estrangeiros. Hoje 70% das linhas aéreas internacionais são dominada pelos Estados Unidos, em desacordo com os acordos bilaterais. Então, o nosso País está sendo estrangeirizado, na verdade, vamos criar uma palavra. Porque daqui a pouco não temos mais o País para nós e a

privatização é um meio, os céus abertos é um meio para fiscalizarmos isso, porque a aviação é um contexto importante no País. E acho que está na hora de fiscalizarmos principalmente a mãe da privatização que foi a VASP e que não deu certo. Está aí, não deu certo.

SR. JAMIL MURAD – Tem a palavra o Sr. Godoi, do Sindicato dos Metroviários.

SR. GODOI – Componentes da Mesa, companheiros e companheiras, muito Bom-dia. Sou Vice-Presidente do Sindicato dos Metroviários, falando em nome tanto da diretoria como da categoria, representando o meu Presidente, Onofre, que acabou de chegar ao plenário, porque estava em outra atividade do nosso Sindicato. Acho que ficou muito evidente aqui pelas palestras dos debatedores, que o problema é um projeto político, econômico e social neste País em que vivemos. Acho que ficou muito claro isso, muito evidente. E lutamos para mudar isso. O problema é que a co-relação de força é muito desigual e lutamos com as armas que temos. Porque enquanto vamos com estilingue, os caras vêm com tanque de guerra em cima. Então, não concordo. em nenhum momento, com a falação do companheiro que diz que o Movimento Sindical está acomodado. Eu não me considero acomodado e muito menos o meu sindicato está acomodado como vários outros que estão aqui, SIPEEN, Correios, Condutores, e outros companheiros que não lembro de que categoria são. O problema aqui, se não tivermos a visão correta e a co-relação de força é muito desigual, e que estamos fazendo o máximo que podemos, fica difícil. É verdade que

existem visões sindicais diferentes.

Enquanto nós que somos da Central Única dos Trabalhadores, fazemos uma luta constante, intransigente contra o governo, existe o outro lado que é a Força Sindical que se alia ao Governo Federal e a essas políticas nefastas que vigoram no nosso País. Então, gostaria de fazer essa ressalva e deixar registrado que estamos

lutando contra as privatizações, contra a corrupção, contra esse Governo Federal, contra o desemprego, contra os projetos sociais que não interessam à população e portanto, acho que é um movimento sindical combativo, não é acomodado. E é por isso que estamos aqui.

Gostaria também de deixar uma pergunta, principalmente para o companheiro da FIESP, que hoje se fala muito que os encargos sociais oneram muito o patrão. Gostaria que abordasse um pouco esse tema. Temos projeto para esse País. Os partidos de esquerda, progressistas e populares, têm, não só projetos para este País como têm candidatos sérios para dirigir o País, os municípios e os Estados. Gostaria que abordasse também o problema do projeto que estamos tendo aqui, a nossa reivindicação sindical, através da CUT, da redução da jornada de trabalho para gerar mais emprego. Acho que seria uma das lutas que empreenderíamos para resolver em parte o problema do desemprego no País. Mas, foi mais um desabafo diante da falação do companheiro, respeitando a sua opinião, claro, mas ficou muito evidente, volto a repetir, que o problema não é do movimento sindical, em parte, mas é também desse projeto político econômico e social que estamos vivendo no País.

Muito obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Tem a palavra o Sr. Euzébio, que vai falar pelo Sindicato dos frentistas.

SR. EUZÉBIO – Gostaria de cumprimentar a Mesa, os senhores expositores pela belíssima exposição, Srs. Deputados, senhoras e senhores, parabenizar a Casa por essa iniciativa e dizer que esse é um momento muito oportuno para estarmos discutindo e pensando o futuro do nosso País e o futuro do trabalho. Também não concordo com o companheiro que aqui colocou que o movimento sindical está parado. Não é bem assim. Nós não estamos. O Sindicato dos

Frentistas sempre esteve lutando conjuntamente com outros companheiros de outros sindicatos, para reverter esse quadro. Mas, sabemos que é difícil.

Temos uma política econômica direcionada para massacrar o trabalhador. É um poder muito grande que não vem nem só do Brasil, é dirigido diretamente lá de cima pelo Fundo Monetário Internacional, por esses grupos estrangeiros, cujos objetivos são única e exclusivamente investir no capital, na especulação e massacrar o trabalho. Nós trabalhadores temos lutado muito. Mas como o companheiro colocou, nós com o estilingue e eles com os tanques. Fica muito difícil. Mas, só vejo uma solução. Já que o problema é político, é desses cidadãos que estão no poder, massacrando o povo brasileiro, só vejo uma saída: é a sociedade ir para as ruas e exigir nas ruas que esses cidadãos saiam do poder e deixem que se coloquem lá pessoas que realmente tenham interesse em resolver o problema do Brasil, pessoas identificadas com a sociedade brasileira. Porque esses cidadãos que aí estão não têm nem nacionalidade.

Esses políticos que aí estão roubando a Nação brasileira, massacrando o trabalhador, está provado que eles não têm nenhum compromisso com o Brasil. Eles não têm cidadania. Tanto faz ser brasileiro como americano, como qualquer um. São cidadãos do mundo. E nós que somos brasileiros, trabalhadores e que temos compromisso com este País, temos que ir para as ruas e exigir no braço que esses cidadãos saiam de lá, e dêem lugar para nós trabalhadores governarmos este País. E faço uma pergunta ao Professor Porchmann, que é a seguinte: hoje temos uma grande discriminação na nossa categoria, constatamos isso, pessoas acima de 35/40 anos não estão conseguindo mais emprego. Como fazer para reverter esse quadro?

SR. JAMIL MURAD – Tem a palavra o Sr. Reinaldo, dos Correios.

SR. REINALDO – Bom-dia, companheiros e companheiras, e debatedores da Mesa. Nós da categoria dos trabalhadores dos Correios, tratando da questão

emprego, somos a próxima categoria a ser atacada pela política do Governo Fernando Henrique Cardoso. Colocando na ordem do dia a privatização do correio, que é a nova lei CONSTAN que já está dentro do Congresso Nacional e já está sendo implementada, inclusive em todos os Estados, substituindo o carteiro pelas caixas comunitárias.

O que significa a substituição do carteiro pelas caixas comunitárias? A comunidade em vez de Ter o seu carteiro para entregar a sua correspondência, terá que ser paga uma caixa postal numa associação de bairro ou até num boteco, substituindo o carteiro por uma caixa simples comunitária, como já vem acontecendo nas periferias. E aí, o representante da FIESP coloca a defesa da soberania nacional, e o nacionalismo. Acho que neste momento terá de haver uma união realmente desses empresários nacionalistas, junto com sindicatos, estudantes e associações de moradia, para realmente vestirmos a camisa em defesa do Brasil, em defesa das empresas nacionais. Acho que nesse momento, nessa grande manifestação que está sendo feita na Assembléia Legislativa. Acho que temos de sair para as ruas e realmente vestir a camisa em defesa do Brasil e da soberania nacional. Acho que neste momento, para derrubar todos esses capitão do mato que estão hoje invadindo o Brasil, temos que nos unir nesse momento. Acho que é a única saída que temos para gerar emprego neste País.

SR. JAMIL MURAD – Essa fala do Reinaldo é muito importante. Se tem algo que funcionava no Brasil, pelo menos há algum tempo não tinha reclamação, eram os correios. Mas tudo que funciona eles querem acabar. Até o Hospital das Clínicas que estava funcionando já colocaram fila dupla lá. Tem a palavra o Sr. Júlio César dos Sindicato dos Laticínios. O próximo é o Arnaldo, depois encerra.

SR. JÚLIO CÉSAR – Bom-dia a todos da Mesa, Bom-dia companheiros, Bom-dia senhoras e senhores, venho do Sindicato de Laticínios, para fazer a minha colocação. No nosso caso, houve uma votação no Sindicato e sou o novo diretor do

Sindicato de Laticínios. A mentalidade desses novos diretores é sempre para frente, nunca ficar parados. Então essa é a minha colocação. Agora, estamos enfrentando problemas difíceis que já nos livros pedagógicos poderemos encontrar. Na evolução industrial, diziam que as máquinas iriam produzir muito mais e iriam tomar o emprego do trabalhador. E isso, já era visto anteriormente e não foi tomada nenhuma providência. E é o que ocorre hoje em dia. Mas aqui no País deveria ser fazer o que? Essa é a minha posição, já venho vendo isso há muito tempo. Por que não foram dadas condições primeiro para o trabalhador, para depois cobrar dele a eficiência. Não ficar fazendo como fazem hoje, subjugando, maltratando, o camarada chega precisando do emprego e dizem: não você tem muita idade, você não mexer em computador, etc. O País em si não deu condições para aquele trabalhador evoluir. Dê educação, dê possibilidades para esse trabalhador, para depois cobrar. Outra coisa, o que encontramos por aí, conforme deputados, vereadores e vai até o senado, são divisões políticas. Queremos que as pessoas tenham o mesmo ideal que nós. Não trabalhando para si só. Tem que trabalhar para nós. Nós acreditamos em todos que estão aí. Então, dessa forma é que vejo que os senhores têm que procurar um meio. Não fazer o que se está fazendo hoje em dia, o que se vê em São Paulo. Isso, já há muito tempo acontecia, hoje é que está sendo explícito. Antes era mais ou menos por baixo do pano. Como sindicalista só peço uma coisa, ponham os pés no chão e vejam que os nossos filhos que hoje são crianças, amanhã estarão sofrendo com as nossas atitudes. Então, prestem bem atenção, sejam brasileiros.

Era só isso o que tinha a colocar. Muito obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Tem a palavra o Sr. Arnaldo.

SR. ARNALDO – Bom-dia a todos, sou Arnaldo da Sociedade Amigos Unidos de Vila Remo, faço parte do lado do Jardim Ângela, represento no que se refere à saúde. Hoje quando recebi o convite, fiquei sabendo que deveria vir para falar da

saúde aqui na Assembléia que está abrindo as portas à comunidade. Isso é muito importante porque leva o conhecimento à população, com essa abertura que a Assembléia está fazendo. Os senhores deputados estão de parabéns por essa iniciativa de abrir as portas e dar essa oportunidade a todos nós. Vejo hoje, muitas dificuldades em todos os hospitais que devem dar atendimento àquelas pessoas mais pobres, mais humildes, que para marcar uma consulta leva às vezes 4, 5 meses e até anos, como por exemplo no Hospital São Paulo e Hospital das Clínicas. Preocupo-me muito, porque estou vendo a situação daquelas pessoas que não têm um porta-voz para ouvir as suas necessidades. Fico até emocionado quando vejo essas pessoas sofridas que não têm quem possa falar por elas. Agradeço o convite que me foi feito, como também aos componentes desta Mesa que estão trabalhando em prol da comunidade. E gostaria de dizer que o pior Presidente da história do Brasil é o Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque vem massacrando o povo mais pobre, mais humilde, os trabalhadores que hoje estão nas ruas desempregados, pela situação em que nos encontramos atualmente. E também com relação à Saúde, o imposto do cheque que deveria ir para a saúde até agora, ninguém viu nem a melhora na saúde e nem para onde foi o valor do imposto do cheque que nos é descontado. E gostaria de dizer aos senhores que para melhorar este País será necessário tirar esse Presidente logo, porque só assim o País vai melhorar.

Muito obrigado. É só o que queria dizer.

SR JAMIL MURAD – Está encerrada essa parte, vou passar a palavra ao Deputado Nivaldo Santana. Antes, porém, gostaria de dizer que eu e o Jamil, fazemos parte da Comissão de Saúde e eu pertencço também à Comissão de Relações do Trabalho. Então, essas coisas, saúde, trabalho, deixamos para a esquerda, o fato também de não darem verba e de vez em quando tem alguma cobertura da imprensa. Antes de passar, queria colocar até uma experiência no ABC Paulista, lá temos a Câmara de Desenvolvimento Econômico e Social do ABC,

inclusive é uma região em que está sendo medido o emprego e o desemprego pelo SEAD, dentro da região metropolitana é a única que está sendo medida e o desemprego está muito alto tendo em vista a desindustrialização da região do ABC. Mas, por outro lado, tem um ponto muito positivo, em que na Câmara estão participando tanto setores empresariais quanto setores sindicais e o Poder Público está à frente e até o Governo do Estado também.

Então é uma experiência muito importante quando se trata de desenvolvimento, que deveremos levar para outros estados de acordo com a identidade que tem cada região e não ficar apenas nas regiões administrativas que são órgãos burocráticos para empregar ex-prefeitos, ex-deputados, tudo ex que ficam lá mais de fantasma. Só para citar esse exemplo, inclusive pretendemos levar esse debate também lá para a região, até já fazendo o convite antecipado à FIESP, o SEAD tem que estar presente e o Professor Márcio Porchmann. Tem a palavra o Deputado Nivaldo Santana.

SR. NIVALDO SANTANA – Boa tarde, em primeiro lugar queria cumprimentar o Deputado Jamil Murad, que é o coordenador daquele que considero o mais importante tema da atualidade e o mais importante tema do Fórum, que é a abordagem do problema do desemprego, cumprimentar também o Deputado Vanderlei Siraque, que é o relator deste grupo temático. Gostaria de dizer que primeiro achei importante as duas exposições que tive a oportunidade de ouvir. Eu estava em outro compromisso e perdi a formulação do nosso companheiro do SEADE, mas já tive em outras oportunidades o privilégio de ver o trabalho sério desenvolvido pelo SEADE e tenho certeza que também foi importante. Mas, até pela opinião que tenho a respeito desse problema, sempre a intervenção que chama mais a atenção é aquela da FIESP. Acho que ela chama mais a atenção, porque lembro quando iniciei a minha atividade política, o símbolo da pujança do capitalismo brasileiro, o símbolo do poder era aquela famosa pirâmide da Av.

Paulista, que quando as pessoas olhavam diziam: o Presidente da República está em Brasília, mas quem manda mesmo é o pessoal aqui desse prédio.

Comecei a minha vida política ouvindo isso. Que era o poder real, de fato e efetivo. E o poder era tão grande que se dizia que a burguesia industrial brasileira não se preocupava muito em se candidatar a cargos eletivos, disputar eleições, porque eles tinham um poder político tão grande que até abriam mão dessa disputa e deixavam para outros setores mais fragilizados disputarem essa parcela do poder, porque eles têm o domínio. Acho que o depoimento contundente e consistente que o Dr. Ghea propiciou nesse debate demonstra a mudança radical dos rumos políticos e econômicos do nosso País, em que ele, como Vice-presidente da FIESP, faz um depoimento tão cru e tão duro a respeito da realidade brasileira, acho que dá para sentir o drama da imensa maioria dos brasileiros que estão numa inflação bastante subalterna em relação à burguesia industrial. Mas, o Dr. Ghea falou no “Kennes” e tem uma frase interessante do “Kennes” em que ele dizia que a longo prazo todos estaremos mortos. Ou seja, sabemos que para enfrentar o problema do desemprego e os graves problemas estruturais do nosso País, isso tudo vai precisar de mudanças políticas profundas e orientação de rumo grande no País para que o Brasil volte a trilhar o caminho do desenvolvimento.

Contudo, como a Assembléia Legislativa trabalha muito com o problema das questões imediatas, tem que discutir, debater e formular políticas imediatas, gostaria de fazer uma pergunta para os três expositores sobre temas recorrentes aqui na Assembléia Legislativa. Um questão, é que aqui foi dito pelo Márcio e a idéia dele foi esposada pelo Dr. Ghea, que o empresário privado na busca da lucratividade e da produtividade, ele não é um promotor de emprego e que a promoção do emprego deveria ser uma tarefa fundamental do Estado mediante políticas públicas. Então, faço essa constatação, concordo até com ela e pergunto qual é a opinião que os expositores têm, os três, a respeito da chamada guerra fiscal, na qual permanentemente vêm propostas de diminuição de impostos em determinados setores da economia e a proposta de diminuir as receitas que acabam agravando a

capacidade do Estado em responder as suas demandas sociais é justificada essa solicitação de diminuição da receita, por exemplo do ICMS aqui no Estado de São Paulo é um mecanismo de desenvolver este ou aquele setor e na seqüência se geraria emprego por dinamizar esse setor.

Acho que era importante ter uma opinião mais elaborada, porque uma reforma tributária tem que ser vista globalmente e não ser atacada topicamente. Então, gostaria de ouvir a opinião dos senhores sobre a guerra fiscal que existe no País e sobre essas propostas sempre de diminuição de impostos.

Em segundo lugar, tem uma proposta que os trabalhadores fazem e que não tem muita guarida nos setores empresariais e que acho que precisa ser discutida. Acho que independente das convicções, das opiniões de qualquer um, é que com o desenvolvimento tecnológico, com o aumento da produtividade, o próprio Dr. Ghea citou o exemplo da sua empresa, em que com 40% a menos de trabalhadores dobrou a produção, Isso acaba incrementando a produção em prejuízo do emprego. Como que ele encara uma política de redução da jornada de trabalho como uma forma de minimizar esse desenvolvimento desigual: aumenta a produção e diminui o emprego. E uma outra questão importante é sobre os encargos trabalhistas, Vários setores empresariais abordam muito a questão do encargo trabalhista, o custo da mão-de-obra no Brasil que dificultaria os setores produtivos.

Qual seria uma proposta alternativa para ampliar o mercado formal, sem diminuir os direitos mínimos que ainda os trabalhadores conseguiram resistir, como se poderia ter alguma política de ampliação das receitas sem onerar o setor produtivo. Por exemplo, existe uma proposta que em vez de se cobrar os encargos pela folha de pagamento, se cobraria pelo faturamento, o que seria uma forma mais democrática de ter uma cobrança mais eqüitativa das empresas. Eram essas as minhas questões, dizendo que anotei aqui e depois vou ter acesso ao debate, achei que foi muito importante, lançou luzes sobre problemas e se ainda não estamos descobrindo soluções, tem um pensador famoso que disse que conhecer os

problemas é metade do caminho andado para achar as soluções. Acredito que hoje, no mínimo, já andamos a metade do caminho.

SR. JAMIL MURAD – Queria agradecer a intervenção sempre lúcida do nosso companheiro Nivaldo Santana, que é líder da Bancada do PC do B aqui na Assembléia Legislativa e Presidente da Comissão de Relações do Trabalho. Tínhamos combinado aqui na Assembléia de liberar o Dr. Sinésio, às 12h00, porque ele vai participar de um outro fórum. Então, gostaria que ele começasse as respostas e aí já se fará as despedidas. Cada expositor agora já aborda as perguntas feitas e também já faz a despedida das suas últimas opiniões para irmos encerrando o debate.

SR. SINÉSIO – Foram feitas duas perguntas específicas para mim, para a Fundação SEADE, uma diz respeito à disponibilidade dessas informações que apresentei aqui hoje, e quero dizer que a Fundação SEADE, desenvolveu um estudo cobrindo os 16 temas que compõem o Fórum São Paulo Século 21 e portanto, produzimos 16 livretos com as principais informações, com as principais questões referentes a cada um dos temas que foram encaminhadas à Assembléia Legislativa e ao Fórum São Paulo Século 21 e creio que estarão disponíveis assim que possível a todas as pessoas interessadas. Desde já, no *site* da Internet da Assembléia Legislativa, especificamente do Fórum Século 21, existe, se não me engano, a disponibilidade de todos esses textos.

Então, creio que desde logo já estão disponíveis na forma eletrônica e creio que rapidamente estarão disponíveis também na forma impressa. A outra pergunta que me foi dirigida diz respeito à questão das mulheres no mercado de trabalho. Eu não toquei nesse assunto aqui na minha exposição, como deixei de tocar em vários outros assuntos importantes, mas, de maneira geral, embora tenha diferenças regionais nesse aspecto, o crescimento da população economicamente ativa, que mostrei ali, boa parte dele está sendo explicado pelo ingresso muito grande de

mulheres no mercado de trabalho, em particular de mulheres nas faixas etárias intermediárias e com uma proporção grande de mulheres casadas.

Tem uma longa discussão, na literatura sobre os motivos desse ingresso das mulheres no mercado de trabalho, que vou deixar de tocar aqui, mas o fato é que existe uma novidade nesse comportamento que é o fato de mulheres, especialmente casadas, ingressarem no mercado de trabalho. De maneira geral, boa parte desses empregos que foram gerados no Estado de São Paulo, foram ocupados por mulheres. Então, não só elas ingressaram fortemente no mercado de trabalho, como parcela expressiva dessas mulheres obtiveram empregos. É verdade que os empregos que as mulheres vêm obtendo normalmente são empregos de menor qualidade que os empregos que em média os homens vêm ocupando. Os rendimentos das mulheres tendem a ser menores do que o dos homens, na média, o emprego doméstico é um nicho particularmente importante do trabalho feminino e esse continua crescendo como vimos, mas mesmo no segmento da indústria, que é um segmento predominantemente masculino, também observamos um aumento da participação feminina. Então, nesses últimos anos, esse fenômeno, o ingresso acentuado das mulheres no mercado de trabalho é algo também que merece ser levado em conta. Se pensarmos especificamente que se essas mulheres são casadas e têm filhos, tem todo esse problema da guarda dos filhos, o que se vem fazendo nessa direção, assuntos conexos ao mercado de trabalho que têm a ver com as mulheres que vêm ingressando mais acentuadamente no mercado de trabalho, e traz reflexos na própria organização das famílias, nos próprios padrões de consumo e especialmente nesse problema da guarda dos filhos.

Por outro lado, vimos observando a redução da participação da população jovem no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo em que cresce a participação das mulheres, os jovens vêm adiando o seu ingresso no mercado de trabalho. Seja porque como o Márcio levantou, seja porque as oportunidades de emprego para os jovens são muito limitadas e de certa forma isso os expulsa do mercado de trabalho, seja porque as famílias têm preferido, têm se organizado no sentido de manter

esses jovens mais tempo na escola. O que também é um fenômeno visível. A presença dos jovens na escola vem aumentando sensivelmente, a sua permanência na escola também, portanto a sua escolaridade também vem aumentando nesses últimos anos e criando portanto uma força de trabalho, um cidadão mais completo, mais adaptados às condições de vida da atualidade. Então, seja porque razão for, seja maus motivos, seja por bons motivos, o fato é que a participação dos jovens no mercado de trabalho vem diminuindo e isso vem, por sua vez, freando o crescimento da PEA. Então, se

não estivesse havendo essa retração da participação dos jovens no mercado de trabalho, os indicadores de desemprego certamente seriam mais graves ainda.

De qualquer forma, o que gostaria de ressaltar é essa mudança na composição da população economicamente ativa. Ela vem se tornando mais velha, na medida em que os jovens vão retardando o seu ingresso e as pessoas mais velhas vão adiando a sua saída da PEA, então, portanto a PEA está envelhecendo e está se tornando cada vez mais feminina, vem aumentando a participação das mulheres na PEA. Então, tem uma mudança também nas próprias características da composição da força de trabalho.

Como o Deputado Murad falou eu tenho que participar de uma outra discussão e já estou meio atrasado, acho que as três questões que o Deputado Santana colocou podem ser muito melhor respondidas pelo Dr. Ghea e pelo Professor Márcio Porchmann do que por mim, vou deixar de tocar nesses assuntos e vou rapidamente passar para a outra reunião que tenho de participar. Então, só queria reforçar o meu agradecimento, os meus cumprimentos à Assembléia Legislativa e ao Fórum São Paulo Século 21, enfim, discutir publicamente esse tema que certamente é um dos temas mais importantes da atual situação do Estado de São Paulo e do Brasil.

Muito obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Muito obrigado, Dr. Sinésio, na sua pessoa queria agradecer à instituição SEAD, que tem mais dois companheiros participando aqui, e gostaria que levasse o nosso abraço ao ex-presidente Dr. Pedro e para o atual presidente que é o ex Reitor da USP, o Professor Fava. E vamos continuar contando com o SEAD para fazer essa sistematização junto conosco para que o resultado do seminário seja democratizado, inclusive na forma escrita, porque irá contribuir para outros terem acesso,

além da forma eletrônica que já está colocada. Então, os nossos agradecimentos, mais uma vez. Passo a palavra para o Dr. Roberto Ghea.

SR. DR. ROBERTO GHEA – O Deputado Wanderley passou-me uma pergunta, do Sr. Dioari Leão que vou ler e vou aproveitar para procurar responder de uma maneira geral a todos. Diz o seguinte, o Sr. Diorari: levando-se em conta o poder da FIESP, para interferir no cenário político, o atraso da maioria dos empresários, por que o senhor não propõe uma mudança na atuação política da entidade? Não lhe parece contraditório? Ainda há tempo para os empresários se unirem aos trabalhadores? Vou aproveitar para responder essa pergunta e à reflexão que o Deputado Nivaldo Santana fez. Na verdade a FIESP hoje de poder só tem a pirâmide. Ela não tem poder real nenhum. Como falei na minha exposição, no fim da década de 70, a burguesia industrial passou o poder para a burguesia financeira. Hoje quem tem poder é a FEBRABAM, ela é quem tem o poder, é quem manda no País. E ela fica sem aparecer, não aparece, os caras que aparecem é para tomar pancada, o pessoal da FEBRABAM autua em silêncio. A Anfavea tem mais poder do que a FIESP. A Anfavea fez a política industrial brasileira. É a Anfavea, beneficiando de uma maneira brutal 7 ou 8 montadoras estrangeiras e desnacionalizando praticamente toda indústria de autopeças nacionais. Outras perguntas que me foram colocadas. Gostei muito da posição do Reinaldo, ele não está mais, um dos companheiros, um líder sindical, defendeu com muita veemência um governo só dos trabalhadores. Quero dizer o seguinte, eu não defendo um

governo só dos empresários, defendo um governo que represente a Nação Brasileira, a cidadania. E acho o seguinte: posições sectárias, nesse momento são um desastre. A co-relação de forças está totalmente contra nós. Quando digo

nós, contra os brasileiros que acreditam na produção e que acreditam no País. Se ficarmos com dissensões internas, seja no campo sindical, ou seja no trabalho: aquele cara é patrão, quero um governo só para os trabalhadores, ou eu, quero um governo só para os patrões, estaremos perdidos, os caras nos comem, como aquela fábula em que o leão dividiu os 4 burros e comeu os 4 burros um por vez. É importante que desenhemos, que costuremos um acordo político, que chamaria de centro esquerda. Se a esquerda for novamente isolada para a eleição de 2002, a direita arruma um outro salvador da pátria e ganha de novo as eleições. Então, essa reflexão eu quero fazer. E pareceu-me que a posição do Reinaldo estava muito nessa direção, concordo com ele.

A senhora lá do Sindicato dos Aeronautas, falou sobre a questão das privatizações, acho que já coloquei claro o que penso das privatizações e temos que ter cuidado para ficar pelo menos com uma companhia aérea nacional, porque senão a United Airlines, America Airlines engole isso tudo. O Deputado Santana colocou a questão da FIESP, isso eu já coloquei, o Sr. Leão pergunta porque eu não proponho a mudança da política da FIESP. Estou propondo, a minha presença aqui é nesse sentido.

Eu como coordenador do Grupo de Política Industrial, coordenei um projeto da FIESP que vou mandar para o Deputado Jamil Murad, Deputado Wanderlei e está claro que a nossa opção é a união com os trabalhadores. Agora, quero que também fique bem claro, eu sou uma voz eu não sou maioria. Agora, é preciso continuar batalhando e isso estou procurando fazer. O Deputado Santana colocou 3 perguntas, que aliás, um outro senhor, um outro líder sindical já tinha colocado, o que eu acho da guerra fiscal e de que maneira se poderia inserir a reforma tributária nesse contexto? A guerra fiscal é uma estupidez, é uma burrice, é uma guerra de perde, perde. A questão do emprego é tão desesperadora que alguns governadores

estão achando que vão resolver o problema do emprego dando subsídios para Ford. A Ford é a segunda maior companhia do mundo, a Ford tem em caixa 50 milhões de dólares para aplicar em *over night*. A Ford não precisava do recurso do FAT – Fundo de Apoio ao Trabalhador e não precisava de recursos do Estado baiano que ao invés de serem direcionados para habitação popular, para a saúde popular, para a educação pública, vão servir para engordar os lucros da Ford.

É uma vergonha a guerra fiscal. Agora, o que fico entristecido é que São Paulo assistiu praticamente parado nesses últimos 6 ou 8 anos ou 6 ou 7 anos essa guerra fiscal. Só agora, o Governador Covas tomou uma atitude mais agressiva. Então, eu apoio o Governador Covas quando ele toma uma atitude mais agressiva no que diz respeito a acabarmos com a guerra fiscal. Se fizermos uma reforma tributária, Deputado Santana, do ponto de vista econômico, desonerando a produção, acabando com esses impostos em cascata, resolve-se automaticamente a questão da guerra fiscal. Mas não basta fazer uma reforma tributária apenas do ponto de vista econômico no sentido de desonerar a produção. Concordo com o Professor Márcio que também tem que se fazer a reforma tributária do ponto de vista social. Ou seja, ela tem que ser progressiva e não regressiva como é atual estrutura tributária brasileira.

O senhor também perguntou duas coisas: a questão dos encargos trabalhistas e redução de jornada de trabalho. Quero dizer claramente aos senhores que a minha postura não é demagógica, sou um burguês capitalista industrial. Preciso maximizar os resultados da minha empresa. Se eu não maximizar os resultados da minha empresa eu vou para a falência. Se tivéssemos uma política de desenvolvimento, eu teria tido condições de fazer uma nova fábrica e mesmo com ganhos de produtividade eu como empresário privado estaria gerando mais 450, 500 empregos. Então, na medida em que se tiver uma política de crescimento, o empresário privado também vai gerar empregos. Mas isso não tira da responsabilidade pública, a responsabilidade de ter políticas públicas que vão na direção do emprego e que vão na direção do crescimento. Como estou falando

agora, respondendo par ao senhor como empresário, vou dizer o seguinte, alguém também falou das horas extras: se eu abro mão das horas extras na minha empresa (estou falando da minha empresa) e se concordo com a redução da jornada de trabalho eu vou para a falência. Do ponto de vista micro, nessa atual estrutura que estamos tentando sobreviver, não posso concordar nem com a redução da jornada de trabalho e nem acabar com as horas extras. Eu já fui Presidente Patronal, já negociei com os líderes sindicais e a minha posição é essa. Não posso ser hipócrita.

Agora, o que é preciso é o seguinte, o Sr. Márcio também falou algo que é verdade, por que sou contra a redução da jornada de trabalho e por que ainda me valho das horas extras? Porque nós não temos confiança no que vai acontecer. Este País não aceita, não vê crescimento econômico nos últimos 20 anos. No momento que se tiver a retomada do desenvolvimento econômico, no momento que fizermos todas essas modificações, todas essas reformas, certamente, sim, naturalmente iria se acabar com essa questão da hora extra e se iria na direção da redução da jornada de trabalho. Jamil, só para usar um tema que o MAO TSÉ TUNG: quando o inimigo ataca, recua: quando o inimigo recua, ataca. O inimigo, eu digo, os capitães do mato do capitalismo financeiro internacional, os capitães do mato do capitalismo financeiro nacional, estão atacando, eu tenho que recuar para sobreviver.

Na hora que mudarmos, na hora em que passarmos a fazer com que esse inimigo recua, vamos ter redução da jornada de trabalho, vamos eliminar essa questão das horas extras e tudo mais. O senhor me perguntou também a questão dos encargos trabalhistas, se os acho exagerados? Sim, na atual conjuntura, quando o próprio trabalho que o Sr. Sinésio mostrou em que a grande maioria dos trabalhadores brasileira é informais, para aquelas empresas que pagam todos os encargos, eles sim, são exagerados. Se são exagerados por causa dessa situação e se não serão exagerados quando a economia voltar a crescer, é um outro problema. Agora, o INSS, eu particularmente defendo que o pagamento do INSS deveria ser feito sobre o faturamento e não sobre a folha de pagamento. Vem uma

Dow Química da vida para o Brasil com mil e uma tecnologias, fatura bilhões, para pagar um tantinho só de INSS.

Tem aquela pequena empresa brasileira que depende basicamente só de mão de obra, tem que pagar uma conta de INSS desse tamanho. Então, acho que, pelos menos, agora já, a questão do INSS deveria passar para o faturamento e não para a folha de pagamento. Acho que basicamente respondi a todas as perguntas. Não sei se faltou alguma.

Mas, o que queria dizer, antes de terminar é o seguinte: queria mais uma vez cumprimentar a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na pessoa do Deputado Jamil Murad, na pessoa do Deputado Wanderlei, na pessoa do Deputado Santana, e dizer que para mim foi um grande prazer partilhar dessa Mesa com o Professor Márcio, com o Professor Sinesio, de repente quando vi o Professor Sinésio, pensei que fosse o Ricardinho. O Ricardinho estava na Colômbia, jogou hoje, como que está aí? Estou brincando, brinquei com ele agora. Então, foi uma honra poder ter ouvido a exposição do Professor Márcio, do Dr. Sinésio e de partilhar essa Mesa com os senhores. E quero agradecer a todos os presentes pela atenção e pela paciência que tiveram.

Muito obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Queremos cumprimentar e agradecer ao Dr. Roberto Ghea que abrilhantou este seminário. E é assim, companheiros e companheiros, quando o indivíduo discorda, os nossos meios de comunicação são assim, mesmo quando é um burguês, capitalista, brasileiro como o Dr. Roberto Ghea se colocou, não foi como marxista, não, ele é Vice-presidente da FIESP. Só que a oportunidade para ele ir num grande canal de televisão opinar sobre a política que está sendo implementada no País, também se fecha. Então é difícil. De vez em quando saí na Folha de São Paulo, um fragmento do pensamento dele. Mas seria importante que todo dia houvesse o debate, o Pedro Malan, o Fernando Henrique ou este ou aquele falando, defendendo os pontos de vista deles e o Dr. Roberto Ghea e outros que

pensam diferentemente dos que estão no poder, também tivessem oportunidade para argumentar que não é daquela forma que está sendo exposto.

Hoje, temos uma ditadura da mídia, temos o monopólio da mídia para divulgar a opinião oficial. Fazemos esse esforço aqui para esclarecer a opinião pública sobre os fenômenos que estão nos afetando. E o Dr. Roberto Ghea foi muito importante nesses esclarecimentos dos fenômenos que estamos enfrentando dando o seu ponto de vista. Queria passar, imediatamente a palavra para o nosso último companheiros a falar, o Professor Márcio Porchmann.

SR. MÁRCIO PORCHMANN – Tomo a liberdade de começar pelo fim, agradecendo o convite mais uma vez, dizer que foi uma satisfação muito grande estar aqui participando dessa Mesa, e com o aprofundamento do debate e pelas questões aqui colocadas, certamente esse evento corresponde a uma caminhada, porque são um conjunto de temas a serem discutidos e no final, possivelmente redundaria numa programação para o

Estado de São Paulo diferente da que temos hoje. Tenho participado de muitos eventos sobre discussão do desemprego no Brasil e sempre tenho dito que esse é um tema muito difícil de ser discutido. Em primeiro lugar, pela dificuldade dos números, as diferentes metodologias, uns dizem que é relativamente pequeno o desemprego, outros dizem que é alto, enfim, isso cria uma dificuldade para o brasileiro comum entender o fenômeno. Em segundo lugar pela própria dificuldade do tema, ou seja, o desempregado não quer vir discutir o desemprego, é quer vir discutir que alternativa tem para o emprego.

De outro lado, os que estão empregados não estão interessados em discutir o desemprego porque tem medo de ficar desempregado também, quer saber como é que pode manter-se empregado. É difícil realmente discutir o desemprego. É um discurso de surdos. E acho que o evento aqui, certamente, está rompendo essa barreira. Foram colocada para mim três questões, uma sobre a questão do salário mínimo, feita pelo Laerte: qual seria o valor de um salário mínimo ideal, levando em

consideração as diferentes despesas que o trabalhador tem? Não há um levantamento atual que possa definir qual seria o valor adequado do salário mínimo.

Certamente, necessitaria ser feita uma pesquisa que identificasse qual é o custo de vida do trabalhador de baixa renda, assim como também não temos o indicador de quanto é que custa viver uma pessoa inativa, uma pessoa mais velha. Isso também seria importante ajudar o debate, para demonstrar que os 136 reais representam uma soma insuficiente. O Dieese, que certamente é a instituição que mais conhece e tem o que dizer sobre o salário mínimo nos últimos 60 anos, que é a nossa experiência, informa que o salário mínimo estaria em torno de 1.000 reais, levando em consideração cálculos que fazem a partir de uma cesta básica de alimentos. Se olharmos apenas a evolução do poder aquisitivo do salário mínimo, nessa série histórica dos últimos 60 anos, o salário mínimo de 1940, teria um poder aquisitivo em torno de 500 reais, nos dias de hoje. Se levarmos em consideração os ganhos de produtividade que o País teve, pode-se dizer que a renda *per capita* de 1940 a 1999 foi multiplicada por 5 vezes. Então, se o salário mínimo acompanhasse a inflação e mais a produtividade, certamente seria um valor bem maior dos que os 500 reais. Então, não tem um valor ideal para dizer, acho que deveria surgir de um levantamento de um estudo científico para definir quanto é que custa viver e certamente não será os 151,00 reais que saiu agora.

A segunda questão do Eusébio, recupera a problemática entre os frentistas, a dificuldade de uma pessoa com mais de 30 anos, próximos dos 40, praticamente já está excluído do mercado de trabalho. Está é uma realidade, a despeito do País ser relativamente jovem, mas a realidade se justifica, justamente pelo fato de que um mercado de trabalho abundante de mão-de-obra, leva uma competição um aceleração da concorrência no interior do mercado de trabalho de um lado e de outro lado aumenta seletividade, o grau de arbitramento por aqueles que têm o poder de contratar pessoas. Então, obviamente se nós todos tivéssemos essa capacidade de contratar, em geral, iríamos levar em consideração a possibilidade de contratar pessoas com maior qualificação, pagando salários baixos. É uma

possibilidade, porque o mercado de trabalho gera essa possibilidade, tanto é que, pelos próprios dados apresentados do SINASE ficou claro que as pessoas com menor escolaridade estão sendo substituídas por pessoas com melhor qualificação. O que não significa dizer necessariamente que o conteúdo do trabalho que se manteve seja um conteúdo melhor, um conteúdo de novo tipo que exige de fato uma pessoa mais qualificada. Pode ser simplesmente um fenômeno de oferta. O mercado de trabalho está ofertando pessoas mais qualificadas e os empregadores podem contratar pessoas de maior qualificação pagando os mesmos salários, ou até salários inferiores. Se diz que aqui em São Paulo, uma pessoa sem o segundo grau completo nem mesmo de *office boy* consegue. Isso não significa dizer que para exercer o cargo de *office boy* é preciso ter o segundo grau. Mas, se é possível contratar pessoas com segundo grau para exercer essa função, por que não contratar pagando salários atuais?

Os jornalistas muitas vezes dizem: isso não se deve porque é uma mudança de conteúdo de trabalho. Do jeito que está o País, qualquer dia para trabalhar em qualquer jornal como jornalista, só com doutorado em Oxford. E possivelmente vai ter jornalista formado em Oxford que poderão ocupar essas vagas. As forças de mercado são melhores alocadoras que o setor público na aplicação de recurso, ou seja, a percepção é aquela que toda vez que há intervenção pública há má locação do recurso. Quando se faz o contrário, quando o setor privado atua, ele atua como melhor alocador de recursos. Não acredito que isso seja verdade, porque se de fato o setor privado fosse o melhor alocador de recursos, certamente, quase toda mão-de-obra estaria ocupada, quase todos os recursos estariam no setor produtivo e não setor financeiro. Então essa idéia de alocação precisa ser mais bem aproveitada e discutida. Mas essa percepção é aquela que, inclusive, é orientada na atuação do setor público, porque parte do pressuposto que as disputas entre subunidades nacionais, as disputas entre os Estados, a concorrência entre os Estados, a concorrência entre os municípios, levará a um resultado melhor do que a ausência de concorrência.

Então, a disputa dos Estados pela redução dos custos, seja fiscais, custos de locação, custos de infraestrutura, a disputa entre os Estados levará um resultado mais positivo para o País. O Roberto falou que isso é um resultado de soma negativa. Às vezes até pode ser que é um resultado de soma zero, a Ford até pode ganhar do ponto de vista de uma alocação de uma empresa, a Bahia pode ter um resultado positivo porque ganhou a Ford, mas em equiparação, Rio Grande do Sul perdeu e possivelmente São Paulo perde também. Então, do ponto de vista nacional é um resultado de soma zero. O País não ganha porque na verdade está se perdendo a sinergia dos Estados de disputarem um projeto diferente do que esse que está aí. No passado, São Paulo crescia, o Brasil crescia. Isso, hoje não é mais verdade. Um Estado pode crescer e ao mesmo tempo o País decrescer. É o resultado do País não ter uma política nacional de desenvolvimento, uma política de planejamento regional. Não há isso, então, o que os governos podem fazer? Na verdade a única alternativa deles é fazer a guerra fiscal, porque não há uma articulação nacional. Porque nos anos 50, Juscelino Kubitschek, quando abriu este País, naquele momento, para atração de empresas, primeiro foi criada uma comissão de estudos e depois ele fez uma negociação com os diretores das empresas. Quem quiser vir agora vem, porque depois não vem mais. E se vier, virá com determinadas condicionalidades. As indústrias automobilísticas vêm para cá, mas não podem trazer a sua indústria de autopeças, é capital nacional, isso já está definido. Quem quiser vir nessas condições venha. Depois tem projetos de nacionalização do produto. Houve uma negociação soberana. Isso, obviamente inexistente, o Brasil escancarou as portas para vir a indústria automobilística que viria sob quaisquer outras condições, porque aqui ainda é um espaço de mercado de consumo. Elas viriam para cá agora. Poderíamos ter um projeto diferente. Não temos. Então, obviamente, do ponto de vista do governador, do ponto de vista do prefeito, eles não têm outra alternativa a não ser mover as peças com esse objetivo, porque se fizer uma postura de não entrar na guerra fiscal, certamente o Estado ou Município, pode perder empresas, pode perder empregos.

O antídoto contra a guerra fiscal, já que não há um consenso nacional, já que não há por parte da parte econômica a tendência de reverter isso, diria o seguinte, o Estado de São Paulo deveria ter entrado a mais tempo e entrar forte. Qual é o Estado que paga menor ICMS, é 6%, pois aqui pague 3%. Isso levaria ou a um grande conflito nacional, porque obviamente se o Estado de São Paulo faz isso, geraria uma reversão que levaria, empurraria os governadores e prefeitos e ter que discutir alguma coisa diferente do que está aí. Não que eu seja a favor a guerra fiscal, mas se você quer a paz, faça a guerra. Então, façamos a guerra fiscal aqui neste Estado forte, para reverter a posição. Lamentavelmente é uma das poucas alternativas que temos nesse quadro, porque enquanto não mudar o Governo Federal, é o que pode ser feito do ponto de vista estadual.

Muito obrigado, mais uma vez pela oportunidade.

SR. JAMIM MURAD – Chegando ao fim, queremos agradecer ao Professor Márcio Porchmann, ao Deputado Nivaldo Santana, ao companheiro Shirap, agradecer aos senhores participantes, os membros do Conselho, e logicamente não temos pretensão aqui de ao encerrar, fazer um resumo, no entanto, o que me fica assim, pela opinião dos vários debatedores é que precisamos de um projeto nacional de desenvolvimento sustentado, com distribuição de renda, que haja ampliação do mercado de consumo, e a política de 151,00 reais de salário mínimo é a política de não ter consumo. O importante é manter a inflação baixa e pegar o dinheiro e entregar para os banqueiros. Da reforma agrária, tributária, do investimento público, do papel do estado, portanto, o que me fica é aquela opinião mais política que já foi expressa pelos debatedores de que nós precisamos ter um projeto nacional, que hoje não tem. Ou, tem um projeto, que contempla os interesses internacionais, contempla os interesses dos banqueiros. O Dr. Roberto Ghea falou: agora o poder está nas mãos da FEBRABAM e que precisamos para resolver o problema do emprego, ter outras condições, desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento social, valorizar a produção da agricultura, está aqui

o Pilão que é um representante da indústria, os trabalhadores não terem os seus direitos surrupiados e não ter parte da categoria dizimada no desemprego representada pelos senhores sindicalistas. Aqui tudo é corrido, vamos ter que encerrar aqui para ir para uma outra reunião que já iniciou e fomos avisados que temos de fazer um resumo da nossa participação.

O Deputado Shirak fará a sua despedida e quero deixar aqui a nossa gratidão pela participação e colaboração dos senhores.

SR. SHIRAK – Também quero agradecer, como integrante da comissão, especialmente aos senhores, aos debatedores convidados, penso que o resultado mais importante que colhemos aqui, evidentemente que antecipadamente até por termos acompanhado conhecíamos a posição do Dr. Ghea, do Professor Porchmann, agora o mais importante é que conseguimos colocar na Mesa a FIESP, o setor acadêmico, o setor político, os trabalhadores e empresários, está aqui a Associação dos produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Esse é o resultado político mais importante. Porque, sei que do ponto de vista marxista é impossível a conciliação entre capital e trabalho, a teoria, mas é necessário que tenhamos um projeto que seja de interesse nacional, pelo menos para defender a soberania, porque se perdeu a soberania nacional, se perdeu a vergonha, aí não tem mais como recuperar, vai perder todos.

Então é necessário, de fato que se tenha esse pacto daqueles que defendem os interesses do povo brasileiro, do cidadão e das cidadãs deste País. Portanto, o que foi mais importante, estar aqui a FIESP, através do seu Vice-presidente, o setor acadêmico, o setor político, o setor representante dos trabalhadores, para que possamos começar a construir aquilo que poucos destruíram. Tem que haver muitos para poder construir aquilo que poucos estão destruindo.

Muito obrigado a todos.

SR. JAMIL MURAD –Está encerrada a reunião.

18.05.2000

- Jamil Murad – Deputado. Coordenador do grupo temático Trabalho e Emprego
- Vanderley Siraque – Deputado. Relator do grupo temático Trabalho e Emprego
- Walter Barelli – Secretário de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo
- Jorge Eduardo Levy Matoso – Professor titular do Instituto de Economia da UNICAMP
- Clarice Seibil - Diretora titular do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp
- Alexandre de Freitas Barbosa – Economista-técnico do Disepe, representando a CUT Nacional
- Arnaldo Gonçalves – Coordenador da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente da Força Sindical
- Junji Abe – Deputado Estadual
- Pedro Paulo Martoni Branco – Ex-Diretor Executivo da Fundação SEADE
- Nivaldo Santana – Deputado. Presidente da Comissão de Relações de Trabalho da Assembléia Legislativa
- Edson de Oliveira – Sindicato dos Bancários de São Paulo
- Vanderley – Federação dos Químicos do Estado de São Paulo
- Vanderlei Roberto dos Santos – Secretário-Geral do Sindicato Geral dos Frentistas
- Manoel Gaspar – Prefeito de Tupã
- Narciso – Sindicato dos Vidreiros do de São Paulo
- Sonia Barosi – Associação dos Funcionários da Emplasa
- Ernesto – Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul
- Luiz Ricardo – Sindicato das Costureiras
- Reinaldo – Secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Correio de São Paulo

SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – O Fórum São Paulo Século 21, nesta manhã, realiza mais um seminário, cujo tema é “Desenvolvimento com Trabalho e Salários Dignos para Todos”. A coordenação do Grupo Temático Trabalho e Emprego é do Deputado Estadual Jamil Murad e o relator é o Deputado Vanderlei Siraque.

Em nome do Deputado Vanderlei Macris, Presidente da Assembléia Legislativa e do Fórum São Paulo Século 21, e do Deputado Arnaldo Jardim, relator-geral desse Fórum, damos as boas-vindas a todos.

Convidamos o Dr. Walter Barelli, Secretário de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, para que faça parte da mesa, assim como o Dr. Jorge Eduardo Levy Matoso, Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp; a Dra. Clarice Seibil, Diretora titular do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp; o Sr. Alexandre de Freitas Barbosa, economista-técnico do Desep, nas áreas de mercado de trabalho e política de emprego e renda, representando a CUT Nacional; e o Sr. Arnaldo Gonçalves, coordenador da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente da Força Sindical.

Queremos registrar e agradecer a presença do Exmo. Deputado estadual Junji Abe, que muito nos honra.

Para dar início a este seminário, passamos a palavra ao Exmo. Deputado Jamil Murad, coordenador deste Grupo Temático.

SR. JAMIL MURAD – O Deputado Siraque e eu nos sentimos honrados com a participação dos senhores neste importante seminário, que trata do trabalho e emprego no Estado de São Paulo.

Inicialmente, queremos agradecer a presença e participação do Dr. Walter Barelli, Secretário de Emprego e Relações de Trabalho do nosso Estado, do Professor Jorge Matoso, autor do livro “O Brasil Desempregado”, que deverá ressaltar na sua palestra o tema “Determinantes e Limitantes das Políticas de Emprego”; da Dra. Clarice Seibil, diretora da Fiesp, que se tem pronunciado

inúmeras vezes pela grande imprensa sobre esse tema; do Dr. Alexandre, do Desep, que representa aqui a Central Única dos Trabalhadores; do nosso colega Jungi Abe que veio prestigiar esse evento e, mais do que tudo, a participação de todos os senhores.

O desemprego é uma tragédia nacional. No primeiro seminário, analisamos as causas do desemprego, e neste queremos analisar propostas para sairmos dessa crise; rumos e políticas que possam criar empregos, resolver o problema do trabalho não só de imediato, mas de uma forma mais duradoura, para que não venhamos a sofrer novamente o que estamos sofrendo nesses últimos 20 anos e, particularmente, nesta década.

Sem o trabalho, o ser humano fica desestruturado. Quero lembrar, para iniciar este seminário, um reportagem que saiu nos grandes jornais de São Paulo esta semana, na qual uma professora desempregada, não podendo mais fazer a feira, não podendo mais pagar a luz e outras despesas comuns de uma família, pegou o endereço de três firmas que contratavam pessoas. Só que o desespero e a frustração de procurar, durante meses, emprego sem nada encontrar eram tão grandes que ela pensou, caso não conseguisse um emprego desta vez, em assaltar um banco. Deste modo, ela pegou uma garrucha do seu avô, que já havia falecido, e a colocou da bolsa.

Como costuma acontecer com milhões de trabalhadoras e trabalhadores, ela não encontrou emprego. Então, partiu para aquela hipótese que não é a solução, ou seja, foi assaltar um banco. Chegou em uma agência no Paraíso, próximo à Avenida Paulista, e procurou o gerente, dizendo ser aquilo um assalto e querer 500 mil reais. Ele começou a conversar com ela, argumentando ser uma quantia muito grande, e ela baixou o valor para 300.

Acredito que ele tenha percebido que ela não era uma assaltante, que não tinha prática, não sabia como fazer um assalto. Ele, então, pediu que ela esperasse porque iria buscar o dinheiro. Obviamente, ele foi chamar a Polícia, que, ao chegar,

encontrou a pobre professora desesperada, comendo uma maçã. No dia seguinte, felizmente, o juiz mandou libertá-la para responder em liberdade.

Ela disse haver cometido uma loucura. Mas essa loucura felizmente não teve conseqüências maiores, como uma pessoa ferida ou morta. Só que deve haver milhares de pessoas que, em decorrência da mesma loucura, provocam acidentes com vítimas, deixando suas famílias em situação pior do que a anterior. Quem comete um homicídio ou uma tentativa vai preso, e a família continua sem os meios de sobrevivência.

Já relatei esse fato várias vezes durante a semana, porque fiquei chocado. Não é possível tratar o desemprego como um número; não é possível tratar esse problema do trabalho como uma estatística, sem analisar as conseqüências dramáticas para o trabalhador, sua família e a sociedade.

Por isso, esse tema é extremamente importante, e gostaríamos de agradecer mais uma vez o valor que os senhores estão dando a ele. A presença de todos mostra o significado desse drama para o nosso povo, e contamos com todos para ajudar a buscar uma saída.

Ouviremos aqui pessoas altamente credenciadas que respondem não por si, mas por instituições extremamente importantes na sociedade. Temos a presença de Secretário de Estado, de professor da Universidade de Campinas – o Professor Jorge Matoso -, da “poderosa Fiesp”.

O Dr. Geya, que esteve aqui no outro seminário, fez uma excelente explanação, dando opiniões importantíssimas. Naquela ocasião, o Deputado Nivaldo Santana fez referência ao poder da Fiesp, o Professor disse, numa brincadeira, que o poder agora estava na Febraban, não mais na Fiesp, referindo-se à política do governo.

Continuando, queremos agradecer à Central Única dos Trabalhadores e às lideranças políticas e sindicais de categorias importantes, que aqui comparecem não só para se enriquecer com o que será exposto, mas também preocupadas em buscar o caminho para resolver esse problema.

Esse é o tema do nosso debate de hoje. Cada expositor terá 20 minutos, e começaremos com o Dr. Walter Barelli, nosso Secretário. Posteriormente ouviremos o Dr. Jorge Matoso.

SR. WALTER BARELLI – Quero saudar os Deputados Jamil Murad e Siraque, meu companheiro Junji Abe, meus companheiros de Mesa – Clarice, Jorge e o Alexandre da CUT -, os dirigentes sindicais presentes, sempre interessados pelo que é importante, e demais pessoas que atenderam ao convite do Fórum para esse debate.

Eu sou um dos integrantes da sociedade do Fórum Século 21. A nossa primeira sessão pública do Fórum, como o Deputado Jamil falou, foi para apresentar as causas do desemprego, ou seja, por que temos um desemprego tão grande no Estado de São Paulo. Representantes da sociedade – como Geya da Fiesp, Jorge Matoso, Alexandre, Márcio Porchmann da Unicamp, um dos principais economistas do trabalho pelos seus estudos e pela presença constante no debate sobre a economia do trabalho, e outros – trataram das causas.

No Fórum de hoje, a idéia é apresentar propostas e soluções para o desemprego no Estado de São Paulo. Todos aqui sabemos que a economia e a sociedade brasileira vêm passando por profundas mudanças na década que está por terminar.

A abertura do comércio no começo dos anos 90 e o aumento da concorrência desestruturaram todos os setores de atividades e forçaram sua rápida atualização tecnológica e organizacional.

A recessão do início da década e o grande desemprego gerado foram logo seguidos pela experiência da estabilização da moeda, que desnudou uma série de ineficiências que se encontravam escondidas pela superinflação.

Não só as empresas, mas também várias estâncias dos governos tiveram de enfrentar novas verdades e repensar suas atribuições e formas de ação, que também trouxeram dúvidas e inseguranças a todos agentes econômicos.

O Estado de São Paulo, mais do que qualquer outra Unidade da Federação, vem sofrendo as conseqüências dessas transformações. Com uma participação em torno de 36% do PIB nacional, a economia do nosso Estado tem uma agricultura desenvolvida, uma indústria diversificada e tecnologicamente avançada – temos mais de 40% do total da indústria nacional; um setor de serviços dos mais sofisticados, mesmo em termos internacionais -; uma infra-estrutura extensa, interligada – é o Estado que mais tem rodovias, hidrovias -, o sistema de comunicação mais aperfeiçoado, universidades já instaladas, com competência científica e tecnológica – uma das glórias do Estado de São Paulo foi a descoberta do genoma que os cientistas reunidos em torno da Fatesp fizeram -; tem mão-de-obra qualificada – os melhores trabalhadores estão aqui; tem uma educação formal de qualidade, competência empresarial.

Todos esses fatores são relevantes, formam uma economia regional altamente competitiva. Além de tudo isso, somos o principal mercado do país.

Não obstante tudo isso, e certamente por causa disso, São Paulo também é a região que mais tem sofrido e acumulado as mazelas geradas por essas rápidas transformações, em particular a sua manifestação na forma do desemprego e nas formas precárias de emprego.

Em grandes números, o Estado tinha, em 1998, segundo pesquisa de condições de vida feita pelo governo do Estado, por meio da Fundação Seade, cerca de 2,2 milhões de desempregados. Desses, cerca de 1,6 milhão concentrado na região metropolitana de São Paulo e, aproximadamente, 1 milhão só na capital.

O governo do Estado vem enfrentando essa situação no limite de suas capacidades e competências. Assim, em nenhum momento deixou de atuar na atração e no incentivo aos investimentos privados. Segundo levantamento de uma fonte privada, Banco Bozzano Simonsen, 30% do fluxo de investimentos privados no Brasil tem como destino o Estado de São Paulo.

De 1995 a 1998, somam 70,3 bilhões de dólares os investimentos anunciados no Estado. Em 1999, já foram contabilizados outros 23,9 bilhões de dólares.

Estamos, por dias, para alcançar a vinda de 100 bilhões de dólares em investimentos para o Estado.

É hoje patente a retomada dessa capacidade de investimento do governo do Estado de São Paulo: as inversões na recuperação da malha rodoviária, no rodoanel, na hidrovía, no gasoduto Brasil-Bolívia etc.

Não menos importante foi a política de privatização e concessões que alavancou investimentos de vulto em setores intensivos, em capital e que o Estado teria dificuldade de manter no ritmo necessário.

Finalmente, os elevados investimentos em educação, capacitação científica e tecnológica, capacitação profissional, capacitação em saúde e investimentos em saúde, saneamento, transportes, principalmente Metrô e CPTM.

Esse tremendo esforço do governo do Estado de São Paulo não se constitui em iniciativa isolada; há uma visão estratégica do governo consubstanciada no Plano Plurianual 2000-2003, democraticamente submetido a esta Casa e aprovado por ela.

Como é público, o PPA definiu toda a estratégia a partir dos seguintes critérios: geração de empregos, segurança e justiça social, desenvolvimento humano e competitividade. Portanto, todos os órgãos do governo têm como objetivo perseguir na sua ação e programas a geração de empregos, promotora da segurança e da justiça social, buscando a promoção do ser humano num ambiente de competitividade sistêmica, única possibilidade de promoção consistente da cidadania plena e de, na atualidade, conseguir-se um desenvolvimento sustentado.

Esta Assembléia aprovou que, a partir desse Plano Plurianual de Investimentos, a regra de tudo que vai ser feito terá de ser a geração de emprego para a segurança e justiça social, o desenvolvimento humano e a competitividade.

Dito tudo isso, quero ressaltar a importância da criação da primeira Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, que data do primeiro dia da primeira gestão do governo Mário Covas. Essa criação demarcou a preocupação e o compromisso deste governo com tão tormentosa questão que, em regra, espanta e afugenta os

políticos sem estatura de estadistas e homens públicos conscientes da missão delegada pelo voto popular.

Com a visão que já nos dias de hoje e mais ainda no Século 21, para o qual esta Casa nos está preparando, a promoção e o desenvolvimento do capital humano dos paulistas será o grande diferencial que demarcará nossas possibilidades de sonhar com um futuro melhor.

É nessa direção que programas e ações da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho estão concentrados; nas várias modalidades de capacitação, no incentivo ao associativismo, ao empreendedorismo, aos micro e pequenos negócios altamente geradores de emprego; nas ações que dão maior transparência ao mercado de trabalho, ampliem as oportunidades dos jovens, mulheres e outros públicos-alvos de algum tipo de discriminação, como, por exemplo, os portadores de deficiências; além de privilegiar e estimular as ações descentralizadas em parceria com entidades interessadas e com a participação social na concepção, no acompanhamento e na avaliação de todas as nossas ações.

Agora que já é possível mostrar um governo que considera o emprego uma das razões da sua existência, quero mostrar o que já se consolidou desse modelo de intervenção estadual na área da geração de empregos.

Temos duas grandes políticas, e hoje a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho deixa de ser uma Secretaria que não interfere nos assuntos da sociedade e passa a trabalhar com a sociedade.

Primeiramente, a Secretaria obedece ao caráter tripartite que temos na concepção no mundo do trabalho, que vem desde a OIT, Organização Internacional do Trabalho, passa pelo Condephaat, um organismo tripartite por legislação federal, e foi trazida para os Estados, durante minha passagem pelo Ministério do Trabalho, por meio das Comissões Estaduais de Emprego, em que estão presentes os trabalhadores, os empresários e os governos, para pensarem a situação de

emprego, e as Comissões Municipais de Emprego, que já estão em mais de 330 municípios do Estado de São Paulo.

Para se ter uma idéia da força desse movimento, não temos mais um sistema governamental; temos um sistema público de emprego funcionando. A linguagem de todos os membros desse sistema é a mesma, ou seja, queremos a geração de emprego e renda no Estado. E estamos todos ativos – sindicalistas, líderes empresariais e governo – na busca de saídas, a partir das condições de cada município.

O exemplo mais eloqüente é que este ano vamos possibilitar cursos de qualificação nos municípios para aqueles tipos de profissões em falta. Pelo programa municipalizado de qualificação 2000, o município, por meio da sua Comissão Municipal de Emprego, diz qual o curso que emprega no município.

Foi feito um concurso de projetos, cuja apreciação termina no próximo dia 30, e os cursos terão de ter conseqüências: não queremos desempregados ilustrados, queremos cursos de qualificação que empreguem. Isso por causa do modelo público que temos de gestão da geração de emprego e renda no governo do Estado de São Paulo.

Hoje, já é possível falar de resultados; já é possível mostrar números. Quando se começou, dizia-se que ia ser a Secretaria do Desemprego. São duas grandes políticas, sendo uma de empregabilidade. Graças aos meios que a informática torna disponíveis e que a Internet torna ágeis, hoje temos 105 postos de atendimento ao trabalhador no Estado de São Paulo.

Nas unidades da região metropolitana e do interior do Estado já foram atendidos mais de 1,5 milhão de pessoas, que vão lá para se cadastrar para uma vaga, participar de um curso de qualificação, tirar carteira de trabalho, ter orientação trabalhista. Neste ano, vamos atender mais 860 mil – está no Plano Plurianual. Tudo que estou falando aqui já foi aprovado pela Assembléia; é o Plano Plurianual. A previsão é de atender mais de 2 milhões de trabalhadores desempregados ou no primeiro emprego nos próximos anos.

A outra grande questão é a formação profissional. Temos neste Fórum a participação de grandes parceiros nossos. Por meio dos recursos do FAT e apoiados num sem-número de entidades da sociedade civil, já oferecemos oportunidade, para obter algum tipo de capacitação, a cerca de 900 mil trabalhadores.

Este ano, com os recursos do FAT, vamos atingir mais 300 mil trabalhadores desempregados, ou seja, já são 1,2 milhão de trabalhadores que passaram por essa política ativa de emprego. Estamos intervindo, decididamente, no mercado de trabalho do Estado de São Paulo. Dentro da formação profissional, a grande novidade é atacar uma outra causa do desemprego, que é o desemprego do jovem. O jovem não arruma emprego porque a empresa aqui fora diz que ele não tem experiência e para voltar quando a tiver, que haverá vaga. Como ter experiência se ele não tem oportunidade de emprego?

Qual a engenharia que nós do governo do Estado fizemos? Vamos pagar para que as empresas dêem oportunidade aos jovens para adquirirem a experiência. O programa Jovem Cidadão, Meu Primeiro Trabalho vai dar a oportunidade de 270 mil jovens terem experiência de trabalho. Serão quatro horas de estágio, e eles receberão 130 reais, sendo que, desse valor, o Estado paga 65 reais.

Temos de intervir. Faltou emprego para o jovem? Nós temos saída. Temos de intervir sempre com políticas ativas e o governo do Estado está atuando nessa direção.

A outra política importante, dentro dessa concepção nova da atuação de um governo sério na geração de emprego e renda, é a chamada política de empregabilidade.

Jorge Matoso, um estudioso da questão da automação desde o tempo que trabalhou comigo no Dieese – depois fomos companheiros no Sesite – sabe que, hoje, um emprego assalariado não é mais a regra.

Estávamos discutindo há pouco com o pessoal do vestuário aqui presente como fica o emprego autônomo, como as coisas estão acontecendo nesse setor. Para se desenvolver novas atividades é preciso investir também na geração de emprego e renda.

Na questão da geração de emprego e renda, o governo do Estado tem um programa, o único a empregar efetivamente, que se chama Programa de Auto-Emprego – PAE.

Esse programa foi baseado em uma metodologia desenvolvida por um grande brasileiro, exilado em 1964, chamado Clodomiro Morais, que hoje é candidato ao Prêmio Nobel Alternativo da Paz, indicado por todas as universidades da América Central e por muitas das universidades que integram a Fundação Unitrabalho no Brasil.

Clodomiro Morais desenvolveu um método que acredita nas pessoas. Inclusive, ele esteve na prisão em Pernambuco junto com Paulo Freire. No seu período de exílio, desenvolveu uma metodologia de capacitação que, em pouco tempo, desperta aquela capacidade que todos temos de ser empreendedores.

Hoje, já temos 550 empresas de caráter associativo, de caráter cooperativo, em 85 municípios no Estado de São Paulo. São empresas constituídas, no modelo paulista, nas periferias, junto da pobreza. Começou em Franco da Rocha e Francisco Morato, foi para o Pontal do Paranapanema, para o Vale do Ribeira e, hoje, está nas regiões metropolitanas. Mais de 15 mil pessoas já foram atendidas e, por meio desse programa, as pessoas saem com uma profissão e organizadas em empresas.

Para finalizar, quero citar mais dois grandes programas. Um deles é o Banco do Povo, hoje a única experiência de crédito popular, com intervenção do Estado, presente em 44 municípios. Amanhã, o Banco do Povo será instalado em São Bernardo do Campo.

Ele já liberou 2.900 financiamentos, num total de 6 milhões de reais, que beneficiaram cerca de 10.500 pessoas e com a menor taxa de juro da praça, 1% ao

mês. Como o pagamento é feito pela tabela Price, a taxa de juros anual é de 6,6%, 1% ao mês, na forma de capitalização.

Esse Banco do Povo, que vai atingir todos os municípios, está apoiando exatamente o pequeno empresário e criando emprego, porque quem cria emprego é o pequeno empresário, que tem a vocação de crescer.

O Banco do Povo é uma grande realização. Já é o maior do país em termos de municípios; é um dos maiores em termos de empréstimos já aplicados e, como é um fundo rotativo, só tende a crescer.

Inicialmente, demorou oito meses para aplicar 1 milhão; depois, quatro meses para aplicar o outro milhão; depois, dois meses; agora, foi um mês. Com a entrada de São Bernardo, que vai ser a primeira grande cidade com o Banco do Povo, certamente, a cada 15 dias, estaremos emprestando 1 milhão para quem nunca vai ao banco, para quem é desprezado pelos bancos.

“É um banco que não tem banqueiro”, como diz o governador Mário Covas, um banco sem burocracia, um banco que acredita no povo.

Para encerrar, quero colocar a visão de estadista do nosso governador. Desemprego não se cura somente com todas essas políticas ativas ou com tudo isso; as transformações produtivas que estamos vivendo e outras medidas tomadas no âmbito macroeconômico não levam a que os empregos apareçam. Então, é preciso haver uma saída para o desempregado.

Com o apoio desta Casa, foram aprovadas as frentes de trabalho para 50 mil trabalhadores. A avaliação era dos desempregados que tinham, pelo menos, um ano de desemprego. A frente de trabalho lhes deu uma bolsa de qualificação – 150 reais, quando o salário mínimo era de 136 -, e um seguro contra acidentes, mas o que eles mais apreciavam era poder voltar a trabalhar, prestando serviços públicos.

Este Estado teve a coragem, com o seu recurso, o do orçamento, de intervir onde o desemprego não tinha saída – era desemprego prolongado; mais de um ano -, com tal programa, atuando dessa maneira.

Há saída, sim, como o nosso Fórum se propõe a apresentar. O governo do Estado de São Paulo mostra, por meio da sua Secretaria, criada exatamente para esses programas, soluções possíveis de serem mensuradas e que integram o Plano Plurianual de Investimentos aprovados por esta Casa. Muito obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Queremos agradecer ao Dr. Walter Barelli, Secretário de Emprego e Relações do Trabalho, pela sua exposição.

Queremos registrar a presença do Deputado Nivaldo Santana e convidá-lo para compor a Mesa, mesmo que tenha de ausentar-se antes do término da nossa reunião.

Registro também a presença do Pedro Paulo, que presidiu o Seade por muito tempo.

Para compor essa Mesa, procuramos lideranças que tivessem opiniões diferenciadas para poder confrontar rumos. O Dr. Walter Barelli apresentou o programa do governo estadual como solução do problema de emprego no nosso Estado. Dentro dos limites, que estamos verificando serem grandes, Dr. Barelli, o programa foi apresentado com maestria.

Eu gostaria de fazer um comentário. Aprovei aqui uma lei que proibia a instalação de *self-service* nos postos de gasolina. Foi vetada, a Assembléia derrubou o veto e tínhamos que pô-la em prática. Na rede Carrefour, em alguns postos Esso e Shell, começaram a ser colocadas bombas automáticas e dispensados os frentistas. Isso gerava um desemprego de 60 mil pessoas no Estado e 300 mil no país. A minha lei era estadual.

O Dr. Barelli ajudou nesse processo, junto com o DRT e, depois, com o Ministro Dornelles, a fechar os postos que estavam usando o *self-service*; depois, em Brasília, o Deputado Aldo Rebelo aprovou uma lei nacional. Isso garantiu, em São Paulo, 60 mil empregos, e 300 mil no Brasil. Falávamos que modernidade não é dispensar o trabalhador, mas sim procurar dar dignidade a ele.

Agora, passamos a palavra ao Dr. Jorge Matoso, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. É com muita honra que o apresentamos também como o economista coordenador de um programa econômico para a oposição, encabeçada pelo Lula, PT, PCdoB, PSB, PDT. Portanto, ele tem outra visão sobre a política econômica, sobre a realidade em que vivemos.

O Dr. Matoso falará sobre determinantes e limitantes das políticas de emprego no Estado de São Paulo, e, desde já, queremos agradecer a sua participação.

SR. JORGE EDUARDO LEVY MATOSO – Muito obrigado, Deputado Jamil Murad. Antes de qualquer coisa, gostaria de parabenizar a Assembléia Legislativa, na figura dos Deputados Junji Abe, Siraque e Jamil Murad, pela iniciativa da organização do Fórum São Paulo Século 21.

Esta é a segunda reunião deste Grupo Temático. Na primeira, foi realizada uma discussão aprofundada sobre as causas desse mal que se expande pelo país, ao longo da década de 90. Hoje, estamos aqui para discutir questões referentes às possibilidades, propostas e soluções de políticas de emprego para o Estado de São Paulo.

É um prazer estar na Mesa ao lado da Clarice Seibil, da Fiesp, dos ilustres Deputados, do representante da CUT, Alexandre Barbosa, e do Secretário do Trabalho, Walter Barelli, amigo e companheiro de longa data.

Desnecessário dizer da trajetória do Barelli na defesa das questões de trabalho e no esforço extraordinário em um país que tem descrédito em relação às questões do trabalho na conformação do sistema público de emprego.

Vou fazer aqui, talvez, uma outra discussão. Tentarei mostrar as políticas de emprego, seja no Estado de São Paulo, seja em outros Estados; tenho feito essa discussão sistematicamente em vários Estados e municípios.

Na verdade, essas políticas de emprego e as que os municípios e, sobretudo, os Estados têm desenvolvido, principalmente, são políticas ativas – aqui o Professor

se referiu a três delas: a política de emprego para jovens, a política de auto-emprego do Banco do Povo e a política de frente de trabalho -, diretas e importantes de serem desenvolvidas. Essas políticas estão supeditadas a dois elementos.

O primeiro diz respeito às demandas, às extraordinárias demandas que a sociedade paulista e brasileira tem quanto ao emprego.

O segundo elemento são as possibilidades permitidas pelo governo federal e governo estadual, que são extremamente limitantes dos gastos sociais, extremamente limitantes na possibilidade de essas políticas assumirem um papel ainda mais expressivo, capaz de responder à altura daquelas demandas.

De que demandas estamos falando? Estamos falando de uma situação da mais extraordinária gravidade. Sabemos o que ocorreu na década de 90. Tivemos uma década que foi mais perdida do que a perdida; ao longo da década de 90, a taxa de desemprego mais do que dobrou; tivemos, uma perda de 3,3 milhões de postos de trabalho formais no Brasil, e o Estado de São Paulo foi um grande incentivador dessa perda. Tudo isso ao mesmo tempo em que ingressam no mercado de trabalho 1,5 milhão de trabalhadores por ano.

Ou seja, ao longo da década, quando deveriam ter sido criados cerca de 15 milhões de empregos formais, foram diminuídos 3,3 milhões. Ao mesmo tempo, houve uma expansão extraordinária do emprego informal e da precariedade do mercado de trabalho, que o próprio Secretário apontou com razão.

Hoje, em termos de Brasil – e isso é grave para o Estado de São Paulo e, sobretudo, para a região metropolitana de São Paulo -, poderemos dizer que, grosso modo, temos, em cada cinco pessoas, um desempregado, dois precarizados, dois em trabalho informal.

Ou seja, três, em cinco, sem contribuir com o INSS, com o Fundo de Garantia ou qualquer Fundo baseado na folha de salário. De cada cinco trabalhadores, três estão ou desempregados ou em trabalhos precários e não contribuindo. Isso é extraordinariamente grave.

O Secretário também apontou os dados de 98, que indicavam 2,2 milhões de desempregados, sendo 1,6 milhão na Grande São Paulo. Efetivamente não existem dados referentes ao ano de 1999, mas se pode, mais ou menos, aferir que teríamos, ao final de 1999, entre 2,5 e 3 milhões de desempregados no Estado e 1,8 milhão ou mais na Grande São Paulo, sem ocorrer em grande erro.

Por que isso ocorreu? É importante retomarmos esse ponto, ainda que brevemente. Foi dito, no início, que isso não era problema, não era grave. Na verdade, o problema foi negado. Logo depois, esses problemas foram avaliados como passageiros, localizados regionalmente, inevitáveis.

Em seguida, foram ditas coisas mais graves, isto é, que o problema era consequência da inovação tecnológica, de problemas estruturais. Se o problema fosse inovação tecnológica, por que os Estados Unidos estão com 4% de desemprego? Por que o Japão, depois de uma década de crise, tem menos de 5% de desemprego?

Se o problema fosse tecnológico, significaria que o Brasil é um país muito “inovador”, que tem uma geração tecnológica muito intensa? E mais intensa que os países desenvolvidos ou a Europa que, desde 1997, faz cair as taxas de desemprego.

Finalmente, e essa foi a posição do governo federal, foi dito que todos os problemas estavam no campo do mercado de trabalho, como se responsabilizasse os mais fracos; responsabilizando o próprio mercado de trabalho pelas desgraças que se abatiam sobre ele. E as políticas foram simplesmente de flexibilização dos contratos, de intermediação e capacitação.

As duas últimas são importantes, mas terríveis se imaginadas para enfrentar o problema do mercado de trabalho.

Se não foram essas questões, sabemos quais foram as que causaram o desajuste extraordinário do mercado de trabalho na década de 90 no Brasil e no Estado – foi sem dúvida o processo açodado de abertura comercial e financeira

indiscriminado, a sobrevalorização do real que durou até janeiro do ano passado, os elevados juros que permanecem, e as privatizações selvagens.

O resultado já sabíamos. Foi um crescimento econômico extremamente baixo – o crescimento médio anual da década de 90 foi o mais baixo do Século XX. Tivemos um déficit comercial, com a explosão das importações; uma desestruturação produtiva e um processo de desnacionalização muito grave; uma elevação da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Finalmente, tivemos um Estado no plano federal, e isso se refere ao conjunto dos Estados federais brasileiros – não é uma característica única do Estado de São Paulo – que reduziu sua capacidade reguladora e de investimento pelo processo de privatizações.

Basta ver o que foi feito em relação às privatizações, seja do setor elétrico, seja das autopistas, seja do sistema de telecomunicações, e a falta de controle que o Estado tem sobre o aumento das tarifas, aumentando muitas vezes o custo efetivo da mão-de-obra e do custo de vida, medidos pelos diferentes indicadores do aumento da inflação.

Agora, fala-se em cerca de 3%, 4% de crescimento. Eu estou entre aqueles que acreditam que o crescimento é a mola-mestra para enfrentamento das questões de emprego. As políticas ativas são absolutamente dispensáveis – e nisso o Secretário tem toda razão -, mas são totalmente incapazes de, por si só, enfrentar o problema do emprego se não vierem acompanhadas de um crescimento econômico forte e sustentável.

Forte, porque necessita entre 5% e 6% de crescimento ao ano para incorporar 1,5 milhão de pessoas que ingressam no mercado de trabalho. Sustentável, porque precisa de taxas de investimento que assegurem sua expansão e seu crescimento ao longo dos anos.

Esses 3% e 4% que se aventam são efetivamente um movimento consistente. Aliás, é o que tem ocorrido ao longo das décadas de 80 e 90, depois de alguma recessão, de alguma retração da atividade produtiva. Os economistas falam do

stopping go – eles gostam de usar umas palavrinhas difíceis, em inglês de preferência -, que representa uma subida e uma descida do crescimento; um, dois anos, cresce; um, dois anos, retrai.

Na verdade, esse crescimento não é assentado em taxas de investimento que lhe garantam a sustentação ao longo do tempo. Efetivamente, ele pode-se sustentar sobre a capacidade ociosa obtida nos anos de 1998, 1999. Aliás, é isso que está ocorrendo.

Os patamares da produção da indústria de transformação, por exemplo, estão nos níveis de 1996. Então, é possível que a indústria cresça e ela tem demonstrado crescimento. É verdade que no primeiro trimestre de 2000 o crescimento foi menor do que o do último trimestre de 1999. Mas ela pode crescer. E ela cresce ainda sobre a base da capacidade ociosa e sem a sustentação em taxas de investimento apropriadas.

Portanto, 4% é pouco e é mais grave porque não permite incorporar 1,5 milhão de pessoas que ingressam no mercado de trabalho, o que exigiria uma taxa de 5% a 6%. Mais grave, ele não é sustentado; dificilmente será sustentado.

Por que ele não é sustentado? O problema é que, das várias políticas adotadas ao longo da década de 90, só tiramos uma; o resto continua de pé. Contra a vontade do próprio governo federal, foi feita a desvalorização do real no mês de janeiro de 1999. E, contra a suposição daqueles que queriam a sua manutenção, a desvalorização não ocasionou nenhuma explosão inflacionária, nenhuma desestruturação maior da esfera financeira. Ou seja, a desvalorização poderia ter sido realizada muito antes e de forma muito menos desastrada.

Só isso foi alterado. E temos o conjunto de outras políticas que permanecem. Temos uma dinâmica incerta, pois não depende de nós, que é relativamente medíocre se comparada a de 1983, quando houve a desvalorização que deu um empuxo muito grande nas exportações.

Tínhamos os Estados Unidos saindo de uma de suas piores recessões. Só para se ter idéia, em 1984, eles cresceram 7%. Hoje, depois de um longo período,

eles crescem 3%. Em 1984, depois de um período de recessão, havia uma demanda reprimida muito forte. Obviamente, isso impulsionou o crescimento das exportações e o Brasil tinha importações muito menores; tinha uma defesa do mercado muito maior do que tem hoje.

Portanto, a situação é muito diferente. O investimento direto exterior foi muito elevado em 1998, 1999 e tem sido menor em 2000 – em abril, ele foi de 1,3 bilhão, ou seja, 42% menor do que a média do ano passado -, mas continua vindo para a compra de empresas, do Estado ou privadas, dentro do processo de fusões e aquisições determinado pelas altas taxas de juros.

O Estado foi privatizado e vive gerando superávits primários que terminam pressionando extraordinariamente os gastos sociais. Por isso, as políticas ativas de emprego acabam sendo extremamente pequenas diante das demandas.

O Estado de São Paulo gastou, em 1999, 14,4% de suas receitas com juros, encargos e amortizações das dívidas. Quanto foi gasto em políticas de emprego, apesar do extraordinário esforço do Secretário Barelli?

As políticas ativas de emprego são absolutamente indispensáveis, mas estão supeditadas às demandas que são extraordinárias e que, hoje, no Estado de São Paulo, representam cerca de 3 milhões de pessoas desempregadas. É difícil avaliar com precisão; precisaríamos de outra pesquisa.

Observem que temos uma política econômica do governo federal e outra do governo estadual. No acordo com o FMI, o governo federal tem apenas 10% das receitas comprometidas com juros, porque o governo federal não amortiza dívida.

Enquanto isso, o governo estadual, pela forma de negociação da sua dívida com o governo federal, admitiu em 1999 pagar 14,4% de suas receitas em dívida, juros, encargos e amortização de suas dívidas. Esse é um problema, portanto, a que o Estado de São Paulo e as políticas de emprego estão determinados.

A experiência européia recente mostrou que não adiantam políticas de emprego limitadas se não tivermos crescimento econômico. Faz três anos que a Europa vem crescendo com taxas superiores ao período do acordo de Maastricht, de

1990 a 1996, que impôs uma retração muito forte do crescimento. Houve um crescimento e uma baixa substancial das taxas de desemprego, que estão hoje em torno de 8% depois de terem alcançado quase 12%. Foi uma queda muito acentuada.

Para que as políticas possam ser desenvolvidas muito mais intensamente e possam exercer o papel que merecem no Estado de São Paulo e no Brasil, seria necessária uma outra política macroeconômica no plano federal que assegurasse o crescimento sustentado e a defesa da produção e do emprego nacional; da mesma maneira, que o Estado de São Paulo fosse capaz de ter uma redução substancial do comprometimento de suas receitas com o pagamento da dívida, com o pagamento de juros dos encargos e das amortizações, que, volto a insistir, em 1999, corresponderam a 14,4%.

Finalizando, eu gostaria de insistir que essas três políticas nomeadas e que estão sendo desenvolvidas pela Secretaria poderiam ter muito mais intensidade e muito mais repercussão sobre o mercado de trabalho e sobre a sociedade brasileira. Não que elas não tenham repercussão; seguramente, os 50 mil que foram atendidos pelas frentes de trabalho estão melhor do que se não fossem atendidos por essas frentes. Mas, convenhamos, 50 mil é muito pouco num universo de 3 milhões de desempregados.

Eu, aqui, faço uma crítica muito fraterna ao Secretário, porque sei do seu esforço no sentido de ampliar. Objetivamente, enfrentando a disjuntiva de uma demanda extraordinária, que pode atingir de 2,5 a 3 milhões no Estado, e um programa que prefere pagar 14% de sua receita em juro, não há política efetiva de emprego, não há política ativa que possa dar conta.

Ou seja, se não tivermos outra política, continuaremos, no Brasil, a esperar que crescimento, políticas de emprego e distribuição de renda entrem finalmente na agenda de todos nós. Muito obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Logicamente, as opiniões do Professor Jorge Matoso vêm aquecer o debate. Foi para isso mesmo que o convidamos, para mostrar caminhos diferentes que poderiam ser trilhados.

Queremos convidar agora a Dra. Clarice Seibil, diretora-titular do Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos da Fiesp, que, freqüentemente, tem-se pronunciado na grande imprensa. Portanto, além de empresária, ela acompanha as pesquisas realizadas pela entidade, emitindo opiniões que sempre apreciamos em seus pronunciamentos. Como disse, está representando a Federação das Indústrias, o setor produtivo nacional, que, como foi dito pelos debatedores, tem sido punido por essa política, e São Paulo é dos mais importantes.

O Deputado Junji Abe foi presidente da Comissão da Agricultura da Assembléia, e em uma ocasião ele e eu estávamos na mesma trincheira, na tribuna da Assembléia, protestando contra a importação de brócolis e água mineral da França. Aqui é um país com abundância de água, com grandes rios, mas há uma política macroeconômica que pune o setor produtivo, seja da indústria, seja da agricultura. Então, vemos o comércio falindo – a Casa Centro, o Mappin, por exemplo, foram fechados -, porque o povo não tem dinheiro para comprar nada.

Ouviremos agora a Dra. Clarice Seibil.

SRA. CLARICE SEIBIL – Bom-dia a todos. Deputado, espero estar, em seu nome, cumprimentando a todos os meus ilustres companheiros de Mesa.

Peço desculpas se não tive oportunidade de estar aqui na primeira rodada de discussões a respeito de trabalho. Realmente eu lamento, mas é muito bom estar aqui hoje.

Ouvi com muita atenção o Secretário Barelli, uma pessoa muito querida, a quem respeito muitíssimo, e o Professor Jorge Matoso, cujas idéias compartilho em grande medida, mas acredito que essa questão de visões diferenciadas tem muito a ver com aquilo de olharmos o copo “meio cheio” ou “meio vazio”. A questão é muito

mais essa do que termos opiniões basicamente opostas nesta Mesa. Deputado, se o senhor esperava ter isso da minha parte, acredito que não terá, porque, em muito, comungo com o que foi proposto aqui.

Discordo, infelizmente, do meu companheiro da Fiesp/Ciesp, Dr. Geya, quando ele diz que o poder, hoje, está na Febraban e não na Fiesp. O poder hoje está com todos nós aqui; está com a sociedade civil organizada nas suas mais diversas manifestações, entre as quais se incluem a Fiesp e a Febraban, e todos nós que estamos aqui, representando, de alguma maneira, essa ou aquela entidade.

Na direção da força da sociedade civil, e eu efetivamente acredito nisso, penso que é insubstituível – essa não é uma questão de números; aí vai uma posição, de certa maneira, contrária à do Professor Jorge Matoso -, a questão das políticas ativas.

É justamente por meio delas – seja das políticas ativas, seja das compensatórias – que conseguimos nutrir, alimentar e realimentar esse processo participativo da sociedade civil organizada. Do contrário, tudo fica parecendo que é culpa do governo, que o problema é do governo federal, e o governo sempre como uma entidade muito distante, muito à parte, quando, na realidade, é parte de nós. Ou que a culpa é do governo do Estado, ou do Fundo Monetário, ou do acordo entre os governos – e nós nunca nos colocamos nesse seio.

Acredito que, justamente, as políticas ativas tenham capacidade de ser o combustível. Eu concordo – e creio que, dificilmente, o próprio Secretário discordaria disso – que os números são muito pequenos em relação às necessidades.

Não há dúvida nenhuma de que entre 50 mil de um lado e 3 milhões de outro há uma distância enorme, mas, dentro disso, existe uma alimentação extraordinariamente importante, que é a construção da participação de cidadania.

Mais do que qualquer outra coisa, é esse processo que nos leva a saltos maiores e, quem sabe, aos tais 3 milhões em alguns anos.

Gostaria de dizer que comungo, integralmente, do ponto de vista do Professor Jorge Matoso de que a principal resposta em termos de pujança, em termos numéricos para o emprego, está no crescimento, no esforço comum voltado ao crescimento. Isso não é mérito nem demérito do Estado de São Paulo ou do Brasil, é uma questão compartilhada mundialmente.

O crescimento, aliado a políticas ativas, portanto, à construção de cidadania, a questões relacionadas à flexibilização na legislação tal qual existe hoje ou existiu nos últimos anos, é um conjunto de coisas que está nos levando a um novo posicionamento.

Não desprezo esse conjunto e acrescento a ele a concorrência trazida pela tal da abertura. Se foi exacerbada ou não, se rápida demais, se foi no tempo, não quero entrar no mérito. Tenho aprendido na atividade empresarial e na representação empresarial que a concorrência nos leva a abrir caminhos em vias jamais pensadas.

O não-mudar de lugar, o não-ceder de lugar, dá vez a uma nova visão de mundo, a uma nova referência, a novas negociações, a novos processos de negociação sem perder de vista o que se quer. E, no fundo, o que se quer é melhorar a qualidade de vida, aumentar o grau de qualidade de vida do maior número de pessoas possível, e reduzir esse extraordinário fosso que temos no que se refere à distribuição de renda no país.

É isso que esperamos. No final das contas, é onde queremos chegar. Sem perder de vista para onde vamos, a travessia se alarga bastante quando incluímos uma concorrência entre os elementos que nos mobilizam e nos dão o sentido de urgência para atingirmos a meta que nos impomos e a direção que tomamos.

Dito isso, gostaria de passar alguns números. Provavelmente, vou “chover no molhado”, porque os senhores devem estar cansados de ter números dessa natureza, mas são os mais recentes de que dispomos em relação a emprego formal na indústria do Estado de São Paulo, a partir de pesquisas semanais realizadas junto a 47 sindicatos da indústria de transformação do Estado de São Paulo.

Tivemos, no mês de abril, uma recuperação de, aproximadamente, 2.200 postos de trabalho. Essa é a recuperação de postos de trabalho, na indústria de transformação no Estado de São Paulo. O acumulado no ano 2000, de janeiro a abril, monta a apenas 8.615 postos de trabalho nessa indústria de transformação, o que corresponde a um crescimento de 0,54% no nível de emprego industrial.

São 47 os sindicatos que respondem a essa pesquisa e, no mês de abril, tivemos um desempenho positivo representado por 27 sindicatos, estabilidade por parte de 7, e 13 deles apresentaram desempenho negativo.

Em uma olhada um pouco mais ampla, esse é o comportamento de maio de 1999 até abril do ano 2000, no que se refere a emprego industrial, de acordo com essa pesquisa do mercado formal.

Esta é a curva que temos. A linha rosa é o zero, que nem cresce nem decresce; nos últimos 12 meses, temos trabalhado em torno desse zero, ou seja, o mercado não está melhorando nem piorando, mas em janeiro de 2000, estamos começando a lidar com uma situação que não víamos há muito tempo, por incrível que pareça.

Mesmo numa escala muito pequena, mesmo com esses números praticamente irrisórios, é muito importante para cada um que recuperou o posto de trabalho. Realmente, em termos macro, em termos agregados, em termos de Estado de São Paulo, isso é ínfimo, mas a mudança de tendência é muito importante.

Aqui temos a comparação do comportamento dos meses de abril de 1996 a 2000. Mês de abril é um mês em que, relativamente, estamos livres do tal período no qual o Brasil está “descansando em berço esplêndido”, que é de janeiro a março. Tradicionalmente, tudo no Brasil começa a partir de março. E o ano vai de março a novembro, particularmente, no que se refere à indústria.

Abril, portanto, é um mês mais normal, digamos assim, para a indústria. E essa é a comparação que temos para os cinco meses de abril nestes últimos anos. É a primeira vez que temos, por mais insignificante que seja em termos numéricos,

um crescimento do nível de emprego industrial em São Paulo, quando, nos outros anos, esse comportamento sempre foi negativo; ou seja, sempre se perdeu posto de trabalho, em termos líquidos, e agora temos essa reversão, em que se recupera mais do que se perde.

Olhando um pouco mais longe do que isso, nos últimos dois anos – de maio de 1998 a abril de 2000 -, tivemos um comportamento sempre negativo até junho de 1999, quando começamos a ter um comportamento que oscilou em torno do zero, nem para cima nem para baixo; a partir de janeiro de 2000, estamos com esses números positivos e com a sinalização de uma consistência. Parece que veio para ficar.

De acordo com os dados de janeiro a abril dos últimos cinco anos – de 1996 para cá -, também é a primeira vez que temos um acumulado positivo de quatro meses, por menor que seja, contra valores sempre negativos nos anos anteriores.

Aqui temos o mês a mês dos últimos cinco anos; é uma maneira mais complicada de olhar a mesma coisa. Nós estamos melhor do que jamais estivemos em mês nenhum nesses últimos cinco anos. Alguma coisa deve estar sinalizando isso.

Em termos numéricos, tivemos em 1995 uma perda de praticamente 143 mil postos de trabalho na indústria de transformação no Estado de São Paulo; em 1996, a perda foi de quase 150 mil; em 1997, foram 113 mil; em 1998, mais 133 mil; em 1999, melhorou um pouco, mas, mesmo assim, perderam-se quase 60 mil postos; nos últimos meses, os números estão positivos, mas olhem a ordem de grandeza do que estamos recuperando e do que perdemos.

Aqui temos um gráfico mais longo, de junho de 1994, início do Plano Real, até 2000. Tivemos uma caída de pára-quadras de maio de 1995 em diante, e isso só começou a melhorar recentemente.

Observem a sensibilidade da melhora, ou seja, quase não dá para perceber, mas é uma mudança de tendência. Nós não trabalhamos apenas com os dados de emprego, mas com vários outros dados vindos do INA – Indicador do Nível de

Atividade na indústria de transformação paulista -, um indicador que a Fiesp produz há muitos anos, desde 1975.

Quando assumi o Departamento de Economia e Pesquisa da Fiesp, há cerca de um ano e meio, procurei priorizar o tratamento metodológico dado a esse indicador para que ele conseguisse ser duas coisas: primeiro, o mais voltado para o futuro, de modo que tivéssemos uma indicação de como vai ser o futuro, o que ele está indicando em termos de nível de atividade da indústria de transformação paulista; segundo, relacionar esse futuro da atividade paulista com as indicações sobre emprego.

Muito embora não trabalhem com projeções para emprego, pois os nossos dados são sempre olhando para trás – estamos vivendo o mês de maio e eu estou trazendo o mês de abril -, para o caso da atividade industrial eu já tenho projeção até o final do ano.

Pela projeção do final do ano e pela projeção dos próximos meses, no indicador de nível de atividade da indústria de transformação, em 11 setores que acompanhamos sistematicamente a cada mês, tenho condição de fazer uma certa relação, sujeita a erros, com o nível de emprego.

Com a nossa equipe do Departamento e com os demais membros da diretoria de Economia e de Pesquisa, fazemos a cada mês uma tomada de opinião perante uma mostra representativa da indústria, incluindo empresas de todo porte, operando nos 11 setores que acompanhamos na atividade da indústria de transformação. Com isso, temos condição de cruzar os resultados das pesquisas de opinião, de um lado, com o levantamento de conjuntura e o indicador do nível de atividade, que são dados quantitativos, de outro, olhando para a frente.

Para concluir, cruzamos isso com os dados da pesquisa de emprego, além de todos aqueles que acompanhamos, seja pela Seade – Pedro Paulo teve uma sabedoria enorme para me iniciar nesses dados -, seja pelos advindos do próprio Ministério do Trabalho – com o Ministro Dornelles, inclusive, trocamos informação

regularmente – seja pelos dados da Secretaria de Emprego do Estado de São Paulo, seja pelo IBGE.

Enfim, nós usamos uma série de fontes, comparamos, fazemos análise de sensibilidade, análises comparativas do que cada um está indicando, e essas coisas todas estão-nos dizendo que há uma forte suspeita, boa, de que a mudança de tendência veio para ficar.

Crescimento tem a ver com inúmeras variáveis, e quero fazer referência ao que foi dito anteriormente.

Capacidade ociosa, existe? Sim. Ela existe, mas não é comum a todos os setores no Estado. Temos um setor químico que já está trabalhando com capacidade quase plena, 85% da capacidade instalada; temos um setor têxtil também trabalhando nesse mesmo nível médio nos últimos 12 meses. Não é nível máximo de capacidade instalada, mas médio. Temos um setor de papel e papelão trabalhando ao nível médio de utilização de capacidade instalada nos últimos 12 meses na ordem de 90%.

Pelo menos nesses três setores, alguns têm crescido no primeiro trimestre do ano 2000 acima de 5% – o que é bastante significativo -, com nível de utilização de capacidade instalada bastante elevado, significando que, para crescer mais, precisa-se de novos investimentos.

Alguns desses investimentos estão acontecendo. No setor têxtil, isso é verdade, até porque é um setor com muito maior flexibilidade do que o setor químico, por exemplo, onde os investimentos são de porte muito mais significativos em relação ao total do capital das empresas, do capital societário. Essa questão é muito variável, dependendo do setor.

Também foi colocada a questão de competitividade, produtividade e salários. Existe uma relação entre essas coisas. Conseguiremos aumentar a competitividade, basicamente, se conseguirmos fazer com que o aumento dos salários reais, descontada a inflação, medida numa moeda estável, seja superior ao aumento da produtividade. Ou seja, o salário real pode ser aumentado, mas a produtividade tem

de estar aumentando mais do que ele. Essa é uma exigência para que tenhamos aumento de produtividade.

Para a competitividade aumentar, podemos ter, sim, aumento de salários reais, desde que estejam sendo acompanhados por aumentos no nível de produtividade que suplantem esse aumento no nível dos salários reais. Com isso, estaremos ganhando espaços nesse mundo competitivo.

Hoje, pelos resultados de pesquisas que temos, há uma conscientização muito elevada entre os empresários da indústria, sejam eles otimistas, sejam pessimistas. Há empresários que acreditam que suas empresas e o parque tecnológico e industrial onde operam estão bastante aptos a lidar com um mercado cada vez mais globalizado. Esses são os otimistas.

Existem os pessimistas que crêem que seu parque industrial e a sua presença não estão bem posicionados para lidar com esse mercado cada vez mais globalizado.

Não importa. Seja de um lado, seja de outro, hoje, pelas nossas pesquisas de opinião, há um nível extraordinariamente elevado de consciência por parte do empresário de que há duas condições que devem estar, a todo momento, sendo atendidas e cada vez com mais rigor e vigor.

Primeiro, a questão da tecnologia e da atualização do parque industrial é absolutamente vital para cada uma das empresas e para o que elas representam.

Segundo, não há condições de atualização do parque industrial sem atualização, treinamento e investimento no recurso humano envolvido nessa questão.

A capacitação do recurso humano é uma condição tão forte e presente quanto a própria atualização dos processos tecnológicos e do parque industrial onde as empresas operam.

Acredito que temos um abismo enorme na questão do nível educacional e da qualidade do ensino fundamental, com uma variável extraordinariamente relevante nesse processo.

Essa não é uma questão para nós. Pode ser para os nossos filhos, talvez, mas, com certeza, será para os nossos netos. Portanto, cabe a nós, nesse esforço poderoso, criar essas condições de base que estão na educação e na qualidade do ensino fundamental neste país e no nosso Estado para que, por meio de um crescimento sustentável, possamos dar as verdadeiras condições, também sustentáveis, ao nível de emprego neste país.

Muito obrigada.

SR. JAMIL MURAD – Queremos agradecer as opiniões sempre abalizadas da Dra. Clarice. Referi-me ao que foi dito pelo Dr. Geya, mas, logicamente, ele, como um empresário diretor da Fiesp, não crê que ela não tenha poder. Ele quis dizer que o capital financeiro, a Febraban, hoje tem voz mais alta do que o setor produtivo. Foi assim que interpretei.

É muito importante, nesta Mesa, a representação dos empresários, na palavra da Dra. Clarice; do governo, na palavra do Dr. Barelli; de um estudioso ligado à universidade, como o Dr. Jorge Matoso. Agora, ouviremos a palavra do Dr. Alexandre, que representa a Central Única dos Trabalhadores, e é do Desep.

SR. ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA – Antes de mais nada, gostaria de agradecer o convite feito diretamente ao presidente da Central Única dos Trabalhadores, o Vicentinho. Como todos sabem, ele está-se ausentando da Central para concorrer à prefeitura de São Bernardo, e por isso pediu-me que o representasse.

Eu trabalho no Desep, Departamento de Estudos Socioeconômicos, um centro de pesquisas socioeconômicas da CUT. O nosso papel é assessorar a Central Única dos Trabalhadores, tanto com informações sobre o mercado de trabalho como também ajudando a pensar políticas de emprego que possam tirar os municípios, o Estado, a Nação, dessa crise, que, por alguns, já foi chamada de a maior crise de emprego da história do Brasil.

É uma oportunidade muito importante estar aqui debatendo com representantes da universidade, do empresariado e do governo de São Paulo. Na Central, temos uma concepção de onde vêm os problemas do mercado de trabalho brasileiro e também um conjunto de propostas, tanto no âmbito da política nacional, que envolve determinantes da política econômica, como também na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento local, as chamadas políticas de emprego ativas, a que o Dr. Barelli se referia.

Primeiramente, vou falar a respeito do emprego que já foi mencionado por todos aqui. O Dr. Jorge Matoso, de alguma forma, já colocou os determinantes gerais do problema do emprego. Depois, falarei a respeito da visão alternativa de políticas da Central Única dos Trabalhadores. Vamos, então, descer ao nível do governo de São Paulo e tentar ver a possível coordenação entre políticas locais, ativas, de desenvolvimento produtivo, as chamadas câmaras paulistas ou setoriais. No âmbito do Estado, verificar a capacidade de o Estado mais importante da Federação tentar pressionar para uma mudança das coordenadas da política macroeconômica.

Quanto ao mercado de trabalho brasileiro, eu tenderia a concordar com a análise feita pelo Professor Jorge Matoso. O problema do mercado de trabalho brasileiro se deve à incapacidade para o crescimento.

O crescimento do PIB brasileiro durante a década de 90 – estamos juntando o período do Plano Collor e o do Plano Real – foi em torno de 2%. Ou seja, o crescimento da renda *per capita* anual foi em torno de 0,5%, 0,6 % ao ano, menor que na década de 80, a chamada “década perdida”.

Essa incapacidade para o crescimento se deve a vários fatores. Aqui não se trata de querer eleger o governo federal como o principal culpado, mas sim apontar as limitações estruturais que o Plano Real, de alguma forma, impôs à sociedade brasileira.

Quais foram elas? A valorização exagerada da moeda, que levou a um processo de abertura comercial indiscriminado, que já se havia iniciado com o Collor, com redução drástica e sem discussão de especificidades setoriais.

Houve a completa desativação de políticas setoriais. Todo o processo positivo e vigoroso que tivemos nos anos de 1993 e 1994 de discussão de metas setoriais para o crescimento foi abortado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, já em 1994.

Tivemos, por conta dos déficits externos gerados por essa política, necessidade de elevar os juros para financiar os nossos déficits nas contas externas. Assim, a dívida pública brasileira teve um crescimento astronômico, praticamente multiplicando-se quatro vezes. Boa parte do orçamento público, tanto dos governos como dos Estados e municípios, passou a ser usado para financiar esses juros da dívida pública, comprometendo recursos sociais.

Quanto ao crédito por meio do BNDES, vimos que a prioridade do governo foram as empresas grandes, reestruturadas, privatizadas. Aquele pequeno e médio empresário, que fica na retaguarda das cadeias produtivas do setor de autopeças, do setor de máquina, do setor têxtil, que foi pressionado pelos juros altos e pela abertura indiscriminada, não teve crédito. Esse foi o período de maior mortalidade de empresas da história do Brasil, basicamente atacando essas pequenas empresas que estavam na retaguarda da cadeia produtiva.

É essa a situação. Tivemos, é verdade, no início do Plano Real, um ganho de renda por conta da queda da inflação e do aumento do emprego, mas, logo depois, toda vez que havia uma crise internacional, os juros eram elevados, e acabava ocorrendo o que os economistas chamam pomposamente de *stop-and-go*.

Para finalizar essa breve história do Plano Real, com a desvalorização mais do que esperada, os anos de 1998 e 1999 foram de estagnação, quando o Brasil teve uma queda do PIB *per capita*.

Tudo aquilo que foi um pouco positivo no início do Plano Real piorou. O desemprego foi lá em cima; houve uma queda do rendimento médio real, em 1999,

de cerca de 5%. Inclusive, os trabalhadores informais do setor de serviço, que se tinham beneficiado no início do Plano Real, foram os que mais perderam.

Fala-se muito em economia solidária, mas para ser um pequeno produtor, mesmo para montar uma barraquinha de cachorro-quente, a pessoa necessita do poder de compra. Na verdade, em 1998 e 1999 houve aumento de desemprego e queda do poder de compra por conta da inflação.

Os que prestam serviços no setor informal acabaram tendo uma queda de renda muito maior do que o setor formal. De início, eles foram beneficiados pelo Plano Real, porque não há concorrência para encanador, para doceira, para esse tipo de produto. Logo depois, quando houve uma redução da massa salarial, esses foram os mais prejudicados.

A taxa de desemprego é o dobro do que tínhamos no início da década. Se eu pegar os dados da Pinad, o Professor Matoso falou em 3 milhões de empregos, se eu pegar os empregos como um tudo, eu poderia dizer que a indústria de transformação desempregou 1,4 milhão de pessoas, de 1990 a 1998. Estou pegando os dados da Pinad, que inclui com carteira e sem carteira. Na agricultura, houve 1 milhão de desempregados.

Esses dois setores foram os que tiveram aumento de produtividade, e reduziram 2,4 milhões de pessoas. Aí, tanto empregos com carteira como sem carteira.

Podemos tentar ver as propostas do governo, as iniciativas do governo federal. As iniciativas do governo, no âmbito do mercado de trabalho, restringem-se a tirar o pouco que aqueles que trabalham no mercado de trabalho formal têm.

Eles dizem que há um conjunto de privilegiados, os que têm carteira assinada. Então, temos de tirar esse privilégio deles para harmonizar com aquilo que está generalizado, que é a informalidade.

É verdade que tem havido uma transformação estrutural no mercado de trabalho. Há uma redução da participação das pessoas formais, que recebem salários no mundo inteiro. No Brasil, o aumento da informalidade é menos do

trabalhador autônomo e mais do trabalhador sem carteira, que é um empregado efetivo, muitas vezes em empresas grandes e médias.

Na verdade, isso não é informalidade. Isso é fraude trabalhista. A sua relação de trabalho é uma relação tipicamente assalariada, só que ele não recebe os benefícios. Aí, não dá para dizer que os encargos sociais são altos. As empresas tiveram uma compressão da sua margem de lucro por conta da abertura e, ao mesmo tempo, seu endividamento foi lá em cima, por causa dos juros.

Obviamente, o elo mais fraco são os trabalhadores, e você vai tendo que cortar essa estratégia de muitas empresas, principalmente das pequenas. Por conta dos sinais da política macroeconômica elas acabam-se informalizando.

Não dá para vermos os encargos sociais como os determinantes do problema do desemprego ou da informalidade. Também não dá para dizer que o problema é da qualificação de mão-de-obra. Se pegarmos as taxas de desemprego, verificaremos que elas crescem mais rapidamente para os segmentos com mais qualificação.

No período de 1994 a 1998, a taxa de desemprego cresceu muito mais para quem tem ensino secundário e ensino superior do que para as pessoas que são analfabetas. Ainda que as taxas de desemprego sejam altas para pessoas com pouca qualificação, elas têm aumentado justamente para as pessoas com qualificação.

O Brasil ficou dependente da importação de serviços e de produtos mais elaborados, que agregam mais valor adicionado. Desse modo, estamos desperdiçando um potencial que temos, inclusive, de mão-de-obra altamente qualificada. Então, o problema também não é a qualificação.

Outro problema que o governo aponta é produtividade e inovação tecnológica. Aqui, faço minhas as palavras do Professor Jorge Matoso. No nosso contexto, temos uma redução de emprego com aumento da produtividade, mas que não é para expandir capacidade produtiva.

De 1990 a 1992, cortei níveis gerenciais, racionalizei custos. De 1994 a 1997, basicamente comprei máquinas novas, atualizei meu parque, mas não expandi capacidade produtiva. Muitas vezes, o empresário foi forçado a cortar linhas de produção, terceirizar parte de mão-de-obra, mas ele não expandiu a capacidade produtiva.

Agora, estamos voltando ao mesmo nível de aquecimento de 1997. Resta saber se, para eu ter um crescimento sustentado, uma mudança de tendência, tenho a capacidade de o investimento se recuperar. Para isso, temos de ter uma nova agenda.

No plano macroeconômico, basicamente o que se tem colocado na Central Única dos Trabalhadores é que temos de ter capacidade de recuperar o potencial de crescimento do mercado interno.

Temos, aí, um conjunto de medidas, como a recuperação significativa do valor real do salário mínimo, uma bandeira que sempre foi do sindicalismo, e a redução da jornada de trabalho para 40 horas.

Pegando mais uma vez os dados da Pinad, fica comprovado que 40% da mão-de-obra brasileira ocupada trabalha mais do que 45 horas. Obviamente, uma redução da uma jornada do trabalho, que tem efeito em termos de geração de empregos e aumento de poder de consumo, só pode ser feita com manutenção do salário e limites às horas extras.

Falamos muito de desigualdade no Brasil. Temos desigualdade na renda, nos salários, entre salários e lucros, na participação na renda do trabalho, que é muito pequena, e temos desigualdade na distribuição do tempo de trabalho – alguns trabalham demais, outros de menos.

Reforma tributária: imprescindível. Temos acordo com os empresários em grande parte dos itens necessários para uma reforma tributária. Acabar com os impostos em cascata, que oneram a produção e as exportações, e debelar de vez a guerra fiscal – desse modo você impede gastos de recursos públicos com políticas sociais ativas.

Reforma agrária associada a crédito. Revisão das prioridades de concessão de crédito do BNDES, não só para o âmbito dessa nova economia solidária que está surgindo, mas também para o da pequena, média e até grande empresa nacional, que possa substituir importações de forma eficiente, com prioridades setoriais definidas conjuntamente por empresários, trabalhadores e governo, algo que está sendo encaminhado na discussão de competitividade no Fórum.

Por último, uma inserção mais ativa em órgãos e instituições internacionais, para que os países em desenvolvimento do Terceiro Mundo não sejam aqueles que paguem a crise da globalização. É necessária uma intervenção ativa perante o governo dos países desenvolvidos, unindo-se com outros países do Terceiro Mundo, para que não tenhamos de abrir mais uma vez toda a agricultura, de forma a favorecer a queda das tarifas e, com isso, eles continuarem a proteger o seu mercado.

Discutida a agenda nacional, eu gostaria de descer para o âmbito de trabalho estadual, abordando as políticas ativas de estímulo à produção.

O mercado de trabalho no Estado de São Paulo. Temos os dados que o Dr. Barelli colocou. Se pego a Pinad de 98, noto que a taxa de desemprego do Estado de São Paulo é de 12,4%, em torno de 2,2 milhões de pessoas; mais do que a taxa de desemprego no Brasil, que, segundo o mesmo cálculo, é de 9%.

Se tento fazer algo parecido com a metodologia da Fundação Seade, posso dizer que 15% estão desempregados, se eu incluir aqueles que trabalham menos de 14 horas. Isso é chamado de “desemprego oculto pelo trabalho precário”.

Podemos dizer que existem em torno de 2,6 milhões de trabalhadores desempregados no Estado de São Paulo, representando 15% da população economicamente ativa. O Estado de São Paulo participa com 23% do total, ou seja, o mercado de trabalho do Estado de São Paulo representa 23% do mercado de trabalho brasileiro, mas tem também 30% dos desempregados brasileiros.

Aqui, temos um conjunto de políticas de emprego. Se eu pegar as pernas de um sistema público de emprego, tenho intermediação de mão-de-obra, que são os

postos de atendimento da Secretaria a que se referiu o Secretário; tenho formação profissional, seguro-desemprego, políticas de microcrédito, que seria o Proger, tenho experiências como o Banco do Povo.

Qual é a visão da Central Única dos Trabalhadores? Primeiro, não temos uma articulação entre as políticas. Não existe coordenação, ou seja, o trabalhador que recebe o seguro-desemprego, geralmente, não vai para o serviço de intermediação de mão-de-obra, nem recebe qualificação. O trabalhador não tem um atendimento integral das suas necessidades.

Esse seria o primeiro problema que existe no Estado de São Paulo, mas não é um privilégio só seu, é um problema nacional.

Poderíamos ressaltar determinados problemas de algumas dessas políticas no Estado de São Paulo. Por exemplo, na intermediação de mão-de-obra, o Secretário Barelli citou o número de atendidos. Entretanto, o número de colocados em relação ao número de atendidos não chega a 5%. Então, se atendo mais de 1 milhão de pessoas, os efetivamente colocados são 5%.

Obviamente, não dá para colocar toda a culpa no sistema de intermediação de mão-de-obra, porque estamos vivendo a pior crise de emprego da história do Brasil. Teria de ser ampliada a captação de vagas, haver um contato maior com empresários para disponibilizá-las em maior número e ter um casamento maior das outras políticas com essa, para que aquelas pessoas com vários tipos de deficiência pudessem ser colocadas no mercado de trabalho.

No âmbito do Proger, Programa de Geração de Emprego e Renda, as prioridades de crédito são definidas pelas agências oficiais de crédito, pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, muitas vezes passando por cima dos governos. Essas agências só emprestam para quem elas têm certeza de que vão remunerar o financiamento.

O Estado de São Paulo deveria ter uma intervenção mais dura nessas agências para que elas pudessem, de alguma forma, encaminhar os seus financiamentos para o pequeno empresário.

O valor médio de financiamento no Proger urbano no Estado de São Paulo é muito maior do que no resto do Brasil. Estamos vendo médios empresários, de alguma forma, recebendo recursos que poderiam ser utilizados para recompor a cadeia produtiva.

Temos o Planfor – Recurso de Formação Profissional. O Secretário falou de 900 mil no ano passado. Nessa parte, há problemas no país inteiro também, porque temos uma política de convênios do Ministério do Trabalho junto com as Secretarias estaduais e o que se quer – na verdade, essa é a linha do governo federal – é mostrar o máximo de treinandos com o mínimo de horas e o mínimo de custos.

Os dados de 1998 mostram uma média de 80 horas por treinando a um custo de 150 reais. Geralmente, havia uma política de se privilegiar as pessoas com 2º grau completo, por ser mais fácil de colocá-las no mercado de trabalho. Ou seja, acaba-se reproduzindo a desigualdade de oportunidades que existem nesse mercado no âmbito das políticas sociais.

Caberia fazer uma análise mais rigorosa de como estão sendo aplicados esses recursos de forma a beneficiar o público-alvo, os mais vulneráveis no mercado de trabalho.

O Banco do Povo é uma iniciativa muito interessante. Na verdade, ele atinge um público que o Proger não pega, ou seja, cooperativas, trabalhadores informais, os, realmente, microempresários. A única colocação que a CUT poderia fazer a respeito dessa iniciativa é que ela precisa ser ampliada, pois a forma como foi elaborada pelo governo do Estado de São Paulo, cobrando juros de 1% ao mês, deve ser elogiada.

Quanto às frentes de trabalho, gostaria de ressaltar que essa política é de caráter emergencial, importante, mas também tem um número limitado de pessoas, e até hoje não vi estudos que digam para onde essas pessoas foram. Gostaria de ter mais informações sobre a frente de trabalho.

Para finalizar, quero dizer que, realmente, todas essas iniciativas são muito determinadas pelo que acontece com a política nacional, como disse o Professor

Jorge Matoso. Entretanto, devemos colocar algumas iniciativas no plano produtivo que podem ser feitas no Estado de São Paulo, para que não fiquemos só fazendo políticas ativas.

Há muito que progredir e melhorar a articulação. No caso do Projer, da intermediação de mão-de-obra e da formação, essas políticas podem ser muito aperfeiçoadas, inclusive sendo discutidas no âmbito das estruturas tripartites, comissão municipal e estadual de emprego.

No âmbito produtivo, seria interessante que o governo do Estado se sentasse com empresários e trabalhadores para discutir as cadeias produtivas do Estado de São Paulo.

O que foi feito no setor sucroalcooleiro, cuja iniciativa deve ser elogiada – o estímulo da produção de álcool e do consumo do carro a álcool, inclusive com incentivo que vai direto ao consumidor -, deveria ser generalizado para outros setores. O Estado de São Paulo foi mais prejudicado do que os outros, porque tinha a indústria e a agricultura mais diversificada.

O governo do Estado deve estimular a formação de consórcios de pequenos produtores, como, por exemplo, os de laranja, que ficam completamente reféns da política de compra das empresas multinacionais do setor.

Deveria, na verdade, pegar as cadeias produtivas e tentar estruturá-las com a participação dos fatores sociais. Ainda que isso não vá superar alguns dos efeitos negativos trazidos pela política econômica, pode fazer mais sentido e trazer menos vulneráveis e menos excluídos para fazer política ativa de emprego, porque muitas dessas políticas ativas não geram emprego.

O que gera emprego é a produção industrial. Formação profissional, seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, nada disso gera emprego. Entretanto, são importantes, porque atingem um segmento de excluídos que precisam ter atendimento a partir de recursos públicos.

O governo do Estado de São Paulo poderia, além do que tem feito no âmbito do trabalho, no âmbito da câmara do setor sucroalcooleiro, ter um papel mais ativo

na discussão de temas, como reforma tributária – é verdade que o governador se manifestou sobre esse tema -, salário mínimo, jornada de trabalho, para que a transição de uma economia estagnada, que agora muda de tendência, seja verdadeira e possamos ter um crescimento sustentado com distribuição de renda.

Era basicamente o que eu tinha para dizer.

SR. VANDERLEI SIRAQUE – Anunciaremos agora as entidades presentes, começando pelo Prefeito de Tupã, Manoel Gaspar; Sindicato das Costureiras, Sindicato dos Laticínios, Sindicato dos Frentistas, Sintratel, Sindicato dos Têxteis, União Brasileira de Mulheres, Fitesp, Sindicato dos Correios, Sindicato dos Farmacêuticos, Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, Federação do Comércio, Feticom, Federação da Construção Civil, Federação Nacional dos Farmacêuticos, Sindalesp, Emplasa, Fetaesp, Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Secretaria de Relações do Trabalho, Central Única dos Trabalhadores, Simpi, Sindicato dos Radiologistas, Sindicato dos Hoteleiros, Sindicato dos Vidreiros, Sindicato dos Vestuários de Americana, Sindicato dos Vestuários de Jundiaí, Sindicato dos Trabalhadores dos Calçados de Birigüi, Federação dos Vestuários de São Paulo, Instituto Biológico, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Aeronautas de São Paulo, nosso Deputado Cícero de Freitas e Federação dos Bancários do Estado de São Paulo.

As perguntas poderão ser feitas por escrito ou por manifestação. Havendo um grande número de presentes e uma grande representatividade aqui no debate, pediríamos que usassem, no máximo, dois minutos para formular as perguntas.

Tendo em vista o adiantado da hora e as exposições esclarecedoras dos debatedores, primeiramente serão feitas todas as perguntas e, depois, passaremos a palavra, 5 ou 6 minutos, para a Mesa. Peço também que se identifiquem quando for falar.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA (Sindicato dos Vidreiros) – Eu gostaria de reforçar duas perguntas já feitas. Dr. Jorge Matoso, com essas empresas que o governo entregou ao capital privado, como a Vale do Rio Doce, Telebrás, estradas e tantas outras, houve aumento de emprego? O quadro de funcionários aumentou?

Eu ouvi do Dr. Barelli que houve grande investimento nesse setor. Se existiu investimento, dá a impressão que houve mais emprego. De fato, Professor, houve emprego?

Gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Barelli. O Dr. Mário Covas juntamente com esse senhor chamado FHC desmontaram o Estado brasileiro. Entendemos que o Estado é um instrumento de desenvolvimento e, por tabela, um instrumento de emprego. Como o senhor vê essa questão?

SR. EDSON DE OLIVEIRA (Sindicato dos Bancários de São Paulo) – Eu gostaria de fazer duas perguntas. Uma ao Dr. Barelli e outra ao Professor Jorge Matoso.

Dr. Barelli, sou funcionário de um banco que era público, Banco Meridional, e em 1997 ele foi privatizado. A empresa do Júlio Bozzano o comprou e formou o Banco Bozzano Simonsen. Isso foi em dezembro de 1997.

Em julho de 1998, o Bozzano Simonsen demitiu em torno de 50% dos funcionários, eram cerca de 7 mil funcionários, e, em julho de 1998, passaram a 3 mil e poucos. Recentemente, há cerca de dois ou três meses, com a entrada do capital estrangeiro no setor financeiro, um banco europeu, o Banco Santander, adquiriu não só o grupo Bozzano como o Meridional.

No ano passado, os bancos estrangeiros tiveram em torno de 800% de lucro. Estamos em processo de negociação e o banco está dizendo que vai demitir mais pessoas, e, de fato, já começou o processo de demissão.

Dr. Barelli, a pergunta é a seguinte: em que a Secretaria e o Secretário poderiam nos ajudar nessa negociação para tentar, no mínimo, manter o nível de emprego?

O Professor Matoso já esteve nos debates que sempre realizamos sobre a questão das inovações tecnológicas, no nosso Sindicato dos Bancários. Inclusive, foi um ponto abordado hoje por você.

A categoria bancária, há cerca de 10 anos, era formada por 800 mil bancários no Brasil. Hoje, está em torno de 300 mil e poucos. Eu gostaria que você abordasse a questão da inovação tecnológica.

A Febraban diz que, em função das inovações tecnológicas, não é possível manter o nível de emprego.

SR. VANDERLEI (Federação dos Químicos do Estado de São Paulo) – A primeira questão seria para o Secretário Walter Barelli. Nossa categoria está tendo uma certa preocupação, e até pediríamos que a Secretaria de Emprego abrisse um debate mais amplo sobre o Projeto Jovem Cidadão.

Constam, nos acordos coletivos da grande maioria das categorias organizadas, disposições de pisos salariais para estagiários. A preocupação que vem surgindo em nossa categoria é de esses estagiários serem substituídos pelo Projeto Jovem Cidadão, o que conseqüentemente causaria uma perda de renda para os companheiros que, no setor químico, são em número razoável.

Além de comentar sobre isso, Dr. Barelli, gostaria de saber sobre a possibilidade de abirmos um debate mais aprofundado no decorrer da implantação desse projeto.

A outra questão é dirigida ao Alexandre, companheiro da CUT, a respeito da questão tecnológica. Verificamos, na grande maioria dos setores, que hoje a indústria está produzindo muito mais e teve ganhos de produtividade com um número significativamente menor de trabalhadores.

Se entendi bem, parece que não foi colocado dessa forma pela CUT. Então, gostaria que isso fosse comentado.

SR. VANDERLEI ROBERTO DOS SANTOS (Secretário-Geral do Sindicato Geral dos Frentistas) – Minhas perguntas são para o Dr. Walter Barelli e para o companheiro Alexandre de Freitas Barbosa da CUT.

Como citou o Dr. Jamil Murad, foi conseguida uma lei muito importante, proibindo o *self-service* no Estado de São Paulo, no município e depois no Brasil. Na época, tivemos o apoio do Dr. Walter Barelli, que se prestou a ajudar os companheiros frentistas nessa luta.

Dr. Walter Barelli, não é esse o caminho, não são um tipo de solução as leis protecionistas do trabalho? Agora que passou o problema dos frentistas, graças a Deus, temos o das catracas eletrônicas, dos nossos companheiros cobradores, que é uma mão-de-obra não-especializada; são pessoas que não têm aquela qualificação para o mercado de trabalho. Hoje, até as pessoas que têm qualificação não estão conseguindo emprego.

O protecionismo do trabalho não é um dos caminhos contra essas renovações tecnológicas que não beneficiam a maioria da população? Beneficiam apenas alguns pequenos empresários inescrupulosos e sedentos do lucro fácil, do lucro em cima do trabalhador despreparado, ficando, no discurso, o emprego e comandando o desemprego por meio da renovação tecnológica.

Gostaria de ouvir os comentários a esse respeito tanto do companheiro Alexandre Freitas como do Dr. Walter Barelli.

Muito obrigado.

SR. MANOEL GASPAS (Prefeito de Tupã) – Eu sou prefeito de Tupã e empresário. Como prefeito pela parte do governo do Estado de São Paulo, quero dizer que tivemos todo o apoio possível do governador Mário Covas e do Secretário Walter Barelli.

Tupã é uma cidade de porte pequeno para médio, 60 mil habitantes, onde temos o Banco do Povo e um Centro Público de Formação Profissional, no qual, este ano, vão ser treinadas 470 pessoas. O governo do Estado nos deu recurso para montarmos um distrito industrial e fizemos uma incubadora de indústria junto com o Sebrae e a Fiesp.

Quero deixar uma sugestão sobre as leis trabalhistas pelo lado empresarial. Inclusive o Secretário Barelli tem discutido isso.

Senhores sindicalistas, eu sou empresário, e, às vezes, admitimos um funcionário já preocupados com o que vai acontecer lá na frente. Tenho um exemplo concreto recente. A semana passada, terminamos uma obra de um posto de gasolina. Aproveitando, quero dizer que acompanhei bem a questão dos frentistas e concordo com eles, porque não há competição com o mercado externo, ou seja, não se pode dizer que vá inibir a exportação. Faço parte de um sindicato que também ajudou nesse detalhe, porque os “Carrefours da vida” é que iam levar vantagem.

Como eu estava dizendo, terminamos uma construção e tínhamos lá sete ou oito pedreiros. Fomos fazer a homologação no Ministério do Trabalho, e dois ou três pedreiros não compareceram, pois não quiseram fazer a homologação, apesar de estarmos pagando tudo o que era certo; o que acreditávamos ser certo, evidentemente.

A semana passada, fomos surpreendidos com uma ação no Ministério do Trabalho, em que essas pessoas pleiteavam, em indenização e outras coisas, mais do que receberam de ordenado o tempo todo que trabalharam. Isso inibe os empresários, e ficamos até com, desculpe usar o termo, “raiva” por estarmos gerando emprego para depois sermos apanhados com essas coisas.

Conheço, na agricultura, proprietários de pequenas glebas, com ações trabalhistas contra eles, que, se derem a propriedade em pagamento, o valor não cobre essa ação.

Essas questões precisam ser modernizadas – inclusive, o Dr. Barelli defende o contrato coletivo de trabalho -, porque realmente é um inibidor de geração de empregos.

Disseram-me que no ano passado, nos Estados Unidos, houve apenas 400 ações trabalhistas; no Brasil, 4 milhões. Tem de haver um basta. Sabe-se de vários advogados que buscam “pêlo em ovo”.

Tive uma funcionária que foi em todos os lugares – sindicato, Ministério, Fórum, juiz – e não ganhou nada, porque pagamos tudo certo, mas precisamos arrumar advogado, ir a vários lugares. Realmente, é preciso haver uma modernização.

Senhores sindicalistas, falo como empresário, hoje, essa balbúrdia de leis trabalhistas no Brasil é um inibidor de emprego.

SR. NARCISO (Sindicato dos Vidreiros de São Paulo) – Primeiro, quero cumprimentar os Deputados pelo debate que é muito importante, pois ajuda a esclarecer e buscar soluções.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer uma denúncia. Sou de um setor produtivo, como todos aqui, trabalho na categoria de vidreiro, e tenho contato com vários sindicatos. Fiquei abismado, sinceramente, com o que a representante da Fiesp colocou no quadro.

Tenho impressão de que estou num debate em outro país; acho que estou na França, nos Estados Unidos ou no Japão. Na minha categoria, de janeiro para cá, o que temos é só desemprego, camarada.

Esta semana, já foram embora mais de 200 trabalhadores da nossa categoria. Teve uma empresa, em Guarulhos, que mandou embora 115 trabalhadores e – ao contrário do que o prefeito disse – falou para eles procurarem a Justiça.

É isso que o empresariado brasileiro está fazendo. Não está cumprindo com suas obrigações nem para pagar o que deve aos trabalhadores.

Por outro lado, o que mais temos de denúncia – devo dizer que verificamos e presenciemos – é de empregado trabalhando machucado, com perna engessada, com braço engessado. Os empresários não reconhecem que suas fábricas são insalubres, que dão más condições de trabalho, que pagam mal, que estão aleijando e matando os trabalhadores brasileiros.

Eu queria fazer essa denúncia e perguntar à representante da Fiesp em que sindicato, em que Estado ou país ela fez esse levantamento com esse número enorme de emprego de janeiro a abril de 2000.

SRA. SONIA BAROSI (Associação dos Funcionários da Emplasa) –

Quero cumprimentar a Mesa, por meio dos Deputados, pela iniciativa.

Quero fazer saber do Secretário, até a título de entender um pouco, qual a política do governo do Estado para incentivo nas nossas indústrias.

As nossas indústrias estão saindo de São Paulo. Para citar um exemplo, a indústria de tomate Peixe saiu de Taquaritinga, onde era símbolo de orgulho. Só que não conseguiu ser salva, uma vez que a Peixe vendeu-a para a italiana Círio, uma marca que aparece até em camisa de jogador de futebol.

A Círio arrancou a indústria de Taquaritinga e levou-a para Goiás. Os trabalhadores, cerca de 1.500, receberam a notícia no dia 31 de dezembro, ficando desempregados do dia para a noite. A cidade hoje se encontra no desespero; não se tem o que fazer e, pelo menos, 1.500 pessoas encontram-se desempregadas sem nenhuma perspectiva.

O governo de Goiás deu incentivo, recebeu essa indústria e tem procurado levar outras do setor de tomate. Temos ouvido, em Taquaritinga e região, que o grande culpado, aquele que fechou os olhos para isso, foi o governo do Estado.

Gostaria que o senhor respondesse, para que pudéssemos entender um pouco, o que está acontecendo no Estado de São Paulo. Por que estamos empobrecendo? Por que estamos perdendo as nossas indústrias? Por sermos grandes? Por termos indústrias demais?

Eu gostaria que o senhor respondesse a isso e ilustrasse o que está acontecendo no nosso Estado.

SR. ERNESTO (Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul) – Quero indagar o Dr. Barelli sobre a privatização do Banespa, que temos acompanhado passo a passo. Queremos aproveitar a oportunidade e agradecer o Deputado Jamil Murad pela luta contra essa privatização.

A imprensa vem publicando que haverá um desemprego na ordem de 80% do atual quadro de funcionários, e os banqueiros têm dado entrevistas na grande imprensa nesse sentido.

Nós vínhamos negociando com o governo do Estado a não-privatização, até o momento em que ele não quis mais discutir a questão do Banespa com a representação, dizendo que era uma página virada.

Ele não discutiu mais o Banespa com a representação, no entanto, negociou, com o governo federal e com os banqueiros, a manutenção das contas do Estado no Banespa durante sete anos. Portanto, está dando de presente, uma vez que são 900 mil contas de servidores públicos que permanecerão no Banespa durante sete anos.

Para os banqueiros conseguirem essas 900 mil contas, em cinco anos, isso representa um investimento na ordem de 2 bilhões. O Estado está ficando com o lixo, que serão 15, 16 mil trabalhadores desempregados.

O governo se recusa a negociar pelo menos a estabilidade de um período, já que deixou as contas para os futuros compradores do Banespa, os banqueiros da iniciativa privada, dando de presente, como já disse, 900 mil contas durante sete anos e ficando com o lixo, que é o desemprego.

Não estamos conseguindo espaço, nem junto ao governo do Estado nem junto ao governo federal, para garantir, pelo menos por algum tempo – dois, três, cinco anos -, a manutenção e estabilidade de emprego para esses trabalhadores.

Gostaria de ouvir a opinião do Secretário sobre isso.

Muito obrigado.

SR. LUIZ RICARDO (Sindicato das Costureiras) – Eu gostaria de fazer duas perguntas ao Dr. Walter Barelli.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saber por que um desempregado tem tanta dificuldade de pegar um empréstimo para montar uma pequena empresa. E gostaria também de saber um pouco mais sobre esse banco.

SR. REINALDO (Secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Correio de São Paulo) – Nós, no Estado de São Paulo como um todo, estamos com uma grande campanha contra a privatização do Correio, porque sabemos que isso deixará de gerar vários empregos.

Hoje, a empresa emprega, em média, 25 mil trabalhadores no Estado todo, e, com a privatização, como aconteceu com a antiga Telesp, a mão-de-obra será reduzida em 50%. Entendemos que lutar contra a privatização do Correio é garantir o emprego formal dos trabalhadores.

Eu gostaria de fazer a minha pergunta ao Dr. Walter Barelli. Ele colocou a questão do primeiro emprego da juventude. Eu não creio que o caminho seja esse. Hoje, os estudantes que estão nas escolas, nas universidades, pagam de mensalidade, em média, 500 reais.

Pelo projeto apresentado, ele vai receber uma bolsa de 100 reais. Como ele vai pagar a mensalidade, sabendo que a maioria das universidades é privada? É totalmente inverso da realidade do estudante hoje.

A maioria dos estudantes está na universidade privada. Como ele vai conseguir seu primeiro emprego se não tem dinheiro nem para pagar a mensalidade, quanto mais fazer essa bolsa de estudo para receber em média 100 reais?

Proponho, para a geração de emprego, a suspensão da dívida externa do Estado de São Paulo, já que ele está em crise, até arrumarmos a nossa casa. Creio

que é um caminho para a geração de emprego. O que mandamos para fora está tirando emprego dos trabalhadores do Estado de São Paulo.

O governador Mário Covas, junto com o Secretário, deveria propor ao FHC a suspensão da dívida externa por tempo determinado ou indeterminado, para a geração de emprego no Estado de São Paulo.

Para a companheira da Fiesp também tenho proposta. Para realmente gerarmos emprego, em primeiro lugar, temos de fazer uma grande discussão dentro da Fiesp, a fim de minimizar os lucros dos empresários, que são muito grandes.

Se os empresários fizerem um pacto de ficar só com 20% daqui para a frente, gerando emprego com o restante, gerariam não 50 mil, mas 200, 300, 500 mil empregos.

É essa a proposta que estou trazendo para o Fórum do Século 21.

SR. VANDERLEI SIRIQUE – Estão encerradas as perguntas e vamos passar a palavra aos debatedores. É importante termos essas posições, porque queremos chegar a uma política da Assembléia.

Temos um Conselho participante dessa Comissão, que visa apresentar algumas propostas que diminuam o desemprego no Estado de São Paulo, não solucionar – evidentemente, não temos essa pretensão.

Desse Conselho, participam Secretaria do Estado, pessoas da universidade, da sociedade civil e nós Deputados. Jamil Murad é o coordenador, eu sou o relator, e temos essa responsabilidade. O próximo debate será na região do Grande ABC.

O Secretário Barelli usará a palavra para responder as perguntas. Cinco minutos é pouco tempo, por isso, seremos bastante compreensíveis com a Mesa, porque o que interessa aqui é chegar a conclusões.

SR. WALTER BARELLI – Obrigado, Deputado Siraque. Existem não só as perguntas feitas diretamente, mas também as por escrito. Vamos tentar ir pelo atacado que é mais fácil.

As perguntas se dividem em dois grandes tipos – as que dizem respeito às relações de trabalho e as que dizem respeito à questão do emprego.

Chegou outra pergunta aqui: “Por que não se pagar melhor os aposentados?” (Palmas) Realmente, deve-se pagar. As palmas dizem que precisamos pagar melhor os aposentados.

Nas relações de trabalho foi colocada a questão dos frentistas, já resolvida, graças à atuação do Deputado Jamil; e a questão dos cobradores, que é um problema presente.

O Prefeito Manoel Gaspar deixou claro, e os sindicalistas conhecem bem, que precisamos de uma outra proposta. Relação de trabalho é questão federal, não vai ser neste Fórum que vamos resolvê-la, e tem de ser resolvida por meio de um novo sistema de relação de trabalho, um sistema democrático.

Todos sabem que a gíria desse sistema democrático de relações de trabalho é o contrato coletivo de trabalho. Há queixas dos trabalhadores e queixas dos empresários. Já chegou a hora de se resolver isso.

Como já disse, não será neste Fórum. Eu fiz um Fórum competente na época em que fui Ministro e ele tem de continuar. Os sindicatos estão abertos com essa relação.

As outras perguntas, como questões sobre leis protecionistas, têm de entrar dentro do caso específico de uma reforma trabalhista.

Nas questões sobre emprego – aproveito para comentar o que, principalmente, o Alexandre falou e também o Jorge Matoso -, o que se está pedindo é mais ainda do que a Secretaria vem fazendo. As políticas não são criticadas, o que é criticado é a quantidade, ou seja, “precisamos mais”. Isso também estou de acordo.

Precisamos lutar para a ampliação desse espaço; é preciso mais gente nas frentes de trabalho, no conjunto das nossas políticas ativas.

Tem uma pergunta sobre a perspectiva do futuro desses programas, diante dessas tendências do mercado de trabalho. Os nossos postos de atendimento – os 105 que eu falei – corroboram os dados de que este ano está um pouquinho melhor. Estamos colocando quase o dobro de pessoas no primeiro quadrimestre, até abril, do que foi colocado no mesmo período do ano passado.

Colocamos, nesses quatro meses, se não me engano, 21 mil pessoas no mercado de trabalho. O ano passado, no mesmo período de quatro meses, foram 11 mil pessoas. Então, a coisa está acontecendo.

O Eusébio dos frentistas pergunta se o alto índice de analfabetismo e a baixa qualidade de ensino não inviabilizam o processo de qualificação. Sim. Mas precisamos investir para o fim do analfabetismo. Todos sabem qual é a agenda; o que precisa fazer, todos estão fazendo.

A Clarice, que representa a Fiesp neste Fórum, está dizendo claramente que educação, nós vamos investir para os nossos netos. O programa de qualificação que os sindicatos estão fazendo conosco é para tentar recuperar alguns que ficaram pelo caminho; nisso, entra analfabetismo, complementação de educação básica etc.

“Por que isso está sendo feito até agora?” Os programas de qualificação começaram quando eu fui para o Ministério e encontrei uma saída. Quando se vai conhecendo as coisas – e eu aprendi isso no período do Dieese -, sabe-se como enfrentar essa questão. Daí foi criada a possibilidade de utilização dos recursos do FAT.

Tem uma pergunta que eu não entendi: “Por que todos os governos e prefeitos implementam projeto para acabar com o desemprego ou fazem obras que beneficiam a grande massa do trabalhador quando estão acabando os seus mandatos?” Pelo visto, está falando mal do Pitta, que, finalmente, resolveu fazer o tal do Fura-Fila e terminar alguns viadutos.

Eu mostrei que todos os nossos programas estão sendo feitos desde o primeiro dia de governo. Foi montada uma estrutura para se atacar esse problema.

Outra pergunta: “Por que os programas da sua Secretaria não reduzem drasticamente o desemprego?” Quando se coloca que a demanda é enorme, estão-se criando as possibilidades para que esse desemprego diminua. Por isso, a maioria das perguntas é “queremos a mesma ação, em maior número, da própria Secretaria”. Vamos fazer isso.

Um companheiro disse que o Banco do Povo não estava atendendo. Eu perguntei qual era sua cidade e ele disse que era São Paulo. Ainda não tem Banco do Povo em São Paulo. Amanhã, terá em 45 cidades. Esse é um programa que vem vindo do interior para a capital.

SRA. – Por que a capital é sempre a última?

SR. WALTER BARELLI – Não é sempre a última. As frentes de trabalho foram aqui primeiro; o programa do Primeiro Trabalho começou aqui. O governo tem que governar o Estado todo. Temos um programa que vem do interior para a capital, e dois que estão indo da capital para o interior – as frentes de trabalho e o Jovem Cidadão, meu Primeiro Trabalho.

São Paulo é um Estado grande. São 645 municípios e temos de atender todo mundo. O programa vai chegar em São Paulo, sim. Já está chegando perto. A primeira cidade da Grande São Paulo a ter o Banco do Povo foi Itapevi. Amanhã, São Bernardo do Campo, e, progressivamente, todas as cidades do Estado vão ter.

O Banco do Povo só tem 20 meses, já atingiu 45 cidades e já é o maior programa de crédito produtivo popular do Brasil. Lógico que os agentes de cada município têm de ser treinados de cada vez.

Foi colocada a questão da política da indústria Peixe que saiu de Taquaritinga. A nossa política é séria. Desde o primeiro mês de governo, temos uma

demanda no Superior Tribunal Federal contra a guerra fiscal, e temos uma atuação coerente de sermos contra essa guerra.

São Paulo vai perder dinheiro na reforma tributária. É o único governo que defende tributar o fato gerador onde é feita a compra do produto e não onde se produz. Todas as teses corretas estão com o Estado de São Paulo, mas temos um Supremo Tribunal Federal que até hoje não julgou essa causa.

Quando rebaixamos o preço do álcool para viabilizar mais emprego na indústria automobilística, o governo do Rio Grande do Sul entrou com uma queixa no Supremo que e foi julgada; em dois meses, a coisa estava sendo analisada.

O Estado de São Paulo está querendo que as leis sejam observadas, que a Constituição seja observada. Pelos nossos méritos – méritos da nossa população, daquilo que foi feito no passado, da infra-estrutura que temos -, estamos atraindo indústrias. Eu mostrei, no início, que estamos chegando a 100 bilhões de investimentos no Estado de São Paulo.

Perdemos a Peixe para Goiás? Perdemos. A Cica de Jundiá também foi para Goiás, por meio de uma ilegalidade. Nós não estamos praticando ilegalidade, temos uma política claríssima. O governador é o que mais fala disso, é o que mais propõe a reforma tributária.

Há outras perguntas que entram na questão da privatização, na qual as coisas são complicadas. O Estado sair de atividades, em que ele não é mais necessário, é uma questão de decisão política e passa pelos parlamentos, pelos Fóruns. À medida que passa a ser a política aprovada, isso foi adotado democraticamente.

É óbvio que temos críticas. Vamos pegar o caso da Vasp. Todas as privatizações feitas e aprovadas, dentro de um programa de desestatização que passa pelos Fóruns democráticos, têm de ser dentro de uma política de desenvolvimento do país.

Foi colocada a questão do Meridional, que vai trazer mais desempregos. Como entrar nisso? Está escrito que depois que o banco é privatizado, ele não pode mais demitir? Temos de ser mais competentes.

Foi dito, pelo representante da CUT, que a redução de jornada de trabalho tem de ser enfrentada de outras maneiras. O problema do desemprego também tem de ser enfrentado e há o papel legislativo a ser defendido.

Estamos trabalhando em um projeto, semelhante ao que outros países estão fazendo, no qual ninguém pode ficar sem emprego sem antes estar colocado em outro posto de trabalho. Os PDVs são isso. Tem de ser para quem quer e tem de haver uma política para que essas pessoas sejam recolocadas, como as que sobraram do Banco Meridional; ele falou que metade já caiu fora.

O gênero de todas as perguntas está aí. Desculpem-me se não foi possível tratar de todas, mas o tempo é escasso.

Muito obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Queremos agradecer ao Secretário Barelli. Às vezes fico com a garganta coçando, mas eu sou coordenador. Quando peguei a “Folha de S. Paulo” hoje e li que o governo está falando que vai dar 2 bilhões do BNDES para o Benjamim Streinbruch, da Vale do Rio Doce, porque ele vai fazer um acerto com o Bradesco, fiquei indignado. É isso que o povo não agüenta mais.

O governo já saiu para não gastar dinheiro, e agora nós vamos pagar o juro para eles. Aliás, o governo vai pegar o juro a 20% do Bradesco e, depois, nesse jogo, está emprestando por 6%.

Quero anunciar a presença do Deputado Jilmar Tatto, do PT, que está aqui nos prestigiando neste importante debate.

Passo a palavra ao Professor Jorge Matoso – repetindo, Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. Ele é autor do livro “O Brasil Desempregado”, entre outros. Nele há dados e opiniões muito importantes. Quem quiser adquiri-lo, está nas livrarias.

SR. JORGE EDUARDO LEVY MATOSO – E é muito baratinho, custa 5 reais. Obrigado, Deputado Jamil.

Tenho algumas questões, mas três são, mais ou menos, um eixo. Uma é sobre privatizações, outra sobre inovações tecnológicas – acredito que vou perder alguns minutos para dizer o que penso sobre isso -, alguma coisa de educação e formação, e, no final, o que fazer.

As primeiras indagam se houve aumento de emprego nas empresas privatizadas. Na mesma direção, “as privatizações do Estado de São Paulo e do governo federal faturaram, em média, 100 bilhões de reais. Para onde foi esse dinheiro, se não foi para a educação, saúde e emprego? Ou foi (já dando a resposta) para pagar os juros da dívida?”

Vamos ver a questão das privatizações. Em primeiro lugar, do ponto de vista de emprego, os estudos que existem mostram que todas as empresas que foram privatizadas ou vendidas ao capital externo, que trocaram de controle acionário, tendencialmente reduziram sua mão-de-obra. Isso ocorreu no geral. Podem ocorrer situações-limite.

Existem estudos precisos com relação a isso. Por exemplo, existe um estudo sobre a CRT. No caso do Rio Grande do Sul, foi uma das primeiras empresas de telecomunicações a ser privatizada, portanto, há mais tempo para fazer análises e pesquisas. E foi mostrada uma redução brutal do emprego.

E a redução não é somente via corte de pessoas que trabalhavam diretamente na empresa. No caso da CRT, a redução se deu via eliminação de determinadas empresas que prestavam serviço ou vendiam insumos para a CRT, na medida em que não era mais o Estado que fazia licitações, tendo que atender empresas locais e estaduais. São as benesses da democracia que fazem isso.

Quando os espanhóis assumiram a CRT, em grosso modo, as grandes empresas que prestavam serviço para ela deixaram de ser gaúchas ou nacionais e passaram a ser espanholas, de amigos do dono da empresa.

Você tem uma redução de emprego que, muitas vezes, não pode ser medida exclusivamente pelo emprego direto, imediatamente envolvido nas empresas privatizadas.

Há um estudo recentíssimo do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado – que procura verificar o que aconteceu com os investimentos no Estado de São Paulo. A pesquisa diz muito mais respeito às questões tecnológicas, mas tem um dado sobre emprego que é fantástico. Os investimentos realizados recentemente – a partir de 1996 – no Estado de São Paulo geram um emprego para cada milhão de dólares investido.

Ou seja, é uma geração mínima de emprego, tendo em vista que essas empresas são em geral localizadas em setores de ponta e de elevada introdução de inovação tecnológica.

Vou para a segunda questão. Não foram ainda de 100 bilhões as privatizações no Brasil. Pelos dados que eu tenho, estão em torno de 75 bilhões. Mas, ainda assim, são muito próximos. O problema todo é que nos foi dito que as privatizações eram necessárias para abater dívidas. Por isso, não podia haver investimento em saúde, educação etc. “Não mexam no dinheiro das privatizações, porque terá que ser utilizado para abater a dívida.”

No período entre 1995 e 1999, tivemos a quantia de 75 bilhões de empresas que foram privatizadas. O que aconteceu com a dívida? A dívida, que era de aproximadamente 62 bilhões em 1995, passou para 465 bilhões em 1999. Com isso, apesar da privatização, a dívida quadruplicou, quintuplicou. E isso, obviamente, não é por causa das privatizações, mas dos juros. Portanto, a política de juros é muitíssimo importante para o país e para a Nação.

Vamos à questão das inovações. Tenho uma profunda discordância com o movimento sindical no que diz respeito às inovações. A tendência é sempre achar que é a inovação que gera desemprego. Assim, pode-se dizer que entrou tal máquina naquela empresa, que mudou o processo produtivo. Mas sabemos que a inovação tecnológica tem como objetivo reduzir o trabalho diretamente envolvido. É

uma ação da empresa no processo de concorrência, para ganhar produtividade perante seus concorrentes.

Isso é feito permanentemente e faz parte da história do nosso sistema econômico. Essa inovação tecnológica só gera desemprego se aquela empresa não tiver crescimento do produto igual ao aumento da produtividade ou mais. Caso contrário, é óbvio que isso gera desemprego.

Ela poderia ter crescimento do produto na mesma proporção da produtividade, pois a inovação tecnológica também gera novos setores, novos produtos, novas atividades econômicas. Isso foi ao longo desse sistema e pôde gerar empregos em outros setores. Às vezes, alguns setores reduzem o emprego, mas outros ampliam.

O problema todo é que, quando se sai do campo micro e vai para o macro, observa-se que a questão não é a tecnologia. O problema é que a tecnologia está sendo utilizada sem crescimento econômico, sem gerar as benesses que a inovação e o aumento da produtividade podem gerar.

Quando se olha dentro de uma empresa, vê-se que o problema é a inovação; se olhar no macro, no campo social, dá-se conta que o problema é o crescimento. Tem-se, então, a questão dos juros e do crescimento, que são elementos que travam. Portanto, é menos a inovação e muito mais isso. É o fato de as empresas não crescerem; é o fato de a economia nacional não aumentar seu produto.

Outro campo diz respeito à questão de educação. Uma pessoa fez uma pergunta muito direta. Ele disse que um sobrinho fez curso de vigilante e lhe pedem experiência.

Nos últimos anos, houve um erro crasso, e, muitas vezes, essa discussão da empregabilidade é ruim. De certa maneira, buscou-se responsabilizar o mercado de trabalho, como se ele fosse responsável por seus próprios problemas, e os desempregados pelo desemprego.

Educação não é um problema econômico. Educação é um direito do cidadão e, como tal, deve ser entendido e encaminhado.

Educação, numa economia que não cresce, é como a “dança das cadeiras”: têm aquelas cadeiras, pára a música e todos saem correndo para se sentar. Se você não puser mais cadeiras no jogo, você pode dar educação, e a única coisa que vai acontecer é que as pessoas com melhor treinamento conseguirão sentar-se na cadeira.

Vamos chegar ao ponto de termos ascensorista com mestrado e doutorado; chofer de táxi falando russo, alemão ou japonês. O que, de certa maneira, seria extremamente positivo para um país se todos estivessem empregados. Isso significaria um grau de civilidade e de cidadania que nem nos países avançados se alcançou.

Educação sem geração de emprego é como a “dança das cadeiras”. A única coisa que acontece no país é a redução de cadeiras e o aumento do número de pessoas que ficam olhando as cadeiras serem ocupadas no final da música.

Sobre as leis trabalhistas, não tenho dúvida de que é necessário modernizá-las. Mas modernização dessas leis não pode ser entendida como redução de conquistas. Se é para modernizar, é para avançarmos em uma maior negociação entre trabalhadores e empresários, para aumentarmos a participação social, para reduzirmos, uma coisa que é característica no Brasil, o desejo permanente de definir unilateralmente as regras do jogo.

Para isso, é necessário modernizar, sim. Mas não para reduzir, baixar ou até, em última instância, para voltar ao trabalho escravo. Não é para isso. É para outra coisa.

Para fazer uma mudança efetiva nas leis trabalhistas – volto a insistir – é indispensável haver crescimento econômico. Sem isso, os trabalhadores ficam muito debilitados e essa negociação será extremamente nociva aos seus interesses.

Portanto, negociação, sim; mudança das leis, sim, sempre quando acompanhadas de um acentuado crescimento econômico sustentado que continua sendo um desejo tanto para São Paulo, quanto para o Brasil.

Não só crescimento. No Brasil, já tivemos crescimento econômico. Só crescimento econômico não resolve os problemas da distribuição de renda, da desigualdade, mas ajuda a resolver os problemas de emprego. Com o crescimento, os sindicatos podem-se tornar mais fortes e negociar condições melhores.

Muito obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Muito obrigado ao Professor Jorge Matoso. Agora, passamos a palavra à Dra. Clarice Seibil da Fiesp, para que responda às perguntas e se despeça.

SRA. CLARICE SEIBIL – Muito obrigada, Deputado. A maior parte das perguntas que me foram encaminhadas já foi respondida tanto pelo Professor Matoso como pelo Secretário.

De qualquer maneira, ficam algumas ponderações. Em primeiro lugar, com relação ao Sindicato dos Vidros. Eu lamento informar, mas o país é Brasil, o Estado é São Paulo, e o Sindicato dos Vidros foi ouvido, sim.

O dado foi negativo. Você tem toda razão. Esse Sindicato demitiu; esteve entre os 13 sindicatos que apresentaram demissões significativas no mês de abril. No todo, o Sindicato dos Vidros ainda não dá conta da indústria de transformação do Estado de São Paulo, no que se refere ao nível de emprego e de atividade.

Portanto, no todo, o resultado desse sindicato foi mais do que compensado por recuperação de postos de trabalho em tantos outros.

Quero esclarecer que – talvez eu não me tenha feito entender – quando digo que estamos tendo alguma recuperação, esse número é muito reduzido. Espero que ninguém aqui esteja contente com 2 mil postos de trabalho recuperados em abril, nem tampouco com 8.600 recuperados nos quatro primeiros meses deste ano.

Segundo, quando falo em recuperação de postos de trabalho, é o resultado líquido. Houve um valor x negativo de postos de trabalho perdidos e um tanto que

foi recuperado. No cômputo geral é que esse número foi positivo, mas tem muita perda por aí. Isso, pela primeira vez em muitos anos.

O país é este mesmo, o Estado é este mesmo e o Sindicato dos Vidros esteve envolvido nesta pesquisa.

Outro ponto, de natureza mais ampla, é a questão da reforma tributária. O Alexandre da CUT mencionou a perda de poder aquisitivo e o crédito.

A perda de poder aquisitivo foi muito grande. Até fevereiro – creio que esse é o último dado de que disponho -, houve uma queda de 4,7% na renda real disponível. Isso quer dizer que, tirando o que perdemos pela inflação, tirando do pagamos de tributos, o que sobra para gastar, em termos líquidos, reduziu-se em um montante significativo. Esses 4,7% são significativos.

Começou a haver, a partir de janeiro, uma ligeira recuperação nesse poder aquisitivo, nessa renda real disponível para consumo. Mas é uma recuperação que, com certeza, será muito lenta. Ninguém espere uma recuperação de uma hora para outra. Não será assim.

Começou a se fazer recuperação. Já é uma grande coisa. Mas ninguém espere milagre, porque milagre não haverá.

Outro ponto é a questão do crédito. Tem havido esforços recentes – e eles têm ocorrido de fato -, por parte do Banco Central, para um maior controle no sistema financeiro, uma maior transparência do que se cobra, quais os componentes cobrados quando uma pessoa, seja física, seja jurídica, vai buscar recursos no sistema financeiro. Esses recursos são pouquíssimos, e não é de agora.

O nosso grande concorrente nesses recursos é o governo. Ele precisa se financiar e dá melhor condições de segurança desse financiamento do que uma pessoa física individualmente ou uma pessoa jurídica judicialmente. Aí essa concorrência é muito forte e temos perdido todas há anos.

Essa questão também está melhorando, pois está-se utilizando cada vez menos recursos à custa de mais impostos, e isso afeta a todos de um modo geral.

Reforma tributária é vital para todos mas não vai adiante. Se quisermos fazer alguma coisa ir para frente, vamos fazer a reforma tributária andar. Temos vários pontos de concordância nessa questão. Será que não conseguimos fazer a nossa força funcionar para a reforma tributária? É um desafio que coloco para nós.

Voltando ao crédito, apesar de todos os esforços do Banco Central, e eles têm sido feitos nos últimos meses, o fato é que, descontada a inflação, o crédito total do sistema financeiro para o setor privado caiu. O crédito do segmento dito livre, não vinculado ao crédito rural, ao crédito imobiliário, esse é compulsório.

A empresa no Brasil, hoje e há muitos anos, depende de uma fonte quase que única de financiamento dos seus investimentos, da sua expansão. Se não conseguirmos expandir, se não conseguirmos crescer, como coloca o professor Matoso, não adianta. Não adianta imaginar que o resto vai dar conta, porque não vai. Nosso assunto é crescer e complementar esse crescimento com uma série de outras políticas. Mas crescer é absolutamente fundamental.

Nós, nos últimos anos, temos dependido demais da capacidade de geração de recursos próprios das empresas. Mesmo aquelas empresas que vão muito bem, que são capazes de ter uma geração líquida de recursos próprios, dão conta da concorrência, da competição e do tipo de mercado com que lidamos hoje.

Quanto à questão de “vamos reduzir o lucro para o salário aumentar”, existem instrumentos que devem ser trabalhados de uma maneira melhor do que aquelas que tem sido tratadas até aqui. Isso, de um lado, diz respeito à reforma tributária, mas não se atém a isso. Isso diz respeito a mercado de capitais.

Quem sabe estejamos começando a dar o primeiro passo nessa direção através do substitutivo Emerson Kapaz, que está sendo discutido neste momento na Câmara dos Deputados.

Quem sabe sejamos capazes de introduzir, aliado a uma reformulação da legislação trabalhista – não no sentido proposto aqui, mas no que foi tão bem explicitado pelo Professor Matoso -, um estímulo às empresas, aos empresários, aos gestores das empresas, procurando, de maneira cada vez mais democratizada,

mais disseminada dentro das empresas, a participação variável, a distribuição de ações das empresas como parte da nossa remuneração; um estímulo a que isso aconteça, tanto do ponto de vista do empresário, quanto do ponto de vista dos colaboradores, funcionários e assalariados.

Vamos encontrar novas formas complementares; vamos fazer com que esses instrumentos efetivamente sejam utilizados. Não basta a lei. Isso depende de uma ação conjugada, de um processo de negociação rico, construtivo e renovado dentro de um ambiente que é novo. Um ambiente de competição que inegavelmente é novo.

Com relação a uma pergunta que houve aqui, de “mulher para mulher”, do Sindicato das Costureiras, eu colocaria o seguinte: o que temos feito na direção do mercado têxtil tem sido contribuir para que esse setor seja um dos eleitos nesses fóruns de competitividade.

SRA. – Têxtil é uma coisa e vestuário é outra.

SRA. CLARICE SEIBIL – Quando tratamos de têxtil, estamos tratando, na verdade, da cadeia inteira. Há um fórum de competitividade, relativo à indústria têxtil na sua cadeia como um todo, e o fórum é voltado para a cadeia e não apenas para um pedaço dela. Nós atuamos muito fortemente para que esse fosse um dos fóruns contemplados e que tivesse a urgência que ele efetivamente merece, dadas às suas características.

Essa questão dos fóruns de competitividade é uma maneira também bastante construtiva de se contribuir para melhores relações capital-trabalho, para melhores oportunidades de emprego, calcadas em políticas complementares, ativas, mas particularmente em oportunidades sustentáveis de crescimento.

Finalmente, eu me referiria aqui à questão do enriquecimento da nossa pauta de exportações. Temos que trabalhar para isso. Temos que encontrar alguma

maneira adicional, por meio de um enriquecimento da nossa participação no comércio internacional, do Brasil nas relações internacionais.

E aí não podemos ter uma visão específica e única do Estado de São Paulo. Podemos privilegiar isso, mas esse não pode ser nosso único foco. Não há dúvida de que há uma série de realocações. Não me estou referindo à guerra fiscal, mas mesmo que não houvesse uma guerra fiscal, nós estaríamos sob um processo de realocação de indústrias.

Essa busca do ganho de competitividade é absolutamente forte. Nós não temos diques para colocar nela, e esse é um processo em curso, mas um processo que tem que atender a uma certa racionalidade e a um certo grau de prioridade. Temos que ter claras as nossas prioridades, porque, do contrário, daremos tiros para todos os lados e não sairemos do buraco.

Obrigada.

SR. JAMIL MURAD – Gostaríamos de agradecer a participação da Dra. Clarice e passar a palavra para o Alexandre, representando a Central Única dos Trabalhadores.

SR. ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA – Eu tenho algumas questões aqui, são quatro, e vou tentar responder em partes.

A primeira já foi em parte, ou completamente, respondida pelo Professor Matoso, e se refere à produtividade das inovações tecnológicas. Obviamente que para o movimento sindical é uma questão complicada. Às vezes, estamos em um setor onde uma nova máquina será implementada, e há uma redução da base. Então, é preciso associar a inovação tecnológica com a eliminação localizada de emprego.

O problema é que o tipo de produtividade que tivemos nesse período foi altamente negativo, tanto para os trabalhadores quanto para as empresas, das quais eu compro insumos e componentes. O que aconteceu foi que a empresa se

enxugou, terceirizou metade dos trabalhadores e sua produção industrial não aumentou tanto. Esse é o problema.

Se houvesse aumentado a produção industrial, houvesse uma política de juros baixos e não tivesse havido uma abertura desse jeito, provavelmente teriam sido colocadas novas tecnologias e tantos empregos não teriam sido reduzidos naquele setor específico.

Haveria setores em crescimento ao longo da cadeia produtiva, e poderia haver uma política de geração de empregos. Isso, no entanto, não quer dizer que parte dos extensos ganhos de produtividade, independente da forma que tenham sido adquiridos, não foram repassados, nem para salários, nem para empregos.

Alguém perguntou se a questão dos salários não é importante. Obviamente que é importante. O problema é que ela ficou em segundo plano, a partir do momento que a pessoa está pronta para ser demitida da fábrica. Quando houver uma recuperação de empregos, a questão salarial vai voltar à tona.

Os ganhos de produtividade não foram repassados aos salários e em termos de empregos. Essa pergunta foi feita pelo companheiro do setor dos químicos, e eu digo que posso defender a inovação tecnológica, aumento de produtividade com redução de jornada no setor, aumento de empregos, melhoria do piso salarial, unificação do piso salarial, em um conjunto.

Inclusive, por meio do fórum de competitividade, posso fazer com que esse setor químico – um dos maiores importadores do Brasil, um dos que têm maior déficit comercial – possa internalizar a parte dos componentes e de produtos que eu importo. Mas utilizando o crédito do BNDES para enriquecer a cadeia produtiva, e não dar para a CSL. Por isso, a importância da prioridade na concessão de crédito do BNDES.

A segunda pergunta se refere ao custo de vida em São Paulo e ao aumento de impostos que sempre existe. Na verdade, nós temos uma conta de juros muito alta. Só no ano passado, o Brasil teve que pagar 127 bilhões de juros.

O governo cria impostos de péssima qualidade, como CPMF, aumenta a alíquota do COFINS, contribuição social sobre o lucro líquido, porque não quer fazer a reforma tributária. Por isso, essa questão também está na agenda sindical.

O Lula tem dito, nas suas entrevistas, que agora o sindicalismo tem que ter uma agenda mais ampla, não só discutindo salário e emprego, mas também o imposto que pode comer parte do aumento salarial que se possa conseguir na empresa. É preciso um imposto que não caia em cascata, mas que incida sobre a produção.

Por exemplo, há um aumento da alíquota do Imposto de Renda para quem recebe 1.800 reais, esses milionários, de 27,5%, quando, na verdade, deveria haver uma melhor distribuição do Imposto de Renda, taxando talvez 30%, 40%, para quem recebe mais de 10 mil, e outras alíquotas, dependendo da faixa de renda.

Mas o governo prefere taxar em 27,5% uma parcela de funcionários, profissionais, que recebem em torno disso, enquanto os bancos, é sabido, não pagam imposto.

Uma terceira questão seria em relação às leis protecionistas do trabalho. Eu levantei aqui a importância de não ser contra a inovação tecnológica e a produtividade, porém tem que saber como distribuir esses ganhos.

O Brasil assumiu um conjunto de compromissos internacionais nos quais não pode aumentar tarifas para proteger uma produção que não seja eficiente, entretanto, em setores que não enfrentam concorrência internacional, como os postos de gasolina e as catracas eletrônicas, pode sim, porque não está concorrendo com serviço de transporte urbano de fora. Nesse caso pode, por uma questão de manutenção dos postos de trabalho no contexto de crise.

Entretanto, isso não basta para uma agenda positiva de geração de empregos. Nesse sentido, eu levantei a importância das políticas ativas realizadas pela Secretaria do Trabalho, havendo alguns problemas de articulação entre essas políticas e a ampliação e generalização para o Estado.

Essas políticas fariam mais sentido se houvesse um acordo entre setores sociais e governo para ampliar a cadeia produtiva e ficar menos dependente das importações. Nesse caso, o setor químico pode gerar mais empregos ao longo da cadeia produtiva e não necessariamente na própria empresa. Mas, para isso, é preciso uma política de crédito do BNDES também.

Além dessas políticas estaduais de reorganização produtiva, há a questão, que é um pouco menosprezada, do investimento público. Recentemente, o próprio ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, José Serra, vem dizendo que o Brasil é o único país do mundo que coloca investimento de estatal como déficit.

Na verdade, o governo não quer uma reforma tributária, porque com esses impostos péssimos e ruins que criou consegue gerar o superávit primário que ele apresenta ao FMI. Mas para isso é preciso ter uma redução significativa dos investimentos públicos.

Se você pegar os dados de 1998 da Pinad – a pesquisa amostral que vai para o Brasil inteiro -, o número de pessoas empregadas na indústria de transformação no Brasil representa 12,9% do total de ocupados. Nas atividades sociais, é de 10,6%. Ou seja, as pessoas que hoje trabalham na área de saúde, educação, assistência social, já formam um contingente quase tão significativo quanto a indústria de transformação. Mas ele não pode ser ampliado, porque, infelizmente, muitos governos estaduais acabam reproduzindo a lógica do ajuste fiscal de péssima qualidade do governo Fernando Henrique Cardoso.

O governador Mário Covas poderia estar contribuindo para a geração de empregos se não estivesse seguindo a cartilha do Fernando Henrique de forma tão rigorosa. O papel do investimento público é importante para a geração de empregos, e o governo do Estado de São Paulo poderia estar fazendo mais também nessa arena.

Para ilustrar esses dados de empregos industriais, tenho dados de empregos formais da indústria de transformação para o Brasil inteiro. Em 1999, já houve uma pequena reversão, com a geração de 20 mil empregos na indústria de

transformação. Neste ano, no primeiro trimestre, houve a geração de 40 mil empregos na indústria de transformação para o Brasil.

Entretanto, em 1996, 1997 e 1998, foram eliminados quase 600 mil empregos na indústria de transformação. Os números com os quais estamos trabalhando aqui têm magnitudes um pouco diferentes. Então, é mais do que uma mudança de tendência. Precisamos de um novo modelo de crescimento.

Obrigado.

SR. JAMIL MURAD – Muito obrigado Alexandre. O Secretário Barelli quer 20 segundos.

SR. WALTER BARELLI – Eu não posso concordar com o que o Alexandre disse no final. O Estado contratou mais funcionários públicos na área de educação e mais empregados na área de saúde, não como empregados públicos, mas pela colocação em atividade de oito hospitais, por meio de organizações sociais. Então, reveja um pouco essa questão.

SR. JAMIL MURAD – É lógico que temos aqui o calor das conseqüências imediatas sobre os diversos pontos de vista. No entanto, o Fórum Século 21 tenta pensar pelo Século 21. Na verdade, não temos essa pretensão, mas, pelo menos, por uma ou duas décadas.

Em outras palavras, discutir temas importantes para nossa sociedade, que fossem mais duradouros do que para as eleições de outubro próximo, para o ano que vem apenas etc.

O Seminário, no meu ponto de vista, teve sucesso, muito êxito. As opiniões dos trabalhadores representados pela CUT e do intelectual progressista de uma das mais importantes universidades do país, o Dr. Jorge Matoso, coincidiram com a opinião da Dra. Clarice, que representa o principal organismo dos empresários do

Brasil. Nós precisamos de desenvolvimento econômico – quando se fala isso, é em um outro patamar.

O Barelli tem os seus determinantes e condicionantes. Ele está representando um programa de governo que está sendo executado, e se colocou dessa forma, defendendo o Plano Plurianual.

No entanto, o próprio Mendonça de Barros, que já foi ministro do Fernando Henrique e era da executiva do PSDB, esta semana pediu demissão de seu cargo e falou que vai defender o desenvolvimento. Ele pediu a demissão na executiva nacional do seu partido para ter liberdade de criticar a política vigente.

Aqui temos empresários, intelectuais, trabalhadores. A própria Dra. Clarice frisou muito bem, “nós caímos de um prédio de 40 andares e conseguimos subir um andar, em termos de emprego”. Ela, inclusive, chamou a atenção que aquele dado positivo de criação de emprego na indústria não significa que já foi superado o desastre que foi essa década toda; aliás, esses últimos 20 anos. Falava-se na década perdida de 80, e, praticamente, são duas décadas perdidas.

Companheiros e companheiras, temos que valorizar o mercado interno. Tem o problema da exportação, mas tem o problema do mercado interno. Por que o Mappin faliu, por que a Casa Centro faliu, o G. Aronson?

Meu primeiro televisor eu comprei no G. Aronson do centro, do próprio velhinho, que me atendeu. Muitos anos depois, vemos, com tristeza, ele anunciando que estava fechando a loja, porque o povo não tem mais dinheiro para consumir.

Precisamos de política de mercado interno e, para isso, precisa haver dinheiro na mão do povo. Os salários estão rebaixados; quem está desempregado não tem poder de consumo e quem está empregado também não está tendo dinheiro para consumir.

É preciso ter um desenvolvimento, mas para isso não podemos estar condicionados ao FMI. Até os membros do governo se dividem entre os que apóiam o Pedro Malan e os que não o apóiam. O Pedro Malan representa a voz do FMI da maneira mais cristalina.

Nesse sentido, acredito que nosso seminário foi um sucesso, porque teve opiniões diversificadas, mas nós temos um ponto em comum: sem desenvolvimento econômico e social não criaremos empregos e não sairemos desse atoleiro. E, para isso, não podemos estar sob os condicionantes, as imposições do FMI, como temos estado até agora.

Muito obrigado.

O Deputado Siraque tem a palavra para fazer a despedida.

SR. VANDERLEI SIRAQUE – Eu agradeço a presença de todos. Não vou falar muito porque tenho muitas dúvidas.

A Dra. Clarice, no começo, se referiu ao “copo de água”. Eu acredito que o problema está no sistema. Se não mudarmos o sistema vai ser difícil, mas, como não podemos mudar o sistema, temos de discutir e pôr um pouco mais de água no copo dos trabalhadores.

Este debate foi de alto nível, e queremos aproveitar para agradecer a representante da Fiesp, Dra. Clarice, o nosso Secretário Barelli, o Professor Matoso, o representante da Central Única dos Trabalhadores, Alexandre, e, especialmente, os senhores que estiveram aqui abrilhantando e dando representatividade a este evento.

Como relator, vamos ter muito trabalho para organizar todos os debates; o primeiro, o segundo e o terceiro, que será realizado na região do ABC, a região das grandes lutas sindicais e, agora, das grandes lutas empresariais.

Mais uma vez, muito obrigado a todos.

30.06.2000

- Jamil Murad – Deputado. Coordenador do grupo temático Trabalho e Emprego
- Vanderley Siraque – Deputado. Relator do grupo temático Trabalho e Emprego
- Celso Daniel – Prefeito de Santo André
- Sinésio Pires Ferreira – Fundação SEADE
- Valdenício – Central de Trabalho e Renda de Santo André

SR. VANDERLEI SIRIQUE – Muito obrigado pela presença de todos os senhores. Estamos no terceiro seminário do Fórum Século 21 da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. No caso, a comissão que trata do trabalho está sob a coordenação do Deputado Estadual Jamil Murad e sob a minha coordenação. Hoje convidamos o Prefeito de Santo André, o Dr. Sinésio, do SEADE, e o Valdenício da Central de Trabalho e Renda de Santo André, para debatermos propostas para a geração de emprego e renda na região do Grande ABC. Passarei a palavra para o Deputado Jamil Murad. Temos a presença do Deputado Federal Luizinho e do Vereador Antônio.

SR. JAMIL MURAD – Meu colega e coordenador desse importante debate, o Sr. Vanderlei Siraque. É um deputado que honra os seus amigos na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, tendo importante trabalho em defesa da sociedade e, particularmente, do povo trabalhador. Quero cumprimentar de maneira especial nosso prefeito Celso Daniel, filho de Santo André, mas que hoje pertence ao nosso Estado. É um filho brasileiro. Isso pela dedicação, competência e espírito público que tem tido com o nosso povo. Nosso deputado prof. Luizinho, que sempre está nas trincheiras de luta do povo brasileiro e que estamos juntos em vários embates. Achamos que nesse problema tem de ver os caminhos para superarmos o desemprego e gostaria de ouvir o nosso prefeito Celso Daniel. No entanto, também pelos seminários que fizemos, ouvindo o prof. Jorge Matoso que ajudou a fazer o programa econômico da frente popular com o PT, PC do B, PSD, PPP e o prof. Márcio Borschan que é um dos maiores estudiosos sobre o desemprego, notamos o seguinte: se não houver mudança de rumo na política econômica, na busca do verdadeiro desenvolvimento, distribuição de renda, com melhores salários, a reforma agrária, se não trilharmos um outro rumo para o Brasil, será difícil superarmos o problema do desemprego. A política do Governo é deixar o povo sem dinheiro. Temos que fazer o dinheiro circular nas mãos do povo. O dinheiro circulando cria emprego. Para isso, é preciso priorizar o desenvolvimento

econômico e social. Se não for assim, ficaremos adorando um novo deus que é o “controle da inflação”. E que não está controlada. Tudo aumenta. Só não aumenta o salário. Porque o aumento do salário prejudica o controle da inflação. Então, a política econômica está errada. Isso é a maior raiz do desemprego e nós, como homens públicos, temos que ajudar a superar, mesmo que seja parcialmente. Então, aprovamos a frente de trabalho. A frente de trabalho tem um milhão e setecentos mil desempregados na Grande São Paulo. Criamos 50 mil empregos! E os outros? De seis meses, ampliou-se para nove meses. Agora, fez-se um repeteco para voltar e aprovar a lei. Aprovamos. Não seremos contra isso. Isso não é solução. A solução é desenvolvimento para criar emprego e, assim, o dinheiro circular. Então, queremos ouvir o prefeito Celso Daniel sobre as medidas. Registramos que as medidas do Governo não resolvem o problema do desemprego. Parabéns ao Deputado Siraque por ser o coordenador desse importante debate.

SR. VANDERLEI SIRAQUE – Só explicando aos presentes: o Fórum São Paulo Século 21 é um programa criado na Assembléia Legislativa para fazer debates sobre diversos temas da sociedade do Estado de São Paulo. Um deles é sobre a geração de emprego e renda, cujo os coordenadores sou eu e o Jamil. Então, coordenador e relator dessa comissão é composta, além dos deputados, por um conselho em que participam o Secretário de Estado da Secretaria de Relações de Trabalho do Estado de São Paulo, a Fiesp, a Associação de Açúcar e de Alcool, a CUT, a Força Sindical, a CGT e outros conselheiros. Temos várias outras comissões. Vale, ainda, lembrar que o SEADE tem nos ajudado muito nos fornecendo dados sobre o Estado de São Paulo. Passo a palavra ao prefeito Celso Daniel, na qualidade de Diretor Geral da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC.

SR. CELSO DANIEL – Meus cumprimentos a todos. Cumprimentos extensivos a este Fórum São Paulo Século 21, que tem se tornado um importante

espaço de debate e de reflexão a respeito do futuro do Estado de São Paulo. Particularmente, por este grupo temático. Gostaria além de fazer referência às autoridades presentes – Vereador Antônio, Deputado Federal prof. Luizinho e Valdenice, da Central do Trabalho e Renda-, fazer uma exposição centrada em dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar discorrer um pouco a respeito da lógica, do sentido da experiência do Grande ABC em termos de desenvolvimento regional. Trata-se de uma experiência ainda não suficientemente conhecida na própria região, razão pela qual, acredito que seja um ponto de partida importante. Em segundo lugar, gostaria de fazer algumas reflexões mais amplas referentes ao papel que o modelo de desenvolvimento regional pode cumprir no que se refere à geração de trabalho e renda. É importante, desde logo, estabelecermos o que, afinal de contas, tem acontecido, em linhas bem gerais, na região. Principalmente, a partir das décadas de 80 e 90. O que ocorre, na realidade, é um intenso processo de transformação econômica. Que passa, por um lado, sem dúvida, pela expansão do setor terciário. Mas, por outro, passa também por uma reconversão econômica da indústria que ganha relevância cada vez maior. Porque, em parte, algumas empresas industriais têm saído da região. Em grande parte as empresas mais dinâmicas têm permanecido na região fazendo investimentos e se modernizando, mudando relações de trabalho, de tal forma que a região é hoje a mais dinâmica, do ponto de vista industrial de São Paulo, e, portanto, do Brasil. Ocorre que, além da necessidade de enfrentar o desafio desse processo de renovação na indústria, é preciso enfrentar um outro elemento que veio com muito peso para a região do ABC, como esta reformulação industrial, que foi o desemprego industrial. A nossa região hoje, se mantém a sua potência industrial, não mantém mais a sua capacidade de gerar empregos industriais. Nossa taxa de desemprego é muito elevada e a comunidade, de uma forma geral, sente falta do antigo emprego industrial. Tanto isso é verdade que a taxa de desemprego medida pela PED é, infelizmente, um pouco superior à taxa de desemprego do Município de São Paulo e da região metropolitana. Isso não é outra coisa senão a expressão desse processo

de desemprego industrial pelo qual a região vem passando. É nesse quadro que as lideranças têm se conscientizado da necessidade de mudar a abordagem do que acontece na própria região. Durante todo o século XX, a não ser nessa última década de 90, a geração de trabalho e renda no Grande ABC, se deu por meio do investimento privado, sem que os poderes e as lideranças locais estivessem comprometidos com um processo que aproximasse as questões do desenvolvimento às questões e decisões tomadas localmente. Isso começou a mudar, principalmente, com a criação do consórcio intermunicipal, em dezembro de 90. Um segundo passo, muito importante, foi a criação do Fórum da Cidadania do Grande ABC em 94. Uma instituição da sociedade civil que conta com mais de cem entidades filiadas. Em 97 tivemos um passo fundamental, dado com a eleição de novos prefeitos, que foi a criação da Câmara Regional do Grande ABC, instituição não formalizada, mas um espaço público da maior relevância, porque tem reunido as sete prefeituras e a sociedade civil, empresários, trabalhadores, parlamentares da região, todos irmanados em torno da criação de propostas conjuntas que visem resolver problemas regionais, sempre com a perspectiva de que os conflitos permanecem e vão permanecer. A respeito disso, elementos importantes de uma comunidade cívica começam a germinar na região do Grande ABC. Além disso, em 98, foi fundada a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. É uma instituição formal, majoritariamente não governamental, tendo como maioria membros da sociedade civil e estrutura própria. Esse conjunto de instituições configura hoje a busca da construção de um modelo de desenvolvimento regional a partir de uma nova institucionalidade regional que foi criada a partir de baixo. Ou seja, do poder local, das comunidades e do poder legislativo locais, com a participação conjunta do Governo do Estado. É um modelo bastante inovador que protagoniza uma iniciativa de vanguarda no Brasil com essa configuração a que fiz referência. Um modelo de gestão muito democrático. O segundo elemento a que queria fazer referência sobre a questão da ação regional diz respeito à própria filosofia de trabalho, porque a filosofia de trabalho pode ser muito diversificada. Hoje

em dia, no Brasil, temos a idéia de que para se ter desenvolvimento local é preciso fazer uma derrama fiscal. Nós, do Grande ABC, não acreditamos que esta seja a alternativa. Não acreditamos que seja a guerra fiscal uma alternativa que possa fortalecer o nosso pacto federativo, muito pelo contrário, tende a esgarçá-lo. Precisamos de modelos que permitam estabelecer relações de cooperação entre os vários entes federados, para fortalecermos nossa federação a partir de baixo. Somos críticos veementes da guerra fiscal. Temos a esse respeito, levado a efeito um conjunto de acordos regionais que envolvem ações concretas. Por exemplo, ações de combate à enchentes. Ações muito importantes que podem trazer vantagens extremamente importantes no conjunto da região metropolitana da Grande São Paulo, do Grande ABC, que poderá ser a primeira região livre das grandes enchentes. Temos implantado programas importantes de requalificação do sistema viário, por meio de parcerias entre prefeituras e Governo do Estado. Levamos a efeito programas muito importantes na área social, como é o caso do MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos). Estamos fazendo programas vinculados à criança e ao adolescente em situação de risco social. Temos levado a efeito importantes programas na área de apoio ao fomento à atividade econômica. Temos o PROMO e um programa de Central de Negociações de matérias-primas. Isso só para citar um exemplo das várias iniciativas que envolvem o setor automotivo, turismo, o hoteleiro, entre várias outras cadeias de setores produtivos da nossa região. Portanto, temos desenvolvido, ações, como dissemos, que agregam benefícios à região, qualidade de vida, equipamentos sociais na área de educação, saúde e moradia. E que, portanto, estão comprometidos com a melhoria das condições de vida e, com isso, querem atrair novos empregos. Uma estratégia que se choca com a estratégia da guerra fiscal, porque valoriza a cidadania, os direitos, a qualidade de vida para atrair a geração de novos empregos e de novos investimentos. Gostaria de fazer quatro ponderações mais amplas sobre o tema da geração de trabalho e renda e do desenvolvimento regional. A primeira ponderação diz respeito exatamente àquilo que acabei de comentar, ou seja, é perfeitamente

possível a experiência da ação regional do Grande ABC a implantação de modelos de desenvolvimento local. No entanto, há modelos e modelos de desenvolvimento local. É perfeitamente possível se ter desenvolvimento local sem haver a geração de empregos na localidade. Isso depende do tipo de modelo incrementado. Se a ênfase está voltada apenas à modernização tecnológica, ao investimento da grande empresa que hoje, mais e mais poupa trabalho, pode se ter perfeitamente o desenvolvimento econômico da região sem a respectiva geração de trabalho e renda. Por isso é fundamental o tema da geração de trabalho e rendas e que metas sejam estabelecidas referentes à geração de trabalho e renda para que tenhamos, efetivamente, um modelo de desenvolvimento que inclua as pessoas, que combata a exclusão social e, particularmente, a econômica. Não nos interessa ter o desenvolvimento local sem a geração de trabalho e renda. Por isso que um modelo de desenvolvimento focado, voltado à geração de trabalho e renda é absolutamente fundamental e tem tudo a ver com a perspectiva da cooperação e do trabalho vinculado a acordos, que é a filosofia básica de trabalho da Câmara Regional. A segunda observação diz respeito à dialética entre o local, o global e o nacional. Pessoalmente, estou plenamente convencido de que é preciso fugirmos de uma dicotomia, de uma oposição radical entre aqueles que defendem que no mundo globalizado o que vale são apenas as ações regionais. Essa é uma fase defendida por setores ultradefensores no mundo, que pregam até o fim do Estado. Não concordamos com essa afirmação. Essa é uma afirmação extremada que tem que ser rechaçada. Há uma outra afirmação que também não dá conta da potencialidade das iniciativas locais. Essa é muito comum, inclusive, nos setores progressistas, de acordo com a qual tudo só é resolvido a partir de uma mudança da política econômica do Governo Federal. Não tenho nenhuma dúvida da relevância decisiva da política econômica do Governo Federal no que se refere ao seu rebatimento sobre determinadas localidades. A política macroeconômica é decisiva. O que quero dizer é o seguinte: se por meio de uma política econômica completa fosse possível relançar o desenvolvimento econômico no Brasil numa linha muito

mais segura, muito mais independente em relação ao sistema financeiro internacional e se a política econômica nacional é fundamental, também é fundamental aquilo que acontece nessa ou naquela região. Isso porque uma dinâmica condiciona a outra. Isto quer dizer que, o impacto que o processo de globalização e o impacto que a política macroeconômica tenham sobre uma determinada região, será muito diferenciado dependendo de como essa região se arme do ponto de vista econômico, social, cultural e urbano para poder levar a efeito um processo de desenvolvimento econômico regional. Costumo sempre citar o exemplo da terceira Itália, do norte da Itália, que conseguiu implantar um modelo de desenvolvimento muito mais equilibrado regionalmente, com geração de trabalho e renda numa situação em que a política econômica do Governo Federal era inteiramente distinta. Era oposta ao que foi aplicada nestas regiões da Itália. E o resultado foi extremamente positivo para essas regiões. A região do Vêneto, por exemplo, há décadas, trouxe imigrantes para o Brasil e para a região do ABC, porque não havia espaço para a mão-de-obra naquela região. Hoje em dia, há regiões do Vêneto onde existem pleno emprego, diferentemente de muitas regiões do Sul da Itália. Isso se deve ao modelo de desenvolvimento local que foi implantado nessas regiões, baseado na cooperação e prioridade à micro, pequena e média empresa. Por isso, me parece claro evitar a existência dessa dialética entre o local, o nacional e o global que precisa ser respeitada, até porque se queremos ser protagonistas de um modelo de desenvolvimento alternativo para o nosso país, é fundamental que venha acompanhado por uma redefinição do pacto federativo. O que significa uma valorização dos processos de desenvolvimento local e da geração de emprego e renda também local. Uma terceira observação tem a ver, nobres Deputados Jamil e Vanderlei Siraque, com o Estado de São Paulo. Estou convencido de que a experiência da Câmara Regional do Grande ABC, do Fórum da Cidadania, do Consórcio Intermunicipal, da Agência de Desenvolvimento Econômico Regional, é muito instrutiva se queremos repensar o próprio Estado de São Paulo. De um lado, repensar o Estado de São Paulo no que se refere à gestão

metropolitana. Por que não se repensar um modelo para que se tenha uma gestão metropolitana que envolva a região metropolitana da Grande São Paulo? Pessoalmente, penso que se o Município de São Paulo, Governo municipal e comunidade paulistana, assumissem para si a responsabilidade, não apenas de levar a efeito um processo de descentralização radical, do ponto de vista político e administrativo, porque o município da capital é muito amplo para ser administrado de maneira centralizada como vem acontecendo. E, por outro lado, se o município de São Paulo assumisse, Governo e comunidade, um papel protagonista no que se refere à gestão metropolitana, deixando de olhar apenas para o município de São Paulo, poderíamos ter uma gestão metropolitana envolvendo parceria, um trabalho conjunto com as várias regiões nas quais a região metropolitana se compõe. Por isso, repensar a gestão econômica hoje, principalmente, na Grande São Paulo, significa olhar com todo carinho para tudo que tem sido feito pela região do Grande ABC em termos de novo modelo de gestão regional metropolitana. E, para finalizar, queria fazer uma ponderação a respeito do conjunto do Estado de São Paulo. Creio que tem faltado ao Estado de São Paulo uma proposta de desenvolvimento econômico e social integrada. O Estado de São Paulo continua sendo o Estado líder da federação brasileira e tem sofrido bastante com a guerra fiscal, levada a efeito por outros Estados, e pessoalmente, não acho que a resposta do Governo do Estado seja entrar também na guerra fiscal. A resposta do Governo do Estado, por outro lado, não pode ser também a ausência de um projeto de desenvolvimento econômico e social. Precisamos elaborar no âmbito do Estado de São Paulo, um projeto de desenvolvimento que reafirme a pujança, a potência e o papel do Estado de São Paulo, sem deixar de levar em consideração um papel, que me parece básico e que deve se cumprido pelo Estado de São Paulo, para a reconstrução do pacto federativo. Um pacto mais igualitário, que combata as desigualdades sociais tão profundas nesse país. Deveríamos dar, portanto, ênfase muito grande a proposta de regionalização do desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo, ou seja, um desenvolvimento que tivesse uma diretriz geral para o

conjunto do Estado de São Paulo, discutida com a ampla participação da comunidade e não apenas do Poder Público. Uma diretriz ampla e geral que fosse concretizada a partir das peculiaridades e vocações locais. O que é perfeitamente possível e necessário, porque esse desenvolvimento potencializaria a geração de trabalho e renda, o investimento e o dinamismo econômico de cada uma das regiões do Estado de São Paulo. Novamente, acredito que o exemplo e a experiência da Câmara Regional do Grande ABC são de imensa valia. Por isso, gostaria de deixar uma palavra de crença no fato de que novidades, iniciativas, protagonistas que têm a ver com projetos alternativos como esses, que têm imperado na região do Grande ABC, não podem ser imitados, mas, podem perfeitamente servir de referências fundamentais para termos condição de, em conjunto, repensarmos num desenvolvimento para o Estado de São Paulo que esteja efetivamente baseado no equilíbrio regional, na geração de trabalho e renda e, portanto, um desenvolvimento que tenha como referência fundamental os direitos de cidadania para todos. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. VANDERLEI SIRAQUE – Passaremos a palavra ao Sr. Valdenício, que é coordenador da Central de Trabalho e Renda de Santo André.

SR. VALDENÍCIO – Primeiramente, agradeço a oportunidade de estar participando desse evento da comissão do trabalho, saudar as autoridades presentes, Deputados Vanderlei Siraque e Jamil Murad, nosso querido prefeito Sr. Celso Daniel. Os vereadores Antônio Padre e o nosso Deputado Luizinho e demais autoridades que, porventura, não sei o nome e que estão presentes. Agradeço a oportunidade de participar desse debate e comissão, de um tema extremamente importante para a nossa realidade hoje. Na qualidade de diretor executivo da Central de Trabalho e Renda, vim resgatar um pouco o histórico dessa instituição e os objetivos que ela tem como missão na região do ABC. A região do ABC é a mais industrializada do País e sempre o foi, e que sofreu, e vem sofrendo, a partir de

meados dos anos 80, um processo grande de evolução tecnológica. A abertura econômica a partir dos anos 90 levou, de fato, a uma aceleração da modernização do processo produtivo. O resultado é que as grandes categorias industriais da região do ABC, começaram a sofrer uma diminuição muito grande do seu quadro de trabalhadores. Em 1987 a categoria metalúrgica tinha 227 mil trabalhadores. Hoje, no ano 2000, a categoria está um pouco abaixo de 100 mil trabalhadores. Só por esse número, podemos perceber o quanto o desemprego nessa região afetou a atividade econômica como um todo. Por isso, sem dúvida alguma, as pesquisas têm apontado o número, nos últimos anos, da população economicamente ativa da região do ABC e desempregada, gira em torno de 220 e 240 mil nesses últimos anos. Então, é um quadro crítico para uma população de 2 milhões e 200 mil. Para uma população economicamente ativa de um milhão e 200 mil, temos quase que 20% dessa população economicamente ativa desempregada nesses últimos anos e sem perspectiva de fato de que possam estar voltando ao mercado de trabalho. Nesse sentido, a Central Única dos Trabalhadores, que por meio dos sindicatos da região tem participado de vários debates, essas iniciativas todas tomadas e sendo levadas num trabalho profundo na região, tem o interesse efetivo de ajudar a buscar soluções que possibilitem resolver alguns problemas graves da região. Nesse sentido todo nasceu a Central do Trabalho e Renda, em meados de 1999. Uma iniciativa da CUT com os sindicatos da região em parceria com a prefeitura municipal de Santo André que a prefeitura também buscava uma alternativa que pudesse trabalhar essas questões importantes. A Central nasceu com a missão de inserir o trabalhador no mercado de trabalho e tem como objetivo colocar e recolocar as pessoas no mercado de trabalho. Sabemos que o papel da Central não pode restringir-se somente a recolocação das as pessoas no mercado de trabalho, porque entendemos que esse mercado formal de trabalho não vai absorver a mão-de-obra existente. Há que se ter um desenvolvimento econômico muito grande no país e incentivos muito grandes às pequenas, micros e grandes empresas. Com a geração de novos negócios possibilitei incluir no mercado de trabalho, não somente

os 240 mil trabalhadores desempregados que temos na região do ABC, mais 20, 30 milhões de desempregados ou subempregados que existem o Brasil como um todo. Entendemos que, de fato, devam existir ações nesse sentido, para que tenhamos condições de absorver essas pessoas. Nesse sentido, desenvolvemos junto com a Prefeitura Municipal de Santo André ações de criação de cooperativas de trabalhadores e cooperativas de serviços. Cooperativas que possibilitem uma maior agregação de pessoas à geração de renda. Nossas ações buscam efetivamente para que o nosso acordo com o Ministério do Trabalho recoloca as pessoas no mercado formal de trabalho, com carteira assinada, com todos os benefícios e as garantias efetivas daquelas que conhecemos. Como entendemos que não há uma absorção desse grupo de desempregados, nossas ações se voltam, então, para a geração de renda por meio de cooperativas e microcréditos. Inauguramos, junto com a Prefeitura, uma cooperativa de trabalhadores da Saúde com 48 trabalhadores, que passaram por todo um processo de informação. Hoje, temos cooperativas de psicólogos sendo desenvolvida dentro da Assembléia do Trabalho e Renda e dois grupos de interesse que estão sendo convidados a discutir e a desenvolver um trabalho de formação de cooperativas na área do telemarketing e de instalação de telefones. Além desse trabalho, que é buscar criar e incentivar a criação de cooperativas, trabalhamos a formação profissional, sendo importante para que as pessoas que saíram dos seus empregos na indústria, e que hoje não conseguem voltar, possam a partir da participação de programas profissionais qualificar ou redirecionar a suas vidas profissionais para um mercado de trabalho. No ano de 1999, trabalhamos com 6.800 trabalhadores, dando-lhes cursos de formação profissional em 51 cursos, com a perspectiva que possam efetivamente melhorar o nível de conhecimento. Esse ano a perspectiva da Central era de formar 20 mil trabalhadores, dando cursos de qualificação. Criando a possibilidade dessas pessoas se requalificarem e se educarem profissionalmente e buscando uma nova área no mercado de trabalho. A perspectiva era de 20 mil. Não sei se vamos conseguir, porque o Governo do Estado ainda não nos liberou os recursos. No

período de agosto de 1999 até hoje, a Central de Trabalho e Renda conseguiu recolocar no mercado de trabalho, 2.068 trabalhadores. É um número muito pequeno, dada a necessidade da região. Temos vários fatores para gerar um trabalho mais efetivo e que possibilite uma atuação melhor. Do ano passado para cá, as perspectivas eram extremamente pessimistas para o mercado de trabalho. O nível de exigência do empresário para contratação é um nível de exigência que, às vezes, extrapola o bom-senso da realidade que o país vive. Na nossa região, temos um perfil de trabalhador com característica bastante diferenciada do restante do Brasil, próximo da do mercado europeu, em que média de escolaridade, por exemplo, do cadastrado da Central, é relativamente alto, sendo em torno de 10 a 11 anos. A média do Brasil é de 3,9 anos. E na região é em torno de onze anos. Na maioria das vezes, são trabalhadores com pouca experiência e os que a tem são de profissões já extintas, em função da modernização tecnológica. Temos muitos trabalhadores que saíram das indústrias porque o seu posto de trabalho foi extinto. Esses que saíram das empresas, não se enquadram no perfil hoje exigido pelos empresários. Por que não se enquadram? Primeiro, entre outras situações já colocadas, como existe, e aí funciona, de fato, a lei de oferta e procura, a lei de mercado, quando existe uma oferta grande de um produto, sabemos que o preço do produto cai. Quando a oferta é pequena, o produto se valoriza. Na mão-de-obra me parece que não é diferente. Como existe um grande número de desempregados na região, os empresários têm um leque maior de procura, de oferta de mão-de-obra e podem escolher à vontade e oferecer aquilo que acham que é importante a um custo menor. Os empresários buscam, de fato, reduzir os custos para que as empresas deles sejam mais competitivas. Nesse aspecto, se reduz a oportunidade de muitas pessoas estarem voltando ao mercado de trabalho. E, por outro lado, a questão desse mercado estar estagnado, enfim com essa oferta grande e pouca absorção, é que os setores que mais estão contratando são os de serviço e comércio. Para os senhores terem uma idéia, hoje temos na nossa Central 878 empregos disponíveis. Isso para o mercado formal. Temos não cadastradas mais de

1.200 vagas para vendedores autônomos que não têm benefícios e nem carteira assinada. O trabalhador desempregado tem que se adaptar hoje a essa realidade. Essa mudança do perfil do mercado de trabalho, não foi feita de forma importante para o acompanhamento daqueles que estavam deixando o seu emprego, na empresa em que trabalhavam. Não houve abertura da economia e transformação do mercado de trabalho. Nem ação que pudesse caminhar concomitantemente com a desativação de outros empregos, para que se fizesse essa transição dos trabalhadores de determinadas funções para entrarem em outras no mercado de trabalho. Esse é um trabalho que não foi feito. O Estado que deveria fazer isso não tomou essa medida. Agora, nós, os sindicatos, estamos, de fato, trabalhando efetivamente em ações como essa para mostrarmos aos trabalhadores desempregados que é preciso se readequar, dentro do mercado de trabalho, e não dentro do sistema, e que é preciso buscar uma alternativa para o trabalhador estar novamente nesse mercado de trabalho e assim gerar a sua renda. Enfim, ter condição para sobreviver e estar inserido no mercado de trabalho. Esse é o desafio e o trabalho que desenvolvemos na Central. Temos um programa de orientação para o trabalho- que mudará de nome- que busca trazer essa realidade para o trabalhador desempregado. Muitas vezes, esse trabalhador não sabe por que está desempregado, por que saiu da empresa, por que o posto de trabalho dele foi desativado e está aí fora buscando o mesmo cargo que exercia há 10 anos e que deixou de existir porque foi engolido por outras funções ou, porque, de fato, a máquina o tomou ou ainda outros trabalhadores a estão exercendo dentro de outras funções. A Central de Trabalho e Renda, além de buscar desenvolver ações junto ao empresariado, principalmente, para negociar com o mesmo determinados critérios que coloca em algumas vagas e que dificultam a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, é também tentar mostrar ao trabalhador a necessidade que tem de conhecer o mercado de trabalho e saber que é preciso mudar. Determinadas funções que exercia anteriormente, para uma realidade mais concreta que vivemos hoje desse perfil de trabalho. Em que pese que temos colocado 72 mil trabalhadores

cadastrados. Desses 72 mil trabalhadores, colocamos 2.100 trabalhadores no mercado de trabalho. O nosso grande problema é a negociação com o empresário para flexibilizar determinados critérios para que possamos melhorar esses números de colocação no mercado de trabalho. Existe uma cultura no país porque nunca se trabalhou uma política pública de fato. As experiências de sistemas públicos de emprego são colocadas por decreto. Nossa proposta é a de construirmos com os empresários da região, com o poder público local e estadual, um sistema público de emprego em que o empresário não tenha custo nenhum desse sistema. Mas, sim, que o empresário se utilize desse sistema. Que coloque a vaga que precisa para poder contratar um profissional dentro desse sistema. Que o sistema mande para esse empresário o trabalhador com o perfil indicado e que o mesmo, ao procurar um sistema público como esse, encontre todas as ações necessárias para suprir sua necessidade enquanto cidadão. Queremos, com esse projeto, construir uma cultura de sistema público de emprego, diferente de tudo o que está aí. Procuramos com esse sistema público de trabalho e renda criar, primeiro, um sistema público de emprego que, de fato, integre todas as ações do sistema público de emprego e atenda tanto a trabalhadores desempregados e quanto a empregadores em todas suas ações importantes: emissão de carteira profissional de trabalho, Fundo de Garantia, abertura de seguro desemprego, qualificação profissional, programa de orientação para o trabalho e outras ações mais para esse grupo. Em segundo, que isso não tenha custo para esse grupo, para esses autores. Por meio do que o Estado recolhe, pelos tributos e impostos, tem recursos que podem financiar atividades como essa. Se conseguirmos criar um sistema público de emprego e essa cultura no país, de que os autores responsáveis de um setor da economia, ou da vida da sociedade de forma geral, possam buscar as soluções ou resolver os problemas de acordo com a necessidade que cada um tem. Então, estamos com esse objetivo. Queria, só para encerrar, dizer, que essa é uma iniciativa que devemos, conjuntamente com o poder público local, Executivo, Legislativo, Estado, reforçar e aprimorar, para que consigamos cumprir o objetivo, que não é resolver o

problema do desemprego. A nossa missão não é essa. É, sim, facilitar para que o empresário contrate e para que o trabalhador ache o seu caminho. Porém, com essa sinergia, atividades e ações, é possível que possamos interferir, também, na macroeconomia para que acelere o processo de desenvolvimento e o de emprego, que é importante para nós da região do ABC. Era isso. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. VANDERLEI SIRAQUE – Muito obrigado por sua fala. Agora, passo a palavra ao Sr. Sinésio, que é gerente de estudos especiais da Fundação SEADE, que muito tem colaborado com a Assembléia Legislativa neste projeto Fórum Século 21.

SR. SINÉSIO – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao convite que foi feito à Fundação SEADE para participar desse evento. Gostaria, também, de cumprimentar a todos os presentes. Farei uma exposição rápida, tentando identificar alguns dos principais problemas do mercado de trabalho na região metropolitana do Estado de São Paulo e no ABC. Tentarei destacar alguns segmentos populacionais, alguns problemas específicos do mercado de trabalho. Em especial, o crescimento do desemprego nesses últimos anos e fazer algumas considerações sobre alternativas de políticas ou de ação pública que possam atender esses problemas mais específicos. Evidentemente, o crescimento do desemprego que verificamos ao longo da década de 90, reflete um conjunto de situações e de decisões, de movimentos que aconteceram na economia, especialmente na paulista e da região metropolitana de São Paulo. É difícil identificar um único motivo. O fato da economia não ter crescido de forma expressiva, ao longo dessa década, por um lado, e as mudanças organizacionais que aconteceram nas empresas, por outro lado, tudo isso contribuiu, e, talvez, tenham sido os principais elementos que contribuíram para o crescimento do desemprego. Porém, aconteceram, nesse período, mudanças na composição da força de trabalho. A população economicamente ativa se alterou profundamente nesses últimos anos. E isso, também, teve um impacto no comportamento desse indicador que é o do desemprego. Começarei falando

exatamente sobre essas mudanças na composição da população economicamente ativa sendo que dessa percepção e análise derivam algumas conseqüências de intervenção do setor público ou da sociedade. Não, especialmente, no que diz respeito ao mercado de trabalho diretamente, mas em outras formas de atuação que estão relacionadas com essa mudança na composição da população economicamente ativa. Uma primeira observação é ressaltar o fato de que a população economicamente ativa vem crescendo num ritmo mais acelerado do que está crescendo o número de ocupações. A economia tem gerado menos ocupações do que o número de pessoas que estão entrando no mercado de trabalho. Isso é, basicamente, o que está fazendo a taxa de desemprego crescer. Essa diferença de ritmos de oferta de postos de trabalho para oferta de pessoas tem vários determinantes. No que diz respeito a esse crescimento da população economicamente ativa, da oferta de pessoas no mercado de trabalho, um elemento que, talvez, se distinga do que vinha ocorrendo nas décadas anteriores, é o maciço ingresso de mulheres no mercado de trabalho. Esse crescimento tem várias razões que se pode admitir, que se explique esse crescimento. Entretanto, um deles seria que os postos de trabalho que estão sendo criados, especialmente no setor terciário, sejam postos de trabalho típicos do emprego feminino. E, portanto, as mulheres têm um atrativo para entrarem nesse mercado. Isso associado a elementos de mais longo prazo, o fato das mulheres terem menos filhos do que no passado, terem um papel que até então não tinham. Tudo isso induz as mulheres a ingressarem no mercado de trabalho. Pode se admitir, também, o fato de os homens estarem apresentando maiores dificuldades para entrarem no mercado de trabalho, especialmente, as pessoas com idades mais avançadas, obriga as famílias a se reorganizarem de modo que outros membros, especialmente as cônjuges, entrem nesse mercado. Esse fato nos leva a questionar como essas famílias se reorganizam, uma vez que agora, temos uma participação muito intensa das mulheres no mercado de trabalho, especialmente, das mulheres casadas. Elas incorporam funções de que dispomos, mas que são especialmente as mulheres

casadas que têm ingressado intensamente no mercado de trabalho. O fato das mulheres entrarem no mercado de trabalho, devido à própria forma que a nossa sociedade se organiza, onde as mulheres têm um papel importante para a manutenção das famílias, quando se trata de uma família de renda mais elevada, esses trabalhos domésticos, a guarda dos filhos, o preparo dos alimentos, é substituído, seja adquirindo-se equipamentos, produtos mais sofisticados para que se possa preparar rapidamente ou utilizando-se de outros serviços, para a guarda dos filhos e a manutenção do próprio domicílio. Pode-se, ainda, contratar uma empregada doméstica, que passa a substituir a dona de casa de renda mais elevada. O fato de uma mulher, de renda mais elevada, entrar no mercado de trabalho, significa uma reorganização do trabalho doméstico e dessa forma está gerando novos postos de trabalho para outra mulher de renda mais inferior. Se para essas famílias de renda mais elevada, o ingresso da mulher para o mercado de trabalho pode ser resolvido dessa forma, fica a questão de como essas mulheres de renda mais baixa resolvem os seus problemas domésticos, à medida que elas vão para o mercado de trabalho. Esse aspecto é, particularmente, complicado nesse momento, pelo problema que temos na nossa sociedade, da violência, das drogas, do crime organizado etc., de modo que as crianças, que os filhos dessas famílias de renda mais baixa, geram um problema a ser resolvido. Problema esse que, aparentemente, é doméstico, mas que dada sua dimensão e a conjuntura complicada que vivemos sobre essas questões criminais, de segurança etc., essas crianças tendem a ficar muito expostas à ação, ou aos efeitos dessa violência. Esse problema se transforma num problema social. Evidentemente, esse ingresso acentuado das mulheres no mercado de trabalho deixa um espaço, que acredito seja um espaço privilegiado de ação pública, especialmente, municipal, que é a geração de creches. Esse problema das crianças, da ausência dos pais nas casas, nas suas residências, se torna mais grave por um outro fato que tem a ver com essas mudanças, que é o dos jovens terem, cada vez mais, dificuldades para obterem um trabalho. Ao mesmo tempo em que aumentamos a participação

feminina no mercado de trabalho, diminuimos a participação dos jovens nesses mercados. A opção do ingresso precoce no mercado de trabalho, como forma de se evitar essa permanência na ociosidade, é cada vez menor, uma vez que as empresas fazem exigências de qualificação profissional, de experiência profissional maiores, de modo que esses jovens adiam o seu ingresso no mercado de trabalho. Isso, de um lado, tem o seu efeito positivo, que é a possibilidade desses jovens permanecerem mais tempo na escola e terem um desempenho escolar mais adequado. Porém, o período das escolas, especialmente de 1.º grau, é um período parcial, significando que boa parte do tempo desses jovens é ocioso. Dada a inexistência de opções de lazer ou de atividades culturais direcionadas para jovens, especialmente, para os jovens dos segmentos sociais de renda mais baixa, esse problema se agrava ainda mais. De modo que ações também nessa direção, de auxiliar os jovens a obter o primeiro trabalho, seja por meio de incentivos às empresas para que contratem esses jovens, seja por meio de outras formas de socialização desses jovens, me parece, também, um caminho importante para ser perseguido. E, especialmente, para os governos locais. Além disso, houve uma outra mudança que foi na estrutura ocupacional. Do lado da estrutura ocupacional, também houve uma mudança importante do mercado de trabalho. Além do fato da economia não gerar postos de trabalho em número suficiente para incorporar as pessoas que estão entrando nesses postos de trabalho, por outro lado, a qualidade desses postos de trabalho se deteriorou rapidamente ao longo da década de 90. Se olharmos que tipos de empregos foram gerados na Grande São Paulo, ao longo desses últimos 10 anos, perceberemos que foram privilegiadamente os empregos sem carteira de trabalho assinada, ou trabalho autônomo ou o doméstico. Quer dizer, é impossível que uma sociedade como a nossa possa sobreviver de forma permanente e digna, com postos de trabalho desse tipo, que são, em geral, postos de trabalho de qualidade muito baixa. Essa mudança na qualidade dos postos de trabalho, refletiu, de certa forma, a mudança, também, na estrutura setorial do emprego. Em que a indústria, por conta de uma série de mudanças técnicas, e

mesmo, dificuldades de produção, decorrentes de política macroeconômica, acabou por reduzir drasticamente sua geração de empregos. E o setor terciário, de certa forma, substituiu a indústria no que diz respeito à geração de postos de trabalho. Porém, tanto o número como a qualidade desses postos de trabalho têm sido insuficientes, de modo que a taxa de desemprego vem crescendo. E, ainda assim, as ocupações que estão sendo geradas são de pior qualidade, com um peso muito importante do setor informal. A necessidade, portanto, de se gerar novos postos de trabalho, que só é possível com o crescimento da economia de forma acentuada, e a capacidade de resposta é positiva. Nesses últimos meses, a quantidade de postos de trabalho gerada, inclusive no ABC, foi muito relevante. Evidentemente, o crescimento da economia seria o fator determinante para se reduzir o desemprego. Alguns segmentos populacionais, da mesma forma que falei das mulheres e dos jovens, merecem atenção especial. Existem alguns segmentos que têm suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho muito limitadas. Especialmente, aquelas pessoas com escolaridade muito baixa. Nesses segmentos, mesmo que a economia cresça, dado o grau de exigência que as empresas vêm impondo para as novas contratações, essas pessoas simplesmente não têm mais condições de competir no mercado. Ações nessa direção, ao mesmo tempo que tornam essas pessoas ocupadas, dão a elas uma renda e, ao mesmo tempo, a capacidade de melhorar o nível de escolaridade dessas pessoas são medidas importantes. Da mesma forma, todo sistema público de emprego, que hoje inclui as centrais sindicais, colaborando com o Estado nessa intervenção, é um sistema fundamental. Especialmente, por ser um dos mecanismos e, talvez, um dos poucos, que nessas populações de menor qualificação, esse sistema tem um papel importante a cumprir no país, à medida que atende essa população. Poderíamos destacar melhor esse ponto no debate. Esses pontos que mencionei, o crescimento importante da participação feminina, com mudanças que ainda não sabemos bem o seu significado para o conjunto da sociedade, no que diz respeito à organização dessa família e as dificuldades crescentes dos jovens ingressarem no mercado de trabalho

e a necessidade de ocupá-los, seja profissionalmente, ou seja com outras formas de atuação, de forma a deixá-los menos expostos à violência que vem causando índices de mortalidade, em relação a esses jovens, realmente alarmantes. Por outro lado, essa mudança estrutural da economia com o crescimento importante da informalidade e das ocupações menos protegidas e a dificuldade de certos segmentos sociais obterem até mesmo essas ocupações. Requerem, também, nesses aspectos, intervenções, seja no que diz respeito a esses segmentos populacionais, seja na geração de novos postos de trabalho. Só para concluir, seria importante ter em mente que a redução da gravidade desse problema só pode ser tratada se nos objetivos da política macroeconômica estiverem incluídas metas de geração de emprego. Fico por aqui. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. VANDERLEI SIRIQUE – Anunciamos a presença do Vereador de Ribeirão Pires, o Sr. José Alberto Gomes. Vamos abrir a palavra para as pessoas interessadas por, no máximo, 3 minutos. Faremos uma bateria de perguntas e depois devolveremos a palavra à Mesa. Esta reunião está prevista até 12:30.

SR. MAURÍCIO – Bom-dia a todos. Meu nome é Maurício. Moro aqui em Santo André e gostaria de fazer uma pergunta específica sobre a questão do primeiro emprego. Como a agência de desenvolvimento econômico, Central de Trabalho e Renda está procedendo a essa questão? Pode ser também para os deputados. É uma questão que interessa, e muito, ao futuro desse próximo século para inserir a juventude na questão do primeiro emprego.

SR. ARLINDO – O meu nome é Arlindo e minha pergunta é a seguinte, até pela fala nas disposições, percebemos que essa crise, do desemprego, gera o chamado “mundo da economia informal”. Temos, inclusive, uma palavra um pouco estigmatizada que é “ambulante”. Como outros, tenho ouvido o chamado “auto-

emprego”. Qual a importância dessa atividade e como lidar com isso? Como incluir essa atividade nesse processo de relação de renda?

SR. – Só gostaria de fazer um pequeno comentário. Sou um ex- metalúrgico e há uns 16 anos entrei numa empresa como ajudante geral. Saí de lá como operador de tratamento térmico sem fazer nenhum curso. Aprendi tudo na prática. E, hoje em dia, esse tipo de emprego acabou. Não existe mais, sumiu praticamente. E o companheiro perguntou sobre o primeiro emprego na juventude. O que acontece? Hoje a juventude procura se formar, ter uma qualificação e, muitas vezes, não tem acesso à escola pública. A escola pública, hoje em dia, virou um laboratório de diploma. Lá não se aprende nada. Muitos jovens entraram para trabalhar na ferramentaria e os mais antigos tinham que jogar a experiência para eles. Entoa-se, no ABC, desde o final da década de 80, que estamos passando por um processo de modificação muito grande. Então, queria fazer uma pergunta para o Sr. Valdenice: se qualificarmos todos os trabalhadores teremos vagas para todos? Porque, o que o ABC e o Brasil sofrem hoje é a política neoliberal. Por exemplo, tínhamos uma loja aqui chamada Lojas Brasileiras. Fechou-se a loja. Mais um falido? Não, li na Gazeta Mercantil que o dono das Lojas Brasileiras preferiu fechar a loja e aplicar o dinheiro no mercado financeiro. Esse é o país em que vivemos. Gostaria, também, de salientar que as iniciativas que o Sr. Celso Daniel falou são positivas. Temos que buscar solução e mostrar que a sociedade tem proposta. Temos que avançar na nossa luta e barrarmos esse projeto neoliberal. Outro fato que me preocupa é o crescimento do setor terciário. Temos uma massa grande de comércio no setor terciário em que os trabalhadores são totalmente explorados, com baixíssimos salários.

SRA. VANDA VILAS BOAS – Em respeito ao que o Dr. Sinésio falou, uma das causas da diminuição do mercado de trabalho do homem é a entrada da mulher nesse setor. Porém, é uma obrigação e um dever a mulher participar sim. Quanto às

crianças, se todos lutassem para que houvesse creches suficientes, porque me parece que existe uma lei dizendo que tal indústria ou firma com um número X de mulheres empregadas tem que ter uma creche para as crianças. Só que, por exemplo, a firma de Santo André contrata uma creche da Lapa, isso já é de propósito, porque ninguém poderá usar. E, como já disse outras vezes, a maior creche do Brasil se chama “vó”. Essa história de aceitação da mulher no mercado de trabalho, acho que o Sr. concorda também, é porque a mulher, tendo a mesma capacidade e exercendo a mesma profissão, fazendo o mesmo trabalho, recebe muito menos que o homem! Normalmente, no mesmo cargo, se for mulher, o salário é menor que o salário do homem. Temos que arrumar uma maneira para que todos, mulheres e homens, tenham a oportunidade de trabalho. Obrigada. (Palmas.)

SR. DUDA – Gostaria de saber se na Assembléia Legislativa está-se discutindo a questão do serviço militar. Numa época como essa de desemprego, acho que o serviço militar para os jovens seria interessante para dar-lhes uma ocupação. Mas há um desestímulo muito grande no serviço militar pela sua disfunção. Gostaria de saber se há algum projeto nesse sentido, porque se as Forças Armadas prestarem um serviço que seja importante para a Nação, também será uma forma de ocupar o jovem e de educá-lo. O serviço militar educa.

SR. OLÍVIO – Muito boa tarde a todos. Gostaria de dirigir a minha pergunta para o Sr. Valdenice e para o Sr. Vanderlei Siraque. Falamos da mulher que está desempregada. Do jovem que está sem o estudo adequado para entrar no mercado de trabalho. E também foi comentado pelos senhores daquele trabalhador que tinha o seu trabalho, o seu emprego fixo e, hoje em dia, foi superado o que ele fazia. Aqui, no ABC, não seria importante abrir uma firma ou uma rede de empregos para que esses operários que estão deslocados do meio de trabalho possam trabalhar? Terem seu fruto? Serem valorizados e terem o seu lucro também? E uma pergunta ao Sr. Vanderlei, a cultura. Nesse meio todo, o nosso ensino, a parte escolar das

crianças. Não adianta se colocar uma criança no computador, na escola, sem haver um ânimo de que a criança vá a esse computador. Um problema citado, também, é que as mães saem para trabalhar. As mulheres estão realmente no mercado de trabalho. Mas, e a família? Elas estão deixando de olhar a família. Criar creche não adianta, porque criar creche é separar a família. É importante que a mãe deixe a criança em algum lugar para poder trabalhar também. Ela precisa trabalhar porque o marido dela não está ganhando o suficiente. Chegamos à conclusão de que precisamos aumentar o salário, porque o salário que temos hoje em dia é uma vergonha. Precisamos valorizar esse trabalhador e o seu salário para que a sua esposa não precise trabalhar. Porque, essa criança, que é a minha preocupação, não seja esquecida em creche. Muito agradecido a vocês.

SRA. IOLANDA – Os senhores falaram que os desempregados não estão aptos para assumirem os cargos que estão aparecendo agora. Então, faço uma sugestão, que os Senhores Deputados façam uma lei em que todas as escolas estaduais sejam obrigadas a terem computadores e que os alunos tenham uma hora a mais de aula e que estudem computação. É a única solução. Porque a maioria não tem condições de pagar um curso de computação.

SR. VANDERLEI SIRAQUE – Vamos encerrar para o público e vamos desenvolver a Mesa. Passo a palavra ao Dr. Sinésio.

SR. SINÉSIO – Tratarei de alguns fatos que foram citados nessas intervenções. O primeiro fato é que queria esclarecer um pouquinho mais essa discussão entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Parte das mulheres estão no mercado de trabalho por insuficiência de renda das famílias. Agora, também acho que a Sra. tem razão, porque, em alguma medida, as mulheres desejam isso. Elas querem participar da vida coletiva do país, inclusive no mercado de trabalho. O fato das mulheres optarem por ficar em casa ou no mercado de trabalho é um direito de todas. E, portanto, nessa direção, preciso, de fato, pensar, e

essa é a preocupação, o que fazemos com as crianças. A solução de que as mulheres, obrigatoriamente, têm que ficar cuidando dos filhos, não me parece ser a adequada. A disponibilidade de creches é algo relevante, mesmo porque tem muita gente que admite o fato das mulheres aceitarem condições de trabalho piores do que as dos homens exatamente porque isso lhes daria uma maior flexibilidade ou teriam menor tempo dedicado a essa atividade fora de casa e sobraria mais tempo para cuidarem de seus filhos. As mulheres não têm alternativas. Existe um problema, em parte familiar, mas também em parte é um problema social. É preciso que a sociedade conduza esforços para resolver o problema, porque a questão central é a exposição que tem essas crianças à violência. Os jovens precisam de opções de lazer e de atividades culturais nas regiões periféricas. E só por um detalhe, não estou dizendo que as mulheres estão roubando o lugar dos homens e, por isso, o desemprego está crescendo. Estou dizendo que os empregos que foram eliminados, nesses últimos anos, são tipicamente masculinos. E, por outro lado, os postos de trabalho que foram gerados e, não por acaso, são os de pior qualidade, por exemplo, emprego doméstico, trabalho autônomo, trabalho por tempo parcial etc., que foram preenchidos pelas mulheres. Ficarei aqui nessa discussão. Muito obrigado.

SR. VANDERLEI SIRAQUE – Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

SR. JAMIL MURAD – Queria registrar a grande importância desse debate que ajuda a elucidar o caminho para a solução dos grandes problemas. Temos que partir do que o Governo prega e defende, em Brasília, para o país todo. O que se prega é que o trabalhador brasileiro está desempregado por baixa qualificação profissional, por baixa escolaridade. O próprio Valdenice nos disse que a maioria dos trabalhadores, no ABC, que procuram a Central de Trabalho e Renda, tem 10 a 11 anos de escolaridade. É a média. Então, é mentira que é por falta de qualificação. E o SEADE, que o Sr. Sinésio defende, tem estudos mostrando que,

nas faixas mais escolarizadas, inclusive com o nível universitário, o desemprego está alto. Temos que buscar algum outro motivo para se justificar o alto desemprego aqui no Brasil, que atinge cerca de 20% da nossa população economicamente ativa. Segunda questão, os encargos sociais, férias, décimo terceiro, fundo de garantia e outros, tudo isso leva um peso para as empresas, de tal forma que elas não estão tendo capacidade de emprego. Era necessário diminuir os encargos sociais e, com isso, se geraria empregos. O que o Sr. Paulo, da Força Sindical falou recentemente? O diretor da Fiesp defendeu essa tese e o Sr. Paulo disse que essa tese era mentira, porque existe aqueles contratos temporários e, depois da vigência deles, não se nota aumento do emprego. Portanto, os empresários aproveitam-se da redução dos direitos para resolverem os seus problemas econômicos e financeiros e não criam emprego. Uma outra questão importante é que o desemprego seria pela modernização da produção. Em parte, isso tira uma parcela do emprego. No entanto, isso não justifica o grave desemprego que estamos vivendo. Queria aqui parabenizar o diretor da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC, o prefeito licenciado aqui da Cidade, o prof. Celso. Porque, como homem público e como prefeito da cidade, junto com outros prefeitos e autoridades do setor privado e público, procura solucionar a questão do desemprego. A postura do homem público ajuda ao indivíduo não fazer uma besteira, cometer um crime ou um suicídio, deixando a família numa situação ainda pior. Agora, por outro lado, as iniciativas tomadas ajudam a esclarecer que só o esforço do poder local não resolve. E aí topamos com problemas como esse. A política nacional está indo para o rumo de favorecer o grande capital financeiro internacional e nacional privado que não se importa com o desenvolvimento, com a produção. Se importa, sim, com o lucro fácil. O Governo também jogou pesado com o salário mínimo. R\$151,00 de salário mínimo são R\$0,50 por dia de aumento. R\$0,50 por dia de aumento, deixa o povo sem dinheiro. A que conclusão chegamos? Que a fórmula do Governo é para o povo ficar sem dinheiro. Surge aí o desemprego. Tudo isso tem sua origem na política do Governo, que não estimula a produção, o comércio e a circulação de

dinheiro na mão do povo. Precisamos de um Governo que lute pelos interesses do povo. Temos que ter um desenvolvimento com base na poupança interna, com o povo ganhando mais. O que estamos vendo é que o Brasil depende exclusivamente do empréstimo externo e isso é um grave erro. As dívidas interna e externa aumentaram bruscamente. Essa política econômica levará o país ao caos. E já estamos no caos. Vemos pobre matar pobre. Criança matar professora na sala de aula. É algo inimaginável. Perdeu-se a referência. Ninguém acredita mais em nada. Por isso que as medidas tomadas pelo poder municipal e na região do Grande ABC, por meio da Agência de Desenvolvimento, oferece uma melhoria local, uma esperança. No entanto, precisamos mudar a política nacional mesmo. Se não mudarmos, não teremos solução. E corremos o risco de virarmos colônia, de nos tomarmos a Amazônia. E o único caminho está na união. Na união de todos que gostam do Brasil. Quero parabenizar as autoridades, particularmente o nobre Deputado Siraque que organizou este debate numa região extremamente importante para o Estado de São Paulo. (Palmas.)

SR. VALDENICE – O nobre Deputado Jamil Murad abarcou uma série de situações importantes e que precisam ser implementadas. Respondendo um pouco essas perguntas, para o Sr. Arlindo, quando o senhor fala do “auto-emprego”, o trabalhador autônomo, primeiro pensamos na Central do Trabalho e Renda. A Central é uma instituição que cadastra trabalhadores e desenvolve ações para a intermediação da mão-de-obra. Não importa se é para o primeiro ou para o segundo emprego. E emendando as duas perguntas, para o trabalhador autônomo, para o “auto-emprego”, temos um programa que fecharemos no dia 31 e que faremos o seu lançamento. Esse é um programa dentro da Central com a Agência de Desenvolvimento do Grande ABC, em que vamos desenvolver um programa de qualificação profissional e de cadastramento e de oferta dessa mão-de-obra autônoma para a Região. É um programa-piloto que vamos iniciar com 120 trabalhadores. A maioria pertence à área da construção civil. Enfim, um leque

grande de pessoas que compõem essa área. Qualificaremos essas pessoas dentro de um programa da Central e disponibilizaremos esses trabalhadores autônomos para toda a região do ABC num cadastro específico. Entre esses trabalhadores, os que não tiverem escolaridade básica, serão encaminhados para programas específicos da região. Um dos critérios para que essas pessoas participem desse programa da Central é que estejam se alfabetizando. Para esses trabalhadores, assim como para os cooperativados, a Central fechará, junto com a Agência de Desenvolvimento e de outros parceiros que estaremos juntando numa reunião na próxima semana, esse trabalho e faremos um grande lançamento para atendermos toda a região do ABC. Na mesma linha, quando falamos do trabalhador no mercado formal, e pegando essa questão do primeiro emprego, cadastramos um trabalhador normal para o primeiro emprego. Agora, é preciso ter um programa na região em que a Central possa contribuir, na sua discussão, elaboração e cadastramento. Enfim, com tudo aquilo que seja necessário. Podemos montar, com isso, um programa que, de fato, atenda às pessoas no primeiro emprego. Sem dúvida alguma, o que temos ouvido é que os empresários não colocam nenhuma restrição para o primeiro emprego. É preciso que se tenha um incentivo, uma contrapartida para que o empresário disponibilize algumas vagas para essas pessoas iniciantes do primeiro emprego. É necessário que os poderes executivo, legislativo, empresários e demais pessoas possam discutir e implementar um programa, por meio da Legislação, que atenda, de fato, o primeiro emprego. E o Sr. Adilson nos perguntou se, qualificando a todos, haverá vaga para todos. A falta de emprego não é pela qualificação profissional. A falta de emprego existe porque a economia não cresce na proporção em que deveria crescer para absorver esse recurso humano. E não cresce por uma série de fatores. A nossa economia sofreu uma abertura muito grande de produtos importados. O que ocorre é que, além de ter um pequeno incentivo no desenvolvimento de novos postos de trabalho e novos produtos e novas empresas, o Brasil importa muita coisa, tirando muito mais empregos da população. Se não houver, concomitantemente, a qualificação profissional com incentivos

grandes na macro economia, evidentemente que esse trabalhador não será absorvido. Quando falamos a questão da mulher, ela é colocada no mercado de trabalho porque se paga muito menos para a mulher em relação ao que se paga para o homem. A Central de Trabalho e Renda quer pensar ações e situações que possam ajudar a minimizar esse problema e difundir isso para o resto do Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. CELSO DANIEL – Este debate foi extremamente rico porque tivemos condição de passar desde as políticas gerais, até temas ligados ao desenvolvimento econômico da localidade. Isso significa que todos estão preocupados em fazer com que o tema do desemprego se transforme num tema muito mais positivo. Políticas econômicas voltadas ao pleno emprego. Por isso queria novamente cumprimentar, com bastante ênfase, a iniciativa de mais esse debate no grupo temático de Trabalho e Emprego e cumprimentar, evidentemente, o nobre Deputado Vanderlei Siraque, coordenador desse debate, o nobre Deputado Jamil Murad, co-responsável por esse grupo temático e deixo os meus cumprimentos, também, à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. VANDERLEI SIRIQUE – Temos que pensar de forma mais ampla sobre o planejamento familiar e, o poder público pode intervir nessa área, por meio da educação e da saúde. Temos que repensar uma política mais ampla. Ter uma política educacional, não só no aspecto formal, como também os meios de comunicação poderiam contribuir com isso, também, nessa parte da qualificação profissional. Acredito no seguinte, que tenha uma questão na política macro em relação à exportação. Temos 6 milhões de aposentados que estão trabalhando e que não deveriam estar no mercado de trabalho. Também temos 4 milhões de crianças que estão no mercado de trabalho e que deveriam estar na escola e brincando. Essa é uma questão que a sociedade deve estar discutindo. Acredito que não geraremos empregos para todas as pessoas, mas geraremos renda e aí

teremos a cultura do empreendimento. Falta-nos essa cultura. Aprendemos a desvalorizar as profissões domésticas. A política local pode resolver esses tipos de problema. Agora, por exemplo, uma Volkswagen, já a política local não consegue resolver. E nem o Estado. Quero agradecer a todos os presentes. (Palmas.)

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Vanderlei Macris

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

Deputado Arnaldo Jardim